

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E GESTÃO INSTITUCIONAL**

**GESTÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA: SISTEMA DE GESTÃO  
TURÍSTICA SUSTENTÁVEL PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**GIANCARLO PHILIPPI ZACCHI**

**FLORIANÓPOLIS**

**2002**

**Giancarlo Philippi Zacchi**

**GESTÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA: SISTEMA DE GESTÃO  
TURÍSTICA SUSTENTÁVEL PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

**Orientador: Prof. Pedro Carlos Schenini, Dr.**

**Florianópolis, abril de 2002**

# **GESTÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA: SISTEMA DE GESTÃO TURÍSTICA SUSTENTÁVEL PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**Giancarlo Philippi Zacchi**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração em Políticas e Gestão Institucional) e aprovada, na sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

---

Prof. Nelson Colossi, Dr.  
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos professores:

---

Prof. Pedro Carlos Schenini, Dr.  
Orientador

---

Prof. Alexandre Lerípio, Dr.  
Membro

---

Prof. Carlos Loch, Dr.  
Membro

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta dissertação aos meus pais  
Jonildo Gonçalo Zacchi (In memorian) e  
Izabel Philippi Zacchi, que me ensinaram  
e fizeram de mim o que sou e represento  
ser.*

## AGRADECIMENTOS

*“Ai, palavras, ai palavras,  
que estranha potência, a vossa!*

*Ai, palavras, ai palavras,  
Sois de vento, ides no vento,  
No vento que não retorna,  
E, em tão rápida existência,  
Tudo se forma e transforma”.*

*(Cecília Meireles)*

Agradeço a **Gicele**, minha âncora e meu amor, que através de seu perfume, o amor cristaliza.

À minha **Mãe**, pelas palavras e pelo incentivo, pela herança que me legou na busca do conhecimento.

Agradeço à minha irmã **Graziela**, uma flor, presente divino, onde nas horas mais apertadas, soube exprimir uma palavra de alento, indicando-me com zelo o caminho a ser seguido, bem como ao meu cunhado **Ted**.

Aos **Amigos e amigas** do CPGA, sempre sorridentes, prestativos e carinhosos, fonte de alegria e alto astral.

Ao meu Orientador, professor **Dr. Pedro Carlos Schenini**, que sempre mostrou-se solidário com a causa, e acima de tudo, com paciência e humildade, indicou-me os caminhos da ciência e da busca do conhecimento.

Aos **Colegas de classe**, com quem pude discutir princípios, filosofias e, sobretudo aprender com o conhecimento de cada um.

Ao Coordenador do Programa, Professor **Dr. Nelson Colossi**, pelas oportunidades e indicações.

Aos **Professores**, que repassaram o conhecimento nesses anos.

Enfim, agradeço a **Deus**, pela graça de nunca desistir.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	08
LISTA DE QUADROS.....	09
RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	12
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 Objetivo geral.....	16
1.2.2 Específicos.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA TEÓRICO-PRÁTICA.....	17
1.2.1 Estrutura do trabalho.....	19
<b>2 BASE CONCEITUAL.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 ECOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
2.1.1 Poluição e poluentes.....	26
2.1.2 Impactos de ordem antropogênica.....	28
2.1.3 Impactos de ordem natural.....	30
<b>2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO E TECNOLOGIAS LIMPAS.....</b>	<b>31</b>
2.2.1 Desenvolvimento sustentado.....	31
2.2.2 Tecnologias limpas.....	34
2.2.2.1 Implementação de tecnologias limpas.....	35
2.2.3 O SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E O TURISMO.....	36
2.2.4 A ISO 14000.....	43
2.2.5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL.....	48
<b>2.3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>55</b>
2.3.1 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC.....	61
2.3.2 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	68
2.3.3 GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	73
<b>2.4 TURISMO.....</b>	<b>79</b>
2.4.1 FUNDAMENTOS E DIMENSÕES.....	79
2.4.2 O TURISMO NO BRASIL.....	82
2.4.2.1 As modalidades de turismo.....	86
2.4.2.2 Os tipos de turismo.....	88
2.4.2.3 As formas de turismo.....	90
2.4.3 PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE TURISMO SUSTENTÁVEL.....	91
2.4.4 TURISMO ECOLÓGICO E ECOTURISMO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, DEFINIÇÃO, CONCEITOS E DIFERENÇAS.....	98
2.4.4.1 Diferenças semânticas e conceituais.....	101

<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>109</b>
3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	109
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	109
3.3 ABORDAGEM DO TRABALHO.....	110
3.4 COLETA DE DADOS.....	110
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	111
3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	111
<b>4 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA.....</b>	<b>113</b>
4.1 INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE.....	113
4.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	117
4.3 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS TÉCNICOS DE UM SISTEMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL.....	125
4.3.1 Critérios técnicos auxiliares para formular a proposição inicial.....	125
4.4 IDENTIFICAÇÃO DO PLANO DE MANEJO NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	129
4.5 PROPOSIÇÃO DE UM ROTEIRO DE GESTÃO PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	133
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
5.1 RECOMENDAÇÕES.....	146
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>154</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Comportamento ético ambiental da empresa.....	33
Figura 2	Comportamento ambiental reativo.....	34
Figura 3	Filosofia da gestão da qualidade total.....	38
Figura 4	Normas da ISO 14000.....	45
Figura 5	Planejamento estratégico regional.....	50
Figura 6	Vantagens do SGA.....	69
Figura 7	Sistema turístico.....	85
Figura 8	Fase A - Estruturação do sistema.....	140
Figura 9	Fase B - Implantação do plano.....	142
Figura 10	Fase C - Avaliação do sistema.....	144



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Poluentes do ar, do solo e das águas.....	27
Quadro 2	Poluição das águas.....	28
Quadro 3	Tipos de dejetos.....	29
Quadro 4	Emissões de poluentes.....	30
Quadro 5	Categorias de inovação.....	35
Quadro 6	Conseqüências da adoção das tecnologias limpas.....	36
Quadro 7	14 passos de Crosby.....	39
Quadro 8	Controle e circulo da qualidade de Ishikawa.....	40
Quadro 9	Comparativo entre ISO 9001 e ISO 14001.....	47
Quadro 10	Meio ambiente na Constituição Federal.....	56
Quadro 11	Benefícios do ecoturismo.....	62
Quadro 12	Normas ISO utilizadas como referência para a avaliação inicial.....	70
Quadro 13	Esquema básico de relação de dependência entre as ações para a implementação do sistema de gestão ambiental.....	72
Quadro 14	Modalidades, tipos e formas de turismo.....	86
Quadro 15	Legislação ambiental.....	115
Quadro 16	Decretos, resoluções e leis de interesse para o turismo.....	116
Quadro 17	Estratégias para elaboração do processo inicial ao planejamento ecoturístico.....	134

## RESUMO

Viajar sempre foi uma necessidade do ser humano. Desde que ele desceu da copa das árvores e saiu do interior de suas lapas que a necessidade de estabelecer contatos distintos, tomou corpo e consolidou-se no planeta. E desde que partiu o mundo transformou-se. Inicialmente as viagens caracterizavam-se basicamente pela necessidade de se estabelecer contatos, em viagens catequéticas, missões evangelizadoras e, sobretudo pedagógicas, conhecidas como viagens aristocráticas.

Assim, em processo de transformação, as necessidades e desejos também se transformaram e a partir do descobrimento da necessidade de preservação e com a criação do modelo Yellowstone de área natural protegida, surge um novo tipo de turismo intitulado alternativo, com diversas derivações entre elas ecoturismo.

Tais ambientes objetivam essencialmente preservar espaços com relevantes atributos ecológicos, estabelecidos através da riqueza de sua fauna e flora, dentro de ecossistemas cuja estética seja observada na sua forma mais primitiva. Assim, por interveniência da idéia de ilha preservada, o Homem passa a viver norteado por mitos. Desta maneira o ecoturismo passa a exercer de certa forma uma ruptura à idéia promovendo a possibilidade de se utilizar espaços preservados, como forma de contemplação da paisagem e de seus atributos.

Não obstante adotou-se o modelo qualitativo descritivo com posterior elaboração escrita, ocorrendo de maneira independente e complementar, com vistas à conferência da eficácia da investigação, prevendo de forma integrada os elementos implicados no processo, observando os problemas de natureza teórica em relação aos problemas de natureza prática.

A abordagem utilizada foi à qualitativa, pois concilia uma série de variáveis que devem ser observadas, além de promover a possibilidade de uma maior compreensão das circunstanciais, consistindo em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.

Os dados coletados forma divididos em primários e secundários e a técnica de análise foi a documental através das informações levantadas. Isto proporcionou revelar que já existe uma corrente fomentando a idéia de gestão sustentável em unidades de conservação, mas que do ponto de vista turístico, o presente trabalho, torna-se inédito.

Ademais, considerando a real necessidade de políticas de ação que fomentem o desenvolvimento de planos e programas de gestão, verificou-se também a carência dos governos sob todos os aspectos para o estabelecimento de ações sustentáveis em áreas de preservação permanente.

## **ABSTRACT**

Traveling has always been a necessity for human beings. Ever since humans descended from the canopy of trees or came out of the caves the need to establish different kinds of contacts affirmed itself on planet Earth. And this process has changed the world. Initially travelling was mainly related to the need to establish contacts, missionary work and evangelizing, and, mostly, pedagogical travelling, also known as aristocratic traveling.

This way, as social transformation went on, the needs and wishes also underwent changes, and starting with the realization of the need to preserve the environment and with the creation of the Yellowstone model of protected natural area a new type of tourism came to be, which was called alternative tourism with its different derivations, including eco-tourism.

Preserved natural environments are abundant nowadays, and the goal of their existence is, as the name says, to preserve natural spaces with the relevant presence of interesting ecological features, such as their animals and plants. To preserve here means to maintain them in a state as close as possible to their primitive, that is, natural, state.

Through the interference of the idea of a preserved island, man begins to orientate himself by myths; eco-tourism introduces a kind of a rupture with this idea, promoting the possibility of using preserved spaces as a form of contemplation of landscape and its attributes.

In spite of all this a qualitative descriptive model was adopted as a later written independent elaboration as a complement, aiming at checking the efficiency of the investigation, foreseeing in an integrated form the elements implied in the process, observing problems of a theoretical nature as compared to problems of a practical nature.

The approach used was the qualitative, as it reconciles a series of variables that must be observed, and also because it enhances the possibility of a greater understanding of circumstances. It consists of a detailed description of situations with the goal of understanding people in their own terms.

The data collected were divided in primary and secondary and the analysis technique was documentary taking into account the information gathered. This brought about the realization that there is already a current of thought defending the

idea of a sustainable management in unities of conservation, but from the point of view of tourism the present work is the first one of its kind.

Furthermore, considering the real need for political action that would further the development of plans and programs of management, the ineptitude of governments was noted in all aspects referring the establishment of sustainable actions in areas of permanent preservation.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente o turismo é visto e encarado como uma ferramenta que vem servindo, no campo da educação, para enriquecer outras ciências como economia e ou geografia. Na realidade, para avaliar os desafios dos novos tempos a que o mercado realmente necessita e solicita, a educação em turismo têm que rever sua abrangência de mero formador técnico para definitivamente enquadrar-se em sua multidisciplinaridade, enfocando a formação e a condução de uma cidadania, para um cidadão do mundo, explicitando elementos atrativos, em seus diferentes tipos num campo ainda a ser muito explorado.

A educação em turismo é vista para muitos como mais uma forma de se aumentar, pelo modismo, os valores mensais dos cofres do mercado, o que gera lamentavelmente ações muitas vezes distantes, banindo sem piedade os componentes psicológicos tais como motivação, autoconceito e atitudes, num processo de aquisição de conhecimentos, do cognitivismo, através de determinantes sócio-culturais da ação pedagógica, através do banimento das dimensões econômicas, ecológicas e sociais, do próprio composto.

Para Kripendorff (1988), o modelo sociológico esta muito além da realidade, entretanto só o simples fato de se estar procurando um paradigma adequado para usufruto das próprias manifestações culturais, sob o rótulo de “modus vivendi”, promove a intervenção intelectual do homem, na busca incansável ao intercâmbio e compra de culturas capazes de provocar a neutralização e a animação dos espaços com intenção e papel cosmopolita.

Todavia, as tendências nos garantem que a ciência do turismo exigirá substancialmente em níveis crescentes o planejamento e a capacitação profissional para a própria preservação e utilização dos recursos naturais e artificiais contidos no núcleo receptor. Para tanto, as unidades produtivas de bens e serviços turísticos devem combinar adequadamente os fatores de produção, otimizando o volume da oferta.

Esta cadeia produtiva do turismo deve sim, incentivar a vontade política, a disponibilidade de verbas, os investimentos de infra-estrutura e divulgação, os incentivos a iniciativa privada, a capacitação dos recursos humanos e o controle ambiental, para poder equilibrar-se com os fatores limitantes das áreas restritas, com

acentuada concorrência, superdimensionamento e sazonalidade da oferta, altos investimentos na infra-estrutura, objetivando essencialmente organizar e planejar o desenvolvimento onde o ciclo crescimento econômico, satisfação do cliente, cultura autêntica e bem estar, possam indubitavelmente conseguir máxima circulação de dinheiro, máxima geração de empregos, minimizando os impactos sociais, ambientais e econômicos do núcleo receptor sediante.

Assim, a presença, sobretudo do Estado como promotor e mentor de uma política de turismo sustentável, dará condições de se oferecer infra-estrutura básica à população autóctone e turística, resultando com ações combinadas na inter relação da soma proposta.

Desta forma, como resultado desta combinação poder-se-á dizer que o turismo definitivamente é gerador de emprego e renda para as cidades potencialmente vocacionadas para tal atividade.

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Atualmente as cidades vêm criando áreas ociosas em decorrência do crescimento desordenado. Este vai e vem migratório motivado por questões de todas as ordens incentiva a aparição de áreas pobres, danificando sensivelmente o ecossistema. Este efeito sanfona incentiva à ocupação de áreas sub-humanas em áreas de preservação permanente e unidades de conservação, criando verdadeiros guetos em meio a cidades.

Atualmente, ao criar-se Unidades de Conservação ou Áreas de Preservação Permanente, simplesmente por displicência se esquece das características intrínsecas ao próprio local, desconsiderando dramaticamente o homem como parte integrante deste mesmo foco. A partir de então, uma seqüência de “falhas técnicas” se desenrola, a ponto de muitos locais não terem nem definido os objetivos de manejo, onde na realidade, passa-se a indagar qual a sua real utilização do bem para o Homem e como vem sendo utilizado. É de forma coerente ou não para o que fora criado?

Assim, com a explosão do turismo de massa, com o aumento do tempo livre e com a facilidade de deslocamento aumentando a velocidades astronômicas, aliados às novas formas de consumo em espaços pós-modernos, os maiores prejudicados são

efetivamente tais locais, que por falta de um eficiente sistema de planejamento e gestão, passam a crescer aleatoriamente, danificando brutalmente o espaço, gerando problemas aos governos de todas as esferas e, sobretudo impactos negativos, aos biomas representativos e por ilação finalmente ao turismo receptivo. Evidentemente que atualmente muito se tem descrito e fomentado modelos de gestão ambiental, a fim de minimizar os impactos, maximizando os resultados.

Esta democratização focalizada por idéias pós-modernas, consubstanciadas no mito da natureza intocada (DIEGUES, 1980), influencia os valiosos ensinamentos sobre o meio ambiente e o seu gerenciamento, o que dentro de uma megabiodiversidade, incluindo aí, a multifacetada variante sociocultural, necessita urgentemente de sistemas eficientes de gestão para os diversos grupos que diariamente fazem uso diferenciados de tais ambientes.

O Brasil vem dando mostras dessas necessidades e apresenta, no contexto mundial a mais proeminente legislação preservacionista de seu meio ambiente. Assim, observa-se cada vez mais a necessidade de se melhorar e ajustar os modelos participativos, a fim de se buscar em conjunto alternativas conservacionistas, que permitam para o usufruto das gerações futuras, o que hoje é uma realidade para a população atual.

Assim neste limiar, à luz da razão e de técnicas administrativas, onde o conceito de globalização é uma realidade circunstante, pode-se estabelecer como problema de pesquisa: **QUAIS OS MEIOS, AS NORMAS E OS PROCEDIMENTOS QUE POSSIBILITAM A OBTENÇÃO DA GESTÃO TURÍSTICA SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO?**

## 1.2. OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Desenvolver uma proposta de um modelo para gestão ambiental em unidades de conservação.

### 1.2.2. Específicos

- a) Investigar e caracterizar a legislação ambiental pertinente;
- b) Identificar e caracterizar as possibilidades de utilização turística em unidades de conservação;



- c) Identificar e caracterizar os aspectos técnicos de um sistema de gestão sustentável
- d) Identificar plano de manejo na gestão de unidades de conservação;
- e) Propor um roteiro de gestão para parques ecológicos de forma sustentável.

### 1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICO PRÁTICA

O turismo vem nos últimos anos, transformando-se na mola propulsora de muitos países tais como França, Itália e Suíça, como fator de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Para Kripendorff, (1998) o modelo sociológico esta muito além da realidade, entretanto só o simples fato de se estar procurando um modelo adequado para usufruto das próprias manifestações culturais, sob o rótulo do “*modus vivendi*”, promove a intervenção intelectual do homem, na busca incansável ao intercâmbio de culturas capazes de provocar a neutralização e a animação dos espaços com intenção e papel cosmopolita.

Não obstante, para desenvolver o turismo em qualquer local do mundo, é imperativo a presença de no mínimo, infra-estrutura básica e turística e esses dois tipos devem estar em consonância entre iniciativa pública e privada respectivamente. Para tanto, as unidades produtivas de bens e serviços turísticos devem combinar adequadamente os fatores de produção, otimizando o volume da oferta.

A presença, sobretudo do Estado como promotor e mentor de uma política de turismo sustentável, dará condições de se oferecer infra-estrutura básica à população autóctone e turística, resultando com ações combinadas na inter relação da soma proposta.

Otávio Ianni (1998) diz “que a cidadania do cidadão do mundo esta apenas em esboço, pensada, prometida”, e o turismo não pode estar aquém desta realidade pelo simples fato de estar ligado as viagens, ao intercâmbio, a articulação política e, sobretudo a formação de opinião, bem como do planejamento.

Como principal fonte de receita de muitos países, o turismo deve por excelência, adequar-se às forças mundiais, como forma de transmitir a gerações futuras o

desenvolvimento do planeta, devotada à paz, ao intercâmbio, gozando de respeito por governos que outrora pouco ou quase nenhuma importância creditavam ao turismo, que pela globalização e por sua própria excelência é um polarizador de divisas.

Este conjunto de diferentes características, convencionado a chamar paisagem, vem sofrendo uma pressão bombástica no ciclo de vida, em função das modificações que o Homem, estupidamente vem operando para exploração turística. Sua existência ao usufruto de gerações futuras dependerá em muito das linhas de ação que os governantes estipularem no que toca as leis preservacionistas e no grau de conscientização dos usuários, no que tange as necessidades de evasão, e, sobretudo ao tipo e metodologia de planejamento proposto.

Evidente que a ausência de um planejamento turístico e o aumento do turismo de massa no mundo, com suas facilidades e peculiaridades, trouxe um significativo número de variáveis negativas nos pólos receptores, tais como aumento da prostituição, consumo de drogas, assaltos, ataques terroristas, aculturação do autóctone e um arraigado processo de etnocentrismo invertido entre outros impactos sócio-ambientais, que devem ser avaliados pela comunidade quando do planejamento.

Oferecer subsídios aos órgãos de segurança, treinando-os através de um modelo de planejamento ainda é o melhor remédio para combater esses elementos, alienantes, progressivos e letais ao próprio ciclo de vida do destino turístico e do núcleo receptor como um todo.

Assim a proteção dos chamados recursos naturais nunca esteve tão em moda como atualmente. Esta idéia foi disseminada a partir do relatório Bruthland, e das Conferências Mundiais, a primeira realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972 e a segunda, no Rio de Janeiro, no Brasil, em 1992.

Tal consciência, permeada pelo medo e pelo alerta científico, transformou de certa forma, valores e dogmas outrora inexistentes no hábito do homem contemporâneo.

Frente aos desafios deste século, e pela própria transição por que passa o Homem, seu condicionamento, seu automatismo, que via de regra, o transforma em “zumbi”, nasce a necessidade de uma orientação e de uma retomada de valores e hábitos classificados como práticos e simples.

Não obstante a toda essa revolução cultural, perfeitamente aceitável e normal por que passa a humanidade na transição de números seculares, os problemas ambientais vão surgindo em números astronômicos, pelo simples fato deste mesmo Homem, que requer mudanças, não estar apto para realizá-las e vivenciá-las.

Esta anomalia agrava-se a cada ano que passa em função de diversos fatores sócio-antropogênicos, na busca de melhores condições de vida. Outro fator agravante é a inexistência de recursos financeiros e o descaso de autoridades que ainda insistem em não desenvolver estratégia e diretrizes necessárias ao desenvolvimento sustentável, ao uso inteligente destas ilhas e o que é melhor, da adequada harmonia entre preservação e práticas de manejo.

A teoria das estruturas vivas, como sistemas estão a serviço, inclusive da prática que busca a solução para o desequilíbrio eco-humano hodierno, como forma de se propor à rentabilidade desses espaços na busca tranqüila da harmonização entre todo arcabouço do desempenho sustentável aqui tratado como dimensões econômicas, ecológicas e sociais.

Por estas razões e consubstanciado a cada grande período da ciência, que tem, de certa forma, contribuído para o avanço do Homem e sua preservação enquanto espécie, interligando o banimento do ambientalismo superficial na busca de uma ecologia profunda, implicando na reconceitualização radical de paradigmas, que se apresenta este tema a fim de se estabelecer um modelo de gestão de parques ecológicos, através de uma acurada percepção dos principais problemas e necessidades do Homem contemporâneo.

### 1.3.1 Estrutura do trabalho

A atividade turística é mundialmente reconhecida e sua importância ao desenvolvimento das cidades é fator decisivo no processo de incremento econômico, social e ambiental.

Exemplos comuns de prática turística são relatados em grandes obras e a necessidade, portanto da aplicação de práticas inteligentes, torna-se necessário para o usufruto dos recursos para as gerações futuras.

Desta maneira, abrindo esta dissertação apresenta-se a base conceitual, dividida em tópicos cujo primeiro trata das questões ecológicas num mundo globalizado, enfocando as questões sobre poluição e poluentes, bem como os impactos ambientais antropogênicos e naturais.

A seguir, discute-se as questões do desenvolvimento sustentável e o uso de tecnologias limpas, além da inserção no debate, das questões ligadas ao sistema de gestão da qualidade e o turismo, discutindo a ISO 14000 e finalizando com uma discussão sobre planejamento estratégico sustentável.

A contribuição seguinte diz respeito à legislação, discorrida através do sistema nacional de unidades de conservação – SNUC, onde à luz da teoria discute-se um sistema de gestão ambiental, além de fornecer elementos gerenciais para prática administrativa em unidades de conservação.

Encabeçando o próximo ponto, apresenta-se um farto documento oferecendo uma documentação da dimensão do turismo, discutindo a atividade no Brasil, suas modalidades, tipos e formas. Apresenta também o que há de inovador em práticas sustentáveis através dos princípios internacionais do turismo sustentável. Encerrando este ponto, apresenta-se a diferença entre turismo ecológico e ecoturismo, dando conta de algumas definições e conceitos.

Encerrando o trabalho, discute-se o desenvolvimento da proposta através da investigação e caracterização da legislação ambiental, das possibilidades de utilização turística, da identificação de técnicas de um sistema de gestão sustentável, apresentando um plano de manejo, após consistente abordagem teórica. Por fim apresenta a metodologia aplicada para o desenvolvimento da pesquisa, além é claro das conclusões e recomendações.

## **2 BASE CONCEITUAL**

### **2.1 ECOLOGIA**

A questão ambiental no Brasil é tão antiga quanto a sua própria história, mas é a partir da Revolução Industrial que os problemas ambientais agravam-se, em função de um capitalismo desenfreado.

O sistema está voltado para o lucro e esta produção implica numa intensa divisão do trabalho, tanto no meio cultural, quanto no meio natural. O meio cultural é originário do trabalho humano, tais como edifícios, agricultura, a indústria etc., ao passo que o meio natural torna-se fruto da natureza. Os solos, os rios, os climas, o relevo, a vegetação original. Assim, com o desenvolvimento do sistema, o meio cultural passou a sobrepor-se ao meio natural e disso resultou na chamada natureza humanizada, onde as ações antropogênicas produziram intensas modificações nos solos, na vegetação, no clima, no relevo etc.

Desta forma, a ecologia, aqui entendida como sendo a ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si e com o ambiente que os cerca, procura compreender a relação entre o Homem com o seu ecossistema, complexo de relações mútuas entre os fatores bióticos (organismos vivos) e fatores abióticos (elementos físicos e químicos do ambiente) que interagem entre si, havendo transferência de energia e matéria entre esses componentes.

Assim, a questão ecológica hoje não só no Brasil, mas no mundo toda, gira em torno da questão da percepção. As dramáticas alterações de pensamento e de posicionamento levam o mundo a uma corrida sem precedentes em que se discute somente os problemas ditos mais importantes, tratando-os como questões prioritárias. A Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em seu relatório épico de 1987, chamado de Nosso Futuro Comum, deixa claro a importância da proteção ambiental na realização do desenvolvimento sustentável.

Esta dualidade entre preservar e crescer coloca o homem num marco divisório onde sapiência e irracionalidade se transforma diante das necessidades individuais, aqui entendidas como as de Estado ou, por exemplo, de uma organização.

Mas o mundo vivo pode entregar bem mais do que a fragmentação do seu habitat como resposta às ações desencadeadas pelo sistema. Ele pode entregar a harmonia do convívio, a partir da mudança de paradigmas.

Capra, em *Teia da Vida* realça a questão da mudança paradigmática.

Para analisar esta transformação cultural, generalizei a definição de Kuhn de um paradigma científico até obter um paradigma social, que defino como “uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza” (CAPRA, 1996, p. 25).

A idéia, portanto gira em torno da concepção de ruptura, de filtro brutal, de mudança efetiva de valores, onde a noção da constituição dos reinos, passa a ser compreendida sobre uma nova visão. Esta integração vem calcada numa interdependência ao estilo de vida das comunidades e da assimilação das preocupações ambientais.

Esta mudança de paradigma de um ambientalismo superficial para uma ecologia profunda, vem carregada da descoberta da humanidade de seus valores fundamentais. Contudo, o mundo e sua população ainda são testemunha da estulta tradição que ainda norteia muitos povos do planeta. Tais povos ainda cultuam a idéia de que a natureza dispõe de um formidável poder depurador e regulador e que pode digerir todas as agressões cometidas pelo Homem, contra ela.

(...) por mais paradoxal que possa parecer, os séculos XIX e XX têm sido mais destruidores do que criadores porque usaram e muitas vezes esbanjaram a riqueza armazenada sob a forma de recursos naturais. Os homens modernos foram beneficiados por essa economia extrativa e tiveram a ilusão de que os benefícios se deviam inteiramente ao conhecimento científico e à perícia técnica. O rápido crescimento tecnológico dos últimos dois séculos só foi possível, entretanto, porque o homem se mostrou impiedoso na exploração de recursos naturais incapazes de renovação e na criação de condições que degradam o meio ambiente. Mas essa fase da vida humana terá em breve de terminar (DUBOS, 1972, p. 181).

Este posicionamento gerou uma tomada de consciência do chamado oikos, que tem como primeiro estudioso o alemão Ernest Haeckel, que em 1866 formalizava uma definição sobre ecologia.

É o conhecimento da economia da natureza, a investigação de todas as relações de um animal ao mesmo tempo com seu meio ambiente inorgânico e orgânico, incluindo, além disso, todas as suas relações amigáveis e hostis com as dos animais e plantas com os quais entre diretamente em contato. Numa palavra, ecologia é o estudo de todas as inter-relações complexas consideradas por Darwin como as condições da luta pela vida. Esta ciência da ecologia constitui-se há muito tempo no principal elemento daquilo que habitualmente se denomina história natural (PELEGRINI, 1997, p.18).

No entanto a definição de ecologia e seu conceito tomaram nova forma na contemporaneidade sofrendo a ampliação dos aspectos legais, morais, socioeconômicos, políticos e religiosos, numa forte influência multidisciplinar e a Declaração de Estocolmo ou Declaração do Ambiente, aprovada pela Eco-72, além de reconhecer as colocações relativas a recursos naturais, formas de poluição e planejamento racional, em seu Princípio 1 deixa claro que “Ficam condenadas e devem ser eliminadas as políticas que promovam ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação e as formas, coloniais ou outras, de opressão e de domínio estrangeiro (DECLARAÇÃO DO AMBIENTE, 1978)”, ratificada no princípio 15 que estampa uma clara preocupação com a ecologia humana, abordando uma concepção de uma atmosfera equilibrada para a geração de um reservatório natural que propicie ao Homem, fontes de descanso e de saúde física e moral.

Assim a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, reunida em Estocolmo, de 5 a 16 de junho de 1972, tendo examinado a necessidade de adotar uma concepção comum e princípios comuns que inspirem e guiem os esforços dos povos do mundo na preservação e melhoria do ambiente, proclamou que o homem é criatura e criador de seu ambiente, que lhe assegura a subsistência física e lhe dá a oportunidade de desenvolvimento intelectual, moral e social e espiritual; que a proteção e melhoria do meio ambiente são questões da maior importância; que o homem deve constantemente fazer o ponto de sua experiência e continuar a descobrir, inventar, a criar e a avançar; que nos países em desenvolvimento, a maior parte dos problemas do ambiente são

causados pelo subdesenvolvimento; que o crescimento natural da população põe sem cessar problemas de preservação do ambiente e devem-se adotar políticas e medidas apropriadas para os resolver; que achamo-nos num momento histórico em que devemos orientar as nossas ações no mundo inteiro e que a prossecução deste objetivo do ambiente implica que todos os cidadãos e a coletividade, empresas e instituições, a qualquer nível, assumam as suas responsabilidades e compartilhem, eqüitativamente, os esforços comuns (DECLARAÇÃO DO AMBIENTE, CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO, 1972).

Assim torna-se oportuno apresentar sinteticamente os princípios da Declaração do Ambiente (Pelegri, 1997 p.173), que exprime a convicção comum de que:

- a) Princípio 1: o homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e a condição de vida satisfatória, num ambiente cuja qualidade lhe permita viver com dignidade.
- b) Princípio 2: os recursos naturais do globo, incluindo o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e, em especial amostras, devem ser salvaguardados para as gerações futuras, mediante planejamento e gestão.
- c) Princípio 3: a capacidade do globo deve ser mantida e sempre que praticável, restaurada e melhorada.
- d) Princípio 4: cabe ao homem a responsabilidade especial de salvaguardar e de sabidamente gerir o património constituído pela fauna e flora silvestres e pelos respectivos habitats.
- e) Princípio 5: os recursos não renováveis devem ser explorados de modo que se evite o perigo de sua exaustão.
- f) Princípio 6: a descarga de substâncias tóxicas e outras substâncias devem ser interrompidas.
- g) Princípio 7: os Estados devem tomar as medidas possíveis para impedi a poluição.
- h) Princípio 8: o desenvolvimento económico e social é indispensável para assegurar um ambiente propício à vida e ao trabalho.
- i) Princípio 9: as deficiências do ambiente, catástrofes, devem ser amenizadas mediante investimentos em P&D.



- j) Princípio 10: nos países em desenvolvimento a política de preços e de produção é essenciais para gestão do ambiente.
- l) Princípio 11: as políticas nacionais de ambiente devem reforçar o progresso presente e futuro dos países em desenvolvimento.
- m) Princípio 12: devem-se dispor de recursos para preservar e melhorar o ambiente, as necessidades particulares dos países em desenvolvimento.
- n) Princípio 13: os estados devem adotar modelos de gestão estratégica, coordenada e integrada.
- o) Princípio 14: o planejamento constitui ferramenta essencial.
- p) Princípio 15: o planejamento de aglomerados humanos e da urbanização devem ser efetuados a fim de evitar efeitos adversos no ambiente.
- q) Princípio 16: colocar em prática políticas demográficas que respeitem os direitos fundamentais do homem.
- r) Princípio 17: confiar aos organismos nacionais as tarefas de planejamento, gestão e regulamentação do uso dos recursos.
- s) Princípio 18: recorrer a ciência e à tecnologia para o desenvolvimento econômico e social, para o bem da humanidade.
- t) Princípio 19: ministrar a educação ambiental necessária para manutenção da vida na terra.
- u) Princípio 20: fomentar a P&D nos países em desenvolvimento dos problemas ambientais.
- v) Princípio 21: de acordo com as Cartas das Nações Unidas e os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar os seus próprios recursos de acordo com a política ambiental.
- w) Princípio 22: os estados devem cooperar no desenvolvimento do direito internacional no que concerne a indenização e vítimas da poluição e outros danos ambientais.
- x) Princípio 23: Observar as escalas de valores de cada país em relação às normas e regulamentos ambientais.
- y) Princípio 24: os assuntos internacionais de meio ambiente devem ser tratados por todos os países.

z) Princípio 25: os estados devem providenciar para que as organizações internacionais desempenhem papel coordenado na proteção e melhoria do ambiente e finalmente o princípio 26 que coloca que o homem e seu ambiente devem ser poupados das armas nucleares e de todos os meios de destruição maciça.

Torna-se notório que os princípios solicitam aos governos e aos povos que unam esforços para o desenvolvimento sustentável, para preservação e conseqüente aumento na qualidade de vida da população do planeta.

### 2.1.1 Poluição e poluentes

A busca incansável de riquezas e a melhoria nas condições de vida trouxeram junto impactos no nosso planeta. Assim, o aumento populacional ainda fora de controle e a crescente busca de recursos naturais no processo de transformação, promove a introdução de elementos poluidores.

Desta forma, o artigo 3º da Lei 6938/81, entende por poluição:

(...) a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem materiais ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (Lei 6938/81).

Pode-se, portanto colocar que poluição é toda forma e ou processo que impactua o meio ambiente e que apresente redução na qualidade ambiental do planeta. Assim as tentativas de entender o que acontece em termos de danos ambientais, nos remete ao conceito de poluição como:

Idéia de poluição ambiental abrange uma série de aspectos, que vão desde a contaminação do ar, das águas e do solo, a desfiguração da paisagem, erosão de monumentos e construções até a contaminação da carne de aves com hormônios (FELLEMBERG, 1980, p1).

O que se salienta é a complexa relação entre a industrialização e a utilização dos recursos naturais disponíveis e seu desempenho dependerá proporcionalmente na

formação de uma cultura de preservação e uso sustentável, mas torna-se oportuno salientar que a questão da poluição esta intimamente ligada à questão econômica e ao consumo de matéria-prima.

O homem no seu meio ambiente depende tanto dos elementos naturais (o ar que respira, a luz solar, os solos) como daqueles que foram por ele criados (os veículos, as estradas, a agricultura, as moradias). Dessa forma, o conjunto de elementos que constituem o meio ambiente do homem é fundamental para sua vida, cuja qualidade depende da melhor ou pior situação desses elementos. A questão ambiental, portanto, diz respeito à qualidade de vida dos grupos humanos. Dizemos que ocorre uma deterioração do meio ambiente, isto é, uma poluição, quando determinados elementos fundamentais para uma boa qualidade de vida foram degradados (VESENTINI, 1985, p. 255).

Significa dizer que o ar contaminado por gases nocivos, os rios completamente deteriorados, o barulho excessivo ocasiona neuroses nas pessoas. Estas são as conseqüências que os poluentes, substâncias meios, provocam direta ou indiretamente através da poluição.

Em geral, os tipos de poluição são classificados segundo o componente ambiental afetado, tais como ar, água, solo e pela natureza do poluente lançado como químicos, térmicos, sonoros e radioativos e ainda pela atividade poluidora como sendo as industriais, agricultura e residências.

Campos e Godinho (1987) sugerem uma série de poluentes que tem contaminado o planeta, tal como é apresentado no Quadro 1.

**QUADRO 1  
POLUENTES DO AR, DO SOLO E DAS ÁGUAS.**

<p>Hidrocarbonetos clorados (pesticidas)          Nitratos e nitritos (fertilizantes e combustão)          Fosfatos (resíduos agrícolas, detergentes)          Corantes orgânicos (tinturarias)          Radiações (fontes de radiação industrial e hospitalar)          Micotoxinas (alimentos e rações)          Resíduos sólidos (lixo, detritos) e partículas em suspensão das indústrias e agropecuárias.          Matéria orgânica degradável (lixo orgânico)</p>
---

Fonte: Campos e Godinho, 1987, p. 32

Os efeitos associados destes poluentes fragmentam os habitats e perpetuam a causa da extinção da fauna e da flora dentro dos mais variados ecossistemas, e por consequência final à degradação do planeta.

### 2.1.2 Impactos de ordem antropogênica

O homem com sua ganância de sempre querer sempre mais, passou a descortinar um leque de oportunidades que do ponto de vista das questões ambientais atrelado aos seus valores na prática do uso estabeleceu uma relação com o ambiente, difícil de se entender.

Apesar das constantes discussões e das verdadeiras preocupações dos envolvidos, a disjunção na prática sobrepõe a retórica preservacionista. Abordando a questão do ponto de vista antropogênico, torna-se necessário discutir inicialmente o significado da terra para as populações do planeta. Tal questão vem permeada de usos e costumes distintos entre os povos e o autoconhecimento deveria possibilitar a troca de técnicas que viabilizem a conservação do planeta. Assim é impossível desmembrar os aspectos ambientais com os econômicos que sempre estiveram atrelados na administração das empresas.

Desta maneira, na evolução da história da riqueza do homem, impactos foram sendo gerados e tiveram como vetores de consolidação a ação funesta do próprio homem que ora destrói e ora de maneira retumbante discursa em prol da conservação das águas, do solo e da atmosfera. Segundo Vernier (1992, p. 17) 80% das poluições do mar vêm da terra, através dos rios, dos dejetos das costas, mesmo que estas poluições sejam menos imediatas do que as poluições acidentais no mar. O que é certo é que não existe somente uma forma de poluição das águas, mas formas múltiplas de poluição, conforme Quadro 2.

#### **QUADRO 2 POLUIÇÃO DAS ÁGUAS**

Poluição orgânica e tóxica Matérias em suspensão; Matérias nutritivas (nitratos e fosfatos); Poluição bacteriana e poluição térmica.
---

Fonte: Vernier, 1994, p.16.

Nota-se, portanto que há diversas formas de poluição da água que recobre três quartos da superfície do globo terrestre, constituindo três quartos dos tecidos vivos.

Outra variante é com relação ao solo. Para Schenini (1999, p. 20), “os impactos da poluição observados nos solos, são das mais diversas natureza, pois podem acontecer sob a forma de esgotamento dos solos, da desertificação, disposição de resíduos, contaminação, extinção da biota, lixo e detritos”, que geram danos incalculáveis para o uso inteligente, a fim de otimizar resultados positivos para o próprio homem.

O Quadro 3 apresenta os tipos de dejetos que geram poluição nos solos.

**QUADRO 3**  
**TIPOS DE DEJETOS**

Dejetos domésticos; Dejetos industriais: Dejetos orgânicos, dejetos minerais líquidos, dejetos minerais sólidos; Dejetos agroalimentares; Dejetos nucleares.
--

Fonte: Vernier, 1994, p.69.

Assim o quadro acima nos promove a compreensão ao observar que muitas são as formas que contribuem para a contaminação dos solos, traduzidos como lixo domiciliar, hospitalar e industrial, bem como dos esgotos que contaminam o meio ambiente.

A preocupação crescente com as questões atmosféricas, sobretudo as ligadas aos gases que causam o efeito estufa, são pauta constante de debates, medições e legislação.

Desta forma a poluição do ar é causada por substâncias ou formas de energia em suspensão no ar, que produzem efeitos danosos a todas as formas de vida do planeta, entre as quais são apresentadas no Quadro 4. A qualidade do gerenciamento deste mesmo ar poderia ser melhor utilizada através de um monitoramento complexo da eficiência energética desenvolvida, utilizando operações biodegradáveis, que apresentam evidências de uma queda dessas emissões. Esta ação, leva a uma preocupação constante e crescente com o aquecimento do planeta e com os gases que

causam o chamado efeito estufa como, por exemplo, os CFCs, o CO<sub>2</sub>, o NO<sub>x</sub> e o metano.

Só a aviação civil é responsável por 400-500 milhões de toneladas métricas de dióxido de carbono de 20.000 toneladas métricas de combustíveis fósseis. Assim, por ilação, pode-se inferir que quase 50% do aquecimento do planeta pode ser resultante das atividades antropogênicas.

**QUADRO 4  
EMISSÕES DE POLUENTES**

<b>Emissão</b>	<b>Efeitos ambientais</b>
Óxidos de nitrogênio	Chuva ácida. Formação de ozônio em altitudes de cruzeiros e neblina com fumaça em níveis baixos.
Hidrocarbonetos	Neblina com fumaça e ozônio em níveis baixos.
Monóxido de carbono	Tóxico
Dióxido de carbono	Estável – contribui para o efeito estufa através da absorção e reflexão de radiação infravermelha.
Dióxido de enxofre	Chuva ácida
Vapor d'água	Efeito estufa, através da absorção e reflexão de radiação infravermelha.
Fumaça	Incômodo – efeitos dependem da composição.

Fonte: Page, 2001, p. 258.

Outras emissões principalmente provenientes de tintas e solventes de limpeza, a queima de petróleo e carvão de pedra, também são responsáveis por 50% do acréscimo de carbono na atmosfera.

Outras questões poluentes também estão ligados aos ruídos e seus níveis de suporte, por diferentes fontes em diferentes atividades humanas.

### 2.1.3 Impactos de ordem natural

Há uma variação muito grande entre os impactos ambientais, suas causas e conseqüências. No entanto a avaliação dos impactos não é tarefa fácil, e muitas vezes estas podem ser motivadas de forma natural, tal como terremotos, furacões, cataclismos que alteram com amplitude toda crosta terrestre gerando as chamadas eras

na divisão básica do tempo geológico, divididas em proterozóica, paleozóica, mesozóica e cenozóica, a que se caracteriza pela extinção dos répteis gigantes, por notáveis desenvolvimentos dos vertebrados, pelo aparecimento dos símios antropomorfos e, no último período, do homem.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO E TECNOLOGIAS LIMPAS

### 2.2.1 Desenvolvimento Sustentado

A idéia de desenvolvimento sustentável tomou conta do vocabulário popular, através do documento intitulado *Our Common Future*, (1987), mas comumente conhecido como Relatório Brundtland. O documento principia a idéia de geração de desenvolvimento econômico e industrial sob a óptica sustentável.

A World Commission on Environment and Development – WCED, entende como sendo desenvolvimento sustentável “(...) desenvolvimento (...) que atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades (WCED, 1987, apud KINLAW, 1997, p. 82)”.

Neste sentido, tem havido uma série de iniciativas no sentido de operacionalizar o desenvolvimento. Denis Kinlaw, em sua obra *Empresa competitiva e ecológica* apresenta os elementos comuns as diversas definições de desenvolvimento sustentável.

**a)Igualdade:** Isso significa igualdade entre todos os povos da Terra no sentido de que todos tenham acesso à oportunidade de melhorar seu bem-estar econômico.

**b)Administração responsável:** Isso significa que os processos de desenvolvimento industriais, financeiros, agrícolas e de construção civil sejam desenvolvidos de tal forma que demonstrem uma administração plenamente responsável por aquilo que é usado e por aquilo que é produzido.

**c)Limites:** Isso significa que se deve encaminhar o desenvolvimento dentro dos limites conhecidos ou prováveis dos recursos não renováveis do planeta e dentro dos limites de intervenção humana toleráveis aos ecossistemas.

**d)Comunidade global:** Isso significa que o prejuízo ao meio ambiente e aos ecossistemas da Terra não está delimitado por fronteiras geográficas ou nacionais; somente perspectivas verdadeiramente amplas ou globais e uma ampla cooperação podem reparar o prejuízo já causado e assegurar um desenvolvimento seguro no futuro.

**e)natureza sistêmica:** Isso significa que o desenvolvimento deve ocorrer com a plena consciência das inter relações entre todos os ecossistemas naturais e toda a atividade humana (KINLAW, 1997, p. 82).

Neste sentido, fica caracterizado o reconhecimento e os requisitos necessários para a efetivação do desenvolvimento sustentável, que conforme Flores (1995) tem por finalidade o desenvolvimento econômico lado a lado com a conservação dos recursos naturais, primando pela melhoria na qualidade de vida das pessoas. Além disso, Maimonn (1992, p. 21) afirma que pára se atingir o desenvolvimento econômico, a prioridade ambiental era fundamental e que desta dependia, não somente a qualidade de vida, mas a própria vida.

Como discussão principal, torna-se evidente a necessidade de um entendimento sobre o que é desenvolvimento sustentável, que para Kinlaw significa a: Macrodescrição de como todas as nações devem proceder em plena cooperação com os recursos e ecossistemas da Terra para manter e melhorar as condições econômicas gerais de seus habitantes, presentes e futuras. O DVS concentra-se nas políticas nacionais e internacionais (KINLAW, 1997, p. 83).

A idéia neste contexto orbita ao redor do conceito de internacionalidade macroeconômica, que evidencia os requisitos ao desenvolvimento sustentável mundial, bem como se transportando para as esferas microeconômicas e regionais.

Assim, David Pearce, em seu livro *Blueprint for a green economie*, enfatiza a necessidade do desenvolvimento da economia estar norteado na elevação da qualidade de vida. Diz ele:

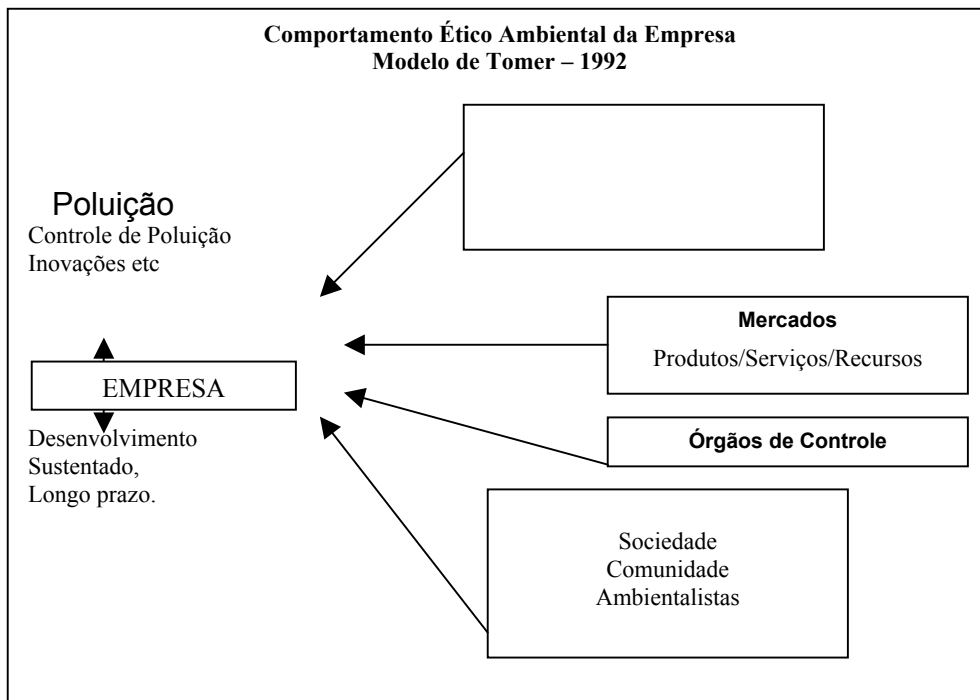
Desenvolvimento é um conjunto de metas ou objetivos desejáveis para a sociedade. Esses objetivos, indubitavelmente, incluem as aspirações básicas para assegurar uma elevação do nível de renda per capta, o que em geral é denominado padrão de vida. Entretanto numerosas Pessoas já estão acreditando que nível e padrão de vida é mais do que crescimento econômico com elevação da renda. Há agora uma ênfase na qualidade de vida, sob o enfoque da saúde da população, nos padrões educacionais e no bem estar social geral (PEARCE, 1994, p.4)

Este posicionamento nos remete ao princípio da ética ecocêntrica para o estabelecimento de ecoestratégias, num comportamento majoritário reativo,



desenvolvido através da vivência permanente da contradição entre responsabilidade ambiental e lucro onde a responsabilidade ambiental é assumida e integrada à missão da empresa, como pode ser visto na Figura 1, transformando o que outrora era visto como problema, como uma nova oportunidade de negócios.

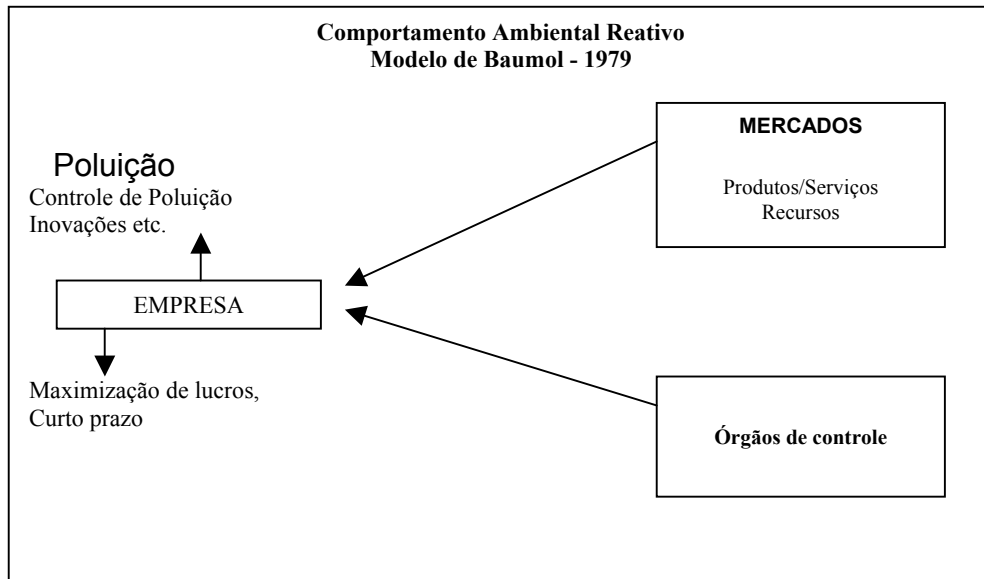
**FIGURA 1**  
**COMPORTEAMENTO ÉTICO AMBIENTAL DA EMPRESA – MODELO DE TOMER, 1992.**



Fonte: Gestão Ambiental – Fascículo 1, 1996, p.3

O desenvolvimento deste exercício contrapõe-se ao comportamento de curto prazo, da política de preços predatória, do comportamento ético ambiental da empresa onde a responsabilidade ambiental integra-se à estrutura organizacional, como se pode constatar na Figura 2, através do modelo Baumol (1979).

**FIGURA 2:  
COMPORTAMENTO AMBIENTAL REATIVO – MODELO DE BAUMOL, 1979.**



Fonte: Gestão Ambiental – Fascículo 1, 1996, p.3

No entanto este posicionamento na imensa maioria das empresas brasileiras restringe-se a somente ao atendimento à legislação de controle da poluição da água, do ar e do solo. As figuras 1 e 2 nos possibilitam conhecer mais detalhadamente o comportamento ambiental reativo e a longo prazo, conforme os modelos de Baumol (1979) e Tomer (1992).

### 2.2.2 Tecnologias Limpas

A avaliação dos efeitos ambientais decorrentes de processos e métodos representa um dos pontos mais importantes dentro do modelo de gestão ambiental e a proteção do meio ambiente, exige a adaptação e transformação de técnicas e processos. Misra (1996) afirma que tecnologias limpas são processos de manufatura que permitem a redução da quantidade de efluentes, que poluem o meio ambiente e realiza o uso mais racional para matérias primas e energia, conseguindo custos mais razoáveis.

Desta maneira a transformação de técnicas e processos industriais acontecem diante de inovações classificadas em três categorias, conforme é representado no Quadro 5.

**QUADRO 5**  
**CATEGORIAS DE INOVAÇÃO**

GERAÇÃO	DESCRIÇÃO
Tecnologia de final de linha	Reduz a poluição mediante incorporação de equipamentos de controle sem modificar o processo de produção.
Caráter preventivo	Consiste tanto na redefinição dos processos de produção quanto na composição de matérias-primas e insumos.
Biotecnologia	Possibilita uma larga substituição de materiais tóxicos, contribuindo para redução de poluição.

Fonte: Gestão Ambiental, Fascículo 2, 1996, p. 6

Assim, torna-se de capital importância a difusão dessas inovações para consolidação de políticas ambientais progressistas, de forma que se instale rapidamente sistema de controle para o processo de produção.

No entanto, especula-se que a aplicação de tecnologias limpas seja efetuada exclusivamente por fatores econômicos e não por motivos ambientais. O que é claro é que sua aplicação torna-se ambientalmente amigável.

Neste sentido pode-se entender que tecnologia torna-se um conjunto de conhecimentos que aplicadas maximizarão resultados, através da busca da melhoria contínua tendo como resultado maior o desenvolvimento sustentável. Pereira e Alperstedt (1996, p. 3), entendem tecnologia limpa como a diminuição de insumos, gerando menos poluição.

#### 2.2.2.1 Implementação de tecnologias limpas.

O uso de processos e técnicas com objetivo de melhorar o desempenho ambiental é possível em qualquer atividade industrial, e não depende do seu tamanho efetivamente. Para Misra (1996) torna-se necessário para sua implantação a otimização

do processo existente, a modificação nos processos e a substituição de procedimentos produtivos.

A aplicação dessas técnicas implicam diretamente em conseqüências positivas, conforme é exposto no Quadro 6.

**QUADRO 6  
CONSEQÜÊNCIAS DA ADOÇÃO DAS TECNOLOGIAS LIMPAS**

Eliminação do uso de matérias primas e de insumos que contenham elementos perigosos;  
 Otimização das reações químicas, tendo como resultado a minimização do uso de matérias primas e redução, no possível, da geração de resíduos;  
 Segregação, na origem, dos resíduos perigosos dos não perigosos;  
 Eliminação de vazamentos e perdas no processo;  
 Promoção e estímulo ao reprocessamento e a reciclagem interna;  
 Integração do processo produtivo em um ciclo que também inclua as alternativas para destruição dos resíduos e a maximização futura do reaproveitamento dos produtos.

Fonte: Schenini, 1999, p. 53.

Em geral, as evidencias de que a utilização de tecnologias limpas no processo produtivo de empresas de pequeno, médio e grande porte e a tendência de que os problemas minimizem, em geral levam seus adeptos ao atingimento da proteção ambiental, através da melhoria das condições de trabalho dos colaboradores, que economizando matéria prima e energia e melhorando a qualidade do produto fabricado, vão diminuir custos e perdas e incrementar a produtividade e a lucratividade.

**2.2.3 O SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E O TURISMO**

As origens das teorias administrativas se encontram na administração industrial (PETROCCHI, 1998, p. 292). Neste contexto a expressão controle de qualidade vem à tona. Mas foi a partir de 1920, com a Western Eletric, que se estabeleceu um departamento para controle de qualidade, quando da fabricação de uma certa central telefônica. Esta central apresentava uma série de defeitos o que culminou com a

criação de um departamento para inspecionar a qualidade do produto, sendo chefiado por Georges D. Edwards, trabalhando ao seu lado Walter A Shewhart, matemático e estatístico que criou um sistema de medição de variância nos sistemas de produção chamado Statistical Process Control e o PDCA, no português chamado de PEVA.

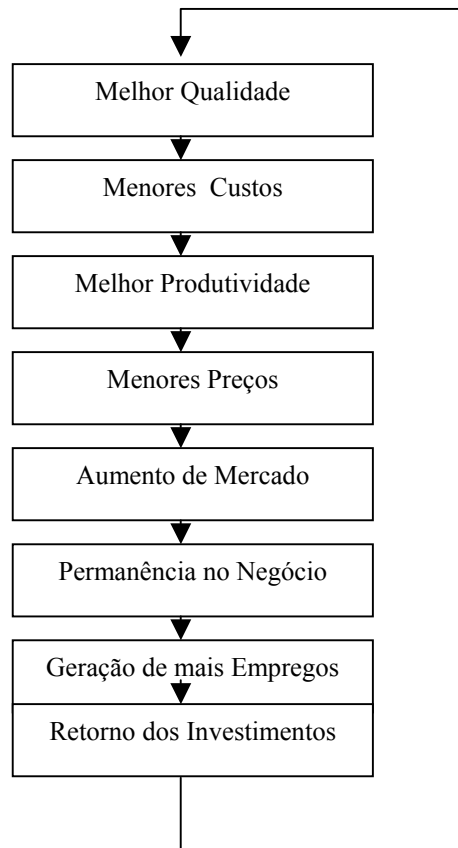
Em 1938, outro estatístico de nome Edwards Deming entra em contato com o modelo de Shewhart, tornando-se seu discípulo. Em 1947 os americanos levam Deming para o Japão, afim de que colaborar na preparação do censo japonês de 1951, despertando em si um profundo senso de solidariedade.

Já em pleno trabalho, Kenichi Koyanagi, diretor administrativo convida em março de 1951 o Professor Deming para uma palestra, sendo organizado ao final da primeira um suntuoso jantar onde Deming em discurso plantou as bases da qualidade total.

Em 1954, outro especialista americano chamado Armand Feigenbaum, insiste com os japoneses na necessidade de se envolver todas as células de uma organização na busca da qualidade. Esta base filosófica, apresentada por Feigenbaum, fez com que os japoneses, na figura de Kaoru Ishikawa, filho de Ichiro, ampliasse o conceito desenvolvido por Juran de cliente e lançaram a idéia de cliente interno, estudando o trabalho dos cientistas comportamentais entre eles Maslow e David McGregor. A partir daí, desencadeia-se uma seqüência de estudos de idéia de melhoria contínua, dedução de custos etc, vindo a consolidar-se definitivamente na década de 60.

Em linhas gerais, o pensamento de Deming era traduzido numa filosofia em que havendo melhor qualidade, haverá menores custos, que melhorará a produtividade, diminuirá os preços, aumentará o mercado, e o empreendedor permanecerá no negócio, gerando mais empregos, tendo com isto, de maneira clara, o retorno do investimento, conforme é apresentado esquematicamente na Figura 3, que sintetiza toda a filosofia, que em decorrência da diminuição de trabalhos refeitos, erros cometidos, empecilhos diminuídos, otimiza melhor o uso do tempo das máquinas e materiais aplicados, aumentando a produtividade.

**FIGURA 3**  
**FILOSOFIA DA GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL**



Fonte: Petrocchi, 2001, p. 300.

Portanto, pode-se concluir que a questão da qualidade é muito mais humana do que técnica, resumindo-se a um querer fazer bem. Assim torna-se imperativo a atenção ao processo de mudança que envolve velocidade, percepção e paradigma. No entanto, toda organização apresenta seu credo e por vivermos num mundo de tendências e de variações espetaculares é necessário convicção, ou seja, estar convicto que é chegada a hora de mudanças, e neste sentido há que se romper barreiras paradigmáticas e, sobretudo compromisso, assumindo a conversão para o processo de mudança. Neste contexto é necessário flexibilidade, clima de trabalho e espírito de equipe e ou time, educação e treinamento, pessoas e tecnologias que garantam a mudança de uma gestão obsoleta para uma autonomia globalizada.

Este princípio leva a questão da gestão a uma abordagem do zero defeito, desenvolvida pelo médico e filósofo Philip Crosby, autor do best-seller Quality Free,

defendendo a idéia de que deve haver planejamento e trabalho para prevenir erros, consignados numa lista intitulada 14 passos, descritos no Quadro 7.

**QUADRO 7**  
**14 PASSOS DE CROSBY**

<b>Passo</b>	<b>Filosofia</b>
1º Compromisso do gerenciamento	Gestão estratégica. Autonomia globalizada
2º Equipe de melhoria da qualidade	Diferencial competitivo
3º Medição da qualidade	Avaliação dos sistemas e processos
4º Preço da não conformidade	Consciência dos custos do certo e do errado
5º Consciência da qualidade	Comunicação
6º Ação corretiva	Identificação e eliminação
7º Planejamento do zero defeito	Compromisso no processo
8º Educação	Conscientização, treinamento.
9º Dia do zero defeito	Celebração, comemoração
10º Definição dos objetivos	Organização das funções
11º Eliminação das causas e erros	Diálogo, reflexão e proposição
12º Reconhecimento	Gratidão
13º Conselhos de qualidade	Troca de experiência
14º Fazer tudo de novo	Continuidade

Fonte: Petrocchi, 1998, p. 310.

No entanto Joseph M. Juran em sua obra Quality control handbook (1951), defende que a organização seja orientada para o mercado através de três componentes que devem integrar um sistema de qualidade total que são a alta gerência, o treinamento de todos os envolvidos e a melhoria rápida da qualidade, sendo resumida sua forma de pensar em administração por meio de projetos, utilização de procedimentos estruturados para solução e problemas, uso de ferramentas simples a fim de aperfeiçoar processos e montagem de infra-estrutura de apoio e de gerência de projetos.

Já Feigenbaum em seu artigo Quality as management que deu formação ao seu livro Total quality control: engineering and management (1951), considera que qualidade é um processo para administrar como satisfazer pessoas, ter preços competitivos e dar maior satisfação aos funcionários, o que já para Ishikawa, o controle da qualidade e os círculos de controle teriam a seguinte forma como é apresentado no Quadro 8.

**QUADRO 8  
CONTROLE E CIRCULO DA QUALIDADE DE ISHIKAWA**

<b>Controle da qualidade</b>	<b>Círculo da qualidade</b>
Conhecer os requisitos dos consumidores ou saber se os consumidores comprarão	Voluntariado deve surgir espontaneamente, não por ordem superior.
Não se pode definir a qualidade sem saber o custo	Auto desenvolvimento. Os participantes devem se dispor a estudar.
Deve-se prever os possíveis defeitos e reclamações	Desenvolvimento recíproco. Os membros devem desejar seus crescimentos individuais e colaborar com outros grupos.
Deve-se pensar sempre em tomar as medidas apropriadas. Controle de qualidade sem ação é mero discurso	Participação total. Alcançar a participação de todas as pessoas da organização.
O controle de qualidade atinge seu estado ideal quando já não requer inspeção	

Fonte Petrocchi, (1998, p.314).

Desta forma a cada dia que passa o Homem passa a exigir sempre mais a qualidade daquilo que julga necessário estabelecer dentro de seus desejos e necessidades E o que isso têm haver com lazer, tempo livre e, sobretudo turismo? A resposta esta atrelada intimamente à motivação e a todo processo mimético, ou seja, as adaptações, que o viajante poderá sofrer.

Segundo BENI, o processo mimético na eleição de destinações de viagem ocorre em várias circunstâncias.

- a) do sentimento romântico ao sentido de programação. b) tendência a padrões de consumo inusitados que, por razões nem sempre previsíveis e mensuráveis, em locais inexplorados ou de baixa densidade populacional com fascinantes atrativos naturais, induzem o surgimento de complexos turísticos sofisticados e de prestígio social. c) novas formas de viagem cultural. d) democratização do turismo: turismo de massa e turismo popular; turismo socializado: programas e equipamentos e agentes promotores, decorrentes do processo de substituição do fluxo de adesamento da demanda e conseqüente saturação da oferta em núcleos tradicionais (BENI, 1998, p.239).

Assim primar pela de vida por ações que otimizem resultados, sempre são questões importantes. Entretanto há o desinteresse e objetivos diversos no campo dos



negócios que devem ser, dentro deste contexto analisados, para a proposição de um eficiente sistema de qualidade.

Na visão de Cerqueira (1994), o mundo está passando por uma fase de mudanças muito rápidas. Essas mudanças são apenas parte da rápida evolução social, tecnológica e, sobretudo, mental, que a humanidade vem experimentando. Estas mudanças têm trazido ameaça a sobrevivência das organizações em todo mundo pelos mais variados motivos.

Nesta linha, Reis (1997) coloca que a qualidade em serviço é fundamental, pois é o único processo conhecido que simultaneamente: satisfaz o cliente, motiva os funcionários/colaboradores, promove uma redução de custos, aumenta a produtividade, aumenta a rentabilidade da organização e promove o fortalecimento da imagem da organização, tanto interna como externamente.

Deming (1950) explica também que à medida que os custos baixam, a produtividade aumenta, conseguindo-se avançar no mercado, consolidando o negócio a fim de se oferecer empregos e renda. No entanto para que o processo de gestão e a conseqüente obtenção do desenvolvimento sustentável apareçam, a cultura ambiental deve estar disseminada, através de educação e da consciência, à norma ISO 14.000, em conjunto com a adoção das diretrizes sustentáveis da agenda 21 e o uso de tecnologias limpas (ISO 9.000 e ISO 18.000) devem estar em consonância, pelo menos em suas filosofias para que possa haver indubitavelmente o compromisso e comprometimento, binômios indispensáveis a aplicação da gestão da qualidade total.

De acordo com Drügg (1994), a qualidade é uma filosofia que vem sendo adotada atualmente em diferentes organizações, no sentido de incorporar nas pessoas e na própria organização uma postura de melhora contínua. Para a autora, qualidade é universal, pois nenhum homem, independente de raça, credo religioso ou político, prescinde de sua existência. Qualidade é, portanto, objetivo de vida, pertinente a toda a humanidade. Qualidade se faz com educação.

Drügg (1994) salienta que, para planejar mudanças em função do processo da qualidade, é preciso focar quatro elementos vitais que geram qualidade: a determinação que corresponde ao querer de cada um é o reconhecimento e o alinhamento dos seus valores pessoais; o conhecimento, elemento vital do processo da

qualidade, é um ato individual, uma vez que a pessoa necessariamente se apropria de informações que vão se traduzir em ações; a estratégia, que é o planejamento da ação, que planejada ganha qualidade e o pacto, que é o contrato do grupo, que tem seus alicerces nos valores individuais.

Desta forma o sistema de gestão ambiental torna-se um conjunto de procedimentos que inclui na estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para gerenciar ou administrar uma empresa, de forma a obter o melhor controle e o acompanhamento do desempenho organizacional ambiental.

Sua aplicabilidade por fim, é justificada pela pertinente vantagem competitiva através da melhoria da imagem, com o aumento da produtividade e conquista de novos mercados, minimizando custos através da eliminação dos desperdícios, conquistando a conformidade ao menor custo por interveniência da racionalização da alocação dos recursos necessários a transformação do processo.

Tal vantagem, ainda permite promover a melhoria organizacional, propondo uma gestão sistematizada, com um profundo relacionamento com a comunidade, minimizando os riscos, através da identificação das vulnerabilidades inerentes.

A produção destes princípios leva a uma oferta do turismo gerada em ambientes complexos, localizados segundo Leiper (1979), no terceiro elemento da região geográfica de seu sistema, ou seja, na destinação, considerada como sendo “o foco de instalação e serviços projetados para atender às necessidades do turista (COOPER, 2001, p.136)”.

Propor seu desenvolvimento exige planejamento e gerenciamento, pois esta ferramentas tornam-se instrumentos eficientes para a garantia de uma eficiente prestação de serviços que possa atender a demanda.

O próprio fato de que uma destinação é um amálgama tem uma série de implicações. Particularmente, é importante que a qualidade de cada componente da destinação e a prestação do serviço turístico nestes componentes seja razoavelmente uniforme: um restaurante ou uma cama de hotel de baixa qualidade podem prejudicar férias que, nos outros aspectos, são satisfatórias. Esta complementaridade dos componentes da destinação é de difícil controle por parte de administradores, dada a natureza fragmentada dos empreendimentos turísticos. A integração dos empreendimentos

através de organizações maiores (operadoras de turismo que são proprietárias de hotéis e empresas de transporte) é uma forma de exercer este controle, mas para organismos turísticos do setor público, o problema é crucial (COOPER, 2001, p. 137).

A produção deste amálgama diz respeito ao desenvolvimento das atrações, das amenidades, dos acessos e serviços auxiliares, potencializados através do estabelecimento de clusters entendidos como sendo “um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área vinculada por elementos comuns e complementares (MICHEL PORTER, 1999, p. 211)”. Apresentam como principais características, a predominância de uma determinada área; empresas e instituições estreitas ou com forte complementaridade em setores amplos e diversos; sinergia compartilhada devendo refletir a realidade econômica e não as fronteiras políticas e administrativas na busca comum de benefícios recíprocos.

No turismo, por exemplo, a qualidade da experiência do visitante depende não só do apelo da principal atração (como praias ou localidades históricas), mas também do conforto e do serviço dos hotéis, restaurantes, lojas de souvenirs, aeroportos, outros meios de transporte e assim por diante. Como ilustra o exemplo, as partes do aglomerado são em geral, efetivamente dependentes entre si. O mau desempenho de uma delas compromete o êxito das demais (MICHEL PORTER, 1998, p. 230).

As operações responsáveis pelo processamento destes princípios podem, por sua vez promover novidades tecnológicas; iniciativas de inovação; processos de trabalho; novo desenho do produto; nova abordagem de marketing e novos métodos de capacitação de pessoal.

#### 2.2.4 A ISO 14.000

Atualmente o que mais se tem discutido em termos de meio ambiente é sua preservação e uso inteligente. Num mundo globalizado onde as relações econômicas assumem papel relevante no processo produtivo, busca-se avaliar os impactos que a devastação ambiental vem promovendo no planeta.

Tanto o ocidente quanto o oriente vem marcado por transformações radicais em seus ecossistemas e com o tema tomando proporções astronômicas à pressão internacional tornou-se inevitável. Nos países em desenvolvimento tais questões ainda são mais presentes e atinge diretamente as empresas inseridas no mercado internacional.

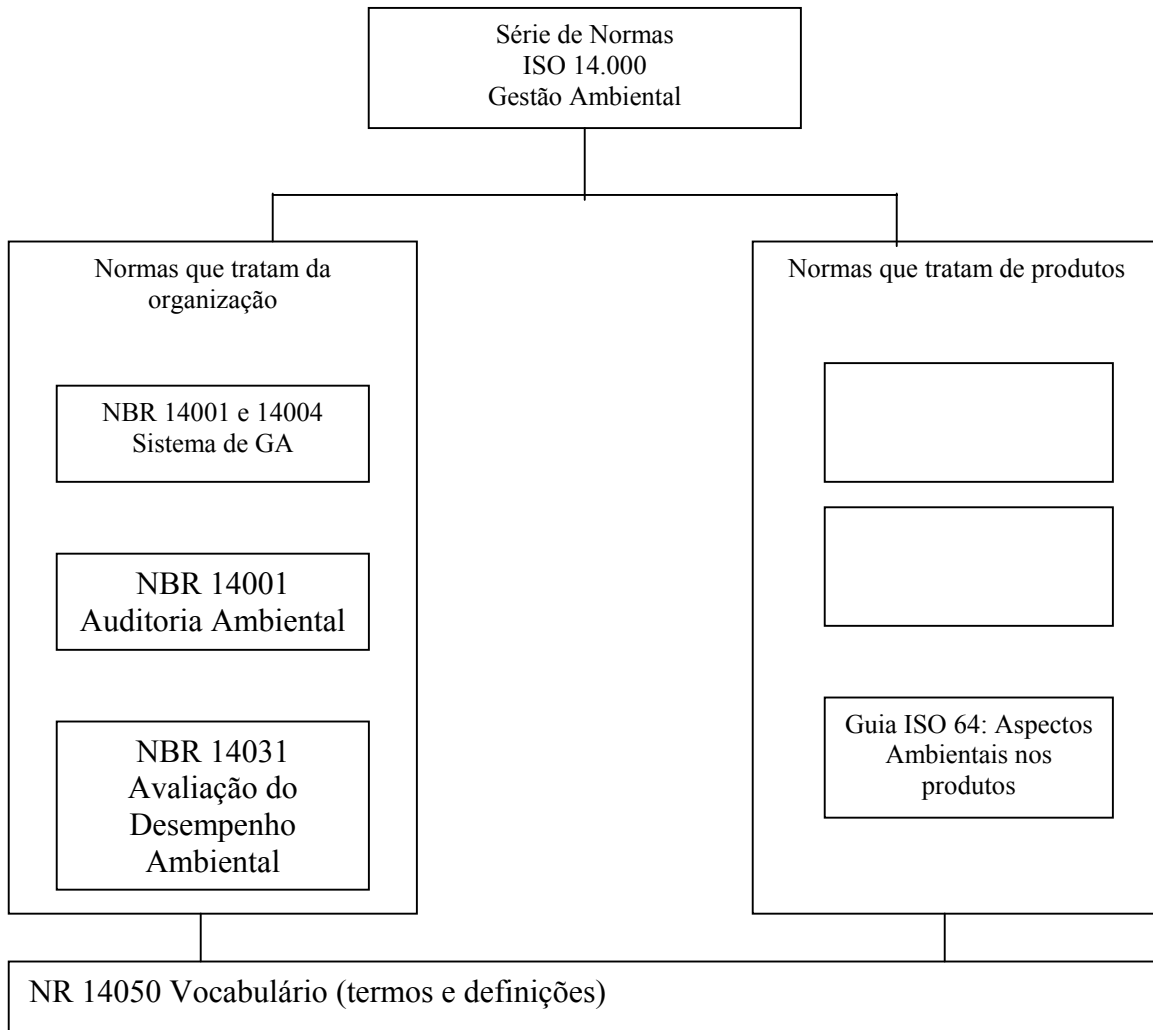
A nova série ISO 14.000 vem ao encontro da necessidade das empresas em adotarem práticas gerenciais adequadas às exigências de mercado, universalizando os princípios e procedimentos que permitirão uma expressão consistente de qualidade ambiental.

As normas de meio ambiente, portanto, não são apenas mero modismo, mas vieram para ficar, com intenção de normatizar métodos e procedimentos, através da disseminação de um sistema de gestão, que dará subsídios as empresas e governos para o melhoramento de ações ligadas as questões ambientais.

A conjugação desses elementos minimiza as pressões que as organizações sofrem, podendo manter um crescimento econômico, mediante adoção de medidas que viabilizem a vida presente e futura.

Assim a série ISO 14.000 torna-se um conjunto de normas técnicas referentes a métodos e análises, que possibilita certificar vários produtos e organizações, que estejam de acordo com a legislação ambiental e não produzem danos ao meio ambiente. Foi a partir de então que vários países passaram a criar e a adotar símbolos que identificassem seu compromisso com o meio ambiente tendo finalmente o estabelecimento da série de normas ISO 14.000, conforme expressa a Figura 4.

**FIGURA 4**  
**NORMAS ISO 14.000**



Fonte: Valle, 1995, p. 104.

As normas originárias do TC –207 formaram a ISO 14.000, estabelecendo assim um padrão mundial de gestão ambiental. O Brasil também participa do processo de normalização desencadeado pela ISO através da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, que criou o GANA – Grupo de Apoio à Normalização Ambiental, para realizar o acompanhamento e análise dos trabalhos desenvolvidos.

De certa forma a ISO 14000 apresenta notáveis semelhanças com a já consagrada e disseminada mundialmente ISO série 9000 cabendo, no entanto, realizar

um comparativo entre as semelhanças na implantação das normas da série 9000 aplicáveis à série 14.000.

A incorporação desta ferramenta torna-se um passo importantíssimo para o ajuste competitivo das organizações que pretendem manter-se vivas no mercado, face uma necessidade e imposição das ações globalizadas da economia. De fato, a série 14.000 apresenta notáveis semelhanças com a já consagrada com a família 9.000, em franca disseminação nos mais importantes países industrializados.

Ambas as séries apresentam um conjunto de ferramentas e estabelecem um padrão de sistema de gestão que objetiva essencialmente à melhoria do processo produtivo e da conseqüente força competitiva, em qualquer porte ou ramo de atividade empresarial, mediante certificação.

Desta maneira, em decorrência da forte semelhança na implementação das duas normas, torna-se possível retirar algumas lições da série 9.000 aplicáveis a série 14.000. Assim para se obter a famosa qualidade do processo produtivo e do meio ambiente não é necessário a aplicação de uma revolução nos procedimentos, técnicas e padrões da empresa. Os resultados são alcançados, de um processo evolutivo e contínuo, que passa pelas etapas de avaliação, implementação, controle e revisão.

Com isto, para que haja sucesso na implementação da série 14.000, é necessário, como na gestão da qualidade, haver o consenso em todos os níveis da organização, aliado a um profundo comprometimento de seus atores. Este comprometimento fará a integração das funções, com responsabilidade, tendo como ponto em comum a revelação das falhas, como processo de barreira cultural a ser vencida. O Quadro 9 apresenta as diferenças discutidas.

**QUADRO 9  
COMPARATIVO ENTRE ISO 9001 E ISO 14001**

ISO 14001	ISO 9001	PARALELO
Sistema de Gestão Ambiental	Sistema de Gestão da Qualidade	Requisitos que se destinam à implementação dos procedimentos e instruções do sistema
Política de meio ambiente	Política da qualidade	A política expressa o comprometimento da organização e estabelece os princípios de ação da mesma.
Estrutura, responsabilidade e treinamento.	Organização, responsabilidade e treinamento.	Especificações semelhantes, com ênfase no direcionamento do treinamento e definição de responsabilidades.
Ações ambientais	Controle do processo	Observância de leis e regulamentações.
Objetivos e metas ambientais	Objetivos e metas da qualidade	Definição do nível de desempenho a ser alcançado pela implementação do sistema.
Programa de gestão ambiental	Planejamento da qualidade	Meios para atingir os objetivos e metas da organização.
Documentação da gestão ambiental	Manual e documentação da gestão da qualidade	As especificações para o controle de documentos são as mesmas.
Procedimentos de controle para operações de rotina	Procedimentos operacionais para os elementos mandatários	Correspondência relacionada às diferentes etapas do processo de produção.
Registros sobre a gestão ambiental	Registros da qualidade	Demonstração do alcance de conformidade da operação do sistema
Revisão do SGA	Análise crítica pela administração	Revisão de resultados de auditorias da eficácia do sistema de gestão e da adequação do sistema aos objetivos e políticas definidos.

Fonte: Gestão Ambiental, Fascículo 6, 1996, p. 1.

Pode-se constatar, que ambas as séries de normas fornecem ferramentas e estabelecem um padrão de sistema de gestão que objetiva essencialmente o atingimento da melhoria do processo seja de qualquer porte ou ramo de atividade, havendo, entretanto consenso em todos os níveis hierárquicos, sem que isso se torne uma imposição gerencial.

## 2.2.5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL

A questão central da filosofia do planejamento estratégico consiste numa mudança gradual da mentalidade e gerenciamento de curto para longo prazo. Esta mudança paradigmática permite construir posicionamentos numa perspectiva maior, revisada e ajustada para o desenvolvimento do turismo sustentável. A visão holística neste contexto, integrada a um processo de mudança, com forte personalidade sistêmica, enfoca a alocação e recursos que comprometem ações futuras.

Cooper *et all*, em Turismo: princípios e práticas, afirmam que o planejamento estratégico adota princípios de turismo sustentável onde:

- a) O processo de definição de objetivos proporciona um sentido comum de propriedade e direção para grande parte dos interessados, ao mesmo tempo em que afina os objetivos orientadores da destinação.
- b) A coerência proporcionada pela abordagem oferece uma estrutura para iniciativas conjuntas entre os setores comercial e público e exige uma identificação clara dos papéis e das responsabilidades e
- c) Produz uma série de indicadores de desempenho com os quais o desempenho da destinação pode ser comparado (COOPER *et all* 2001, p. 145)

É necessária uma análise da situação do local envolvendo uma plataforma de informações desencadeadas através de análise dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças, estágio importante em qualquer plano estratégico.

Igor Ansoff (1987), apresenta duas situações que devem ser muito bem analisadas. A primeira, chamada de posição atual, procura apontar o real status em que se encontra o objeto, foco de pesquisa. Este momento é muito importante no processo de planejamento, pois é com base naquilo que se encontra, que se poderá estabelecer, mais adiante, as diretrizes, metas e estratégias, além, evidentemente dos planos setoriais. Estes elementos intrínsecos aos instrumentos derivativos do ato de planejar, ou seja, aos planos, programas e projetos, devem estar carregados de imparcialidade, para não incidirem em erros, resultando num documento de valor consultivo.

Assim urge a necessidade de se aplicar técnicas eficientes para a elaboração do diagnóstico. Realizá-lo não é tarefa difícil, pois respondendo as perguntas estratégicas, pode-se estabelecer um diagnóstico. O ponto principal, entretanto fica por conta das ações posteriores ao que se diagnosticou. É importantíssimo ressaltar em particular que

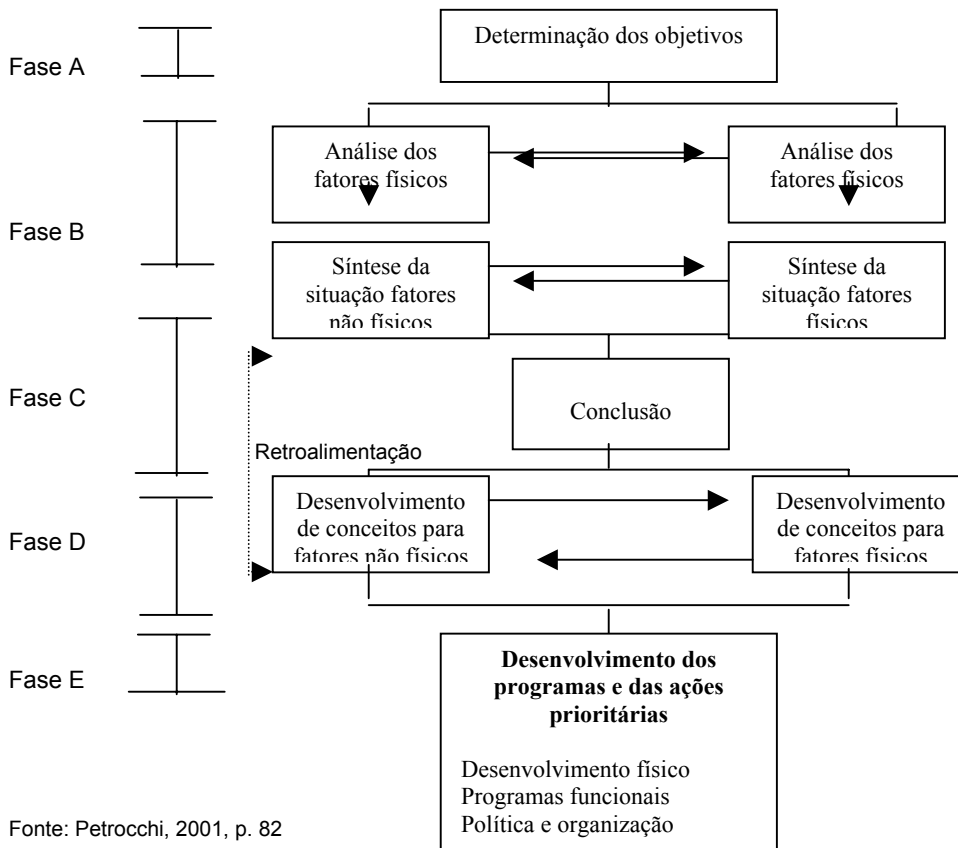


o êxito dos planos setorial acontecerá realmente, após eficiente inventário e elaboração de sólido e real levantamento de onde estamos atualmente. Assim, o envolvimento de todos ajudará na redução de falhas técnicas que poderão resultar em erros no futuro.

Portanto, o enfoque dado deve ser tal, que promova então as informações necessárias para uma tomada de decisão e posterior ação para atingimento daquilo que se define como sendo uma situação desejada (ANSOFF, 1987). Este enfoque, desenvolvido pelo biólogo austríaco Bertalanfy (1937), otimiza a possibilidade de se entender o que se espera do plano em termos de metas e objetivos futuros, bem como da formulação das estratégias, princípios estratégicos, implantação, monitoramento e avaliação.

Petrocchi (2001, p. 82) apresenta o modelo de planejamento estratégico regional de Clarence Gunn (1979). Este modelo é estruturado em cinco fases assim distribuído. Fase A, estabelecimento de objetivos em nível regional; Fase B, inventário e análise, com o objetivo de conhecer a situação da região. Este momento propicia a possibilidade de se analisar toda a informação referente aos fatores físicos e não físicos; Fase C, síntese e conclusões dos elementos levantados na etapa anterior, consolidando um diagnóstico da situação; Fase D definição de conceitos de desenvolvimento, ou seja, as soluções técnicas para os fatores físicos, os programas funcionais e normativos e Fase E, como sendo as recomendações para os programas e ações prioritárias, subdivididas em áreas, tais como expansão física, programas funcionais, políticas e organização, tal como mostra a Figura 5.

**FIGURA 5**  
**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL – MODELO DE GUNN, 1979.**



O planejamento estratégico sustentável deve ser entendido, portanto como um processo cujo objetivo final seja promover o desenvolvimento gestacional sustentado, permitindo a convergência de ações em torno de objetivos comuns, neste caso entendido como preservação ambiental, que tem seu marco inicial com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1871, quando os Estados Unidos da América, sofria, por assim dizer seu avanço industrial. A proteção vista como uma necessidade maior tomou conta quando definitivamente inicia-se a melhoria desses ideais preservacionistas.

A idéia de preservação da natureza começa a esbarrar na bandeira do desenvolvimento industrial, e este dilema entre preservar e desenvolver, foi e continua sendo uma das maiores barreiras da real utilização de um meio ambiente equilibrado.

A proteção integral e a manutenção dos ecossistemas livres de alteração causados por interferência humana, criaram a necessidade de se desenvolver o

conceito de desenvolvimento sustentável. A proteção da natureza ganha neste sentido um pacote de princípios que fomenta o uso inteligente com a possibilidade de aliar-se outras atividades dentro desses biomas. Claro que esta estratégia vem até hoje, criando políticas em função de conseqüências de crises financeiras, repercutindo drasticamente sobre a utilização das reais necessidades de investimentos.

A ética do uso, representada pelo movimento antropocêntrico, fundamentação de valor ocidental, perdura ainda nos dias atuais, tendo como valor instrumental o uso da natureza como forma de manutenção da necessidade humana, não concedendo nenhum valor intrínseco a ela mesma. É como se a natureza estivesse ali para ser extraída sem princípios e normas de relacionamento. A moralidade antropocêntrica passa então a argumentar a noção de uso para as necessidades únicas do homem no que tange a sobrevivência e permanência dele no espaço. Não há neste sentido uma harmonia entre a humanidade e a natureza. Esta base de relacionamento vem calcada após a crise financeira mundial, onde a interdependência econômica e ecológica torna-se evidente.

E é com base neste princípio que os impactos ambientais se configuram colocando em cheque o desenvolvimento ambiental. A legislação federal apresenta com muita propriedade o que são impactos ambientais. A resolução CONAMA – 001, de 23 de janeiro de 1986, define impacto ambiental como sendo:

(...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas no meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a) à saúde, segurança e o bem estar social; b) as atividades sociais e econômicas; c) à biota; d) às condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e e) à qualidade dos recursos ambientais (ANTUNES, 1990, p. 327)

No entanto o questionamento do posicionamento antropocêntrico toma fôlego a partir das obras de Carson (1962) e White (1967), que inicia uma reflexão da base filosófica de então, reorientando para uma identificação mais imparcial, centrada na esfera, nascendo aí à ética da natureza, numa visão ecocêntrica, “vista como o domínio da administração ambiental eficiente (WEARING e NEIL, 2001)”.

A importância biocêntrica, discutida por Birch (1991) é importante, pois argumenta que se percebe que todas as criaturas têm valor intrínseco, criando uma

rede da vida ou uma biodiversidade sobre o planeta, onde cada ser tem seu valor, representa uma função no ciclo trófico, no que a física quântica mostrou de maneira dramática, não há partes em absoluto. Esta teia inseparável de relações apresenta uma visão parnasiana de troca, sensibilidade, direito e justiça de todos os seres vivos do planeta, na prática biocêntrica, traduzida e desenvolvida por Janes Lovelock na sua hipótese de Gaia (1988), expressão máxima da visão e da ética ecocêntrica.

Esta mudança paradigmática de um ambientalismo superficial para uma ecologia profunda, exige a compreensão do planeta como um organismo vivo, onde há um entrelaçamento de seres e interesses, reconhecendo a interdependência fundamental de todos os fenômenos, encaixados ciclicamente na natureza. E é esta disfunção visionária elementar ao desenvolvimento da hipótese de Gaia, que atrasa sensivelmente a harmonização ambiental. Como diz Morin:

(...) a revolução das recomposições multidisciplinares está longe de ser generalizada e, em setores, sequer teve início, notadamente no que concerne ao ser humano, vítima da grande disjunção natureza/cultura, animalidade/humanidade, sempre desmembrando entre natureza física e social, estudada pelas ciências humanas (MORIN, 2000, P.30).

Coerente colocar que o interesse social por este posicionamento, vem sendo identificado por diversos setores da sociedade, que apresentam interesses diretos no desenvolvimento ambiental. Evidente que muitos se interessam somente pelos resultados desencadeados, calcados, sobretudo no modismo. No entanto, há que se considerar também a real importância do contexto sistêmico.

A terra não é a soma de um planeta físico, de uma biosfera e da humanidade. A terra é a totalidade complexa físico-biológica-antropológica, onde a vida é uma emergência da história da Terra, e o homem, uma emergência da história da vida terrestre. A relação do homem com a natureza não pode ser concebida de forma reducionista, nem de forma disjuntiva. A humanidade é uma entidade planetária e bioesférica. O ser humano, ao mesmo tempo natural e supranatural, deve ser pesquisado na natureza viva e física, mas emerge e distingue-se dela pela cultura, pensamento e consciência. Tudo isso nos coloca diante do caráter duplo e complexo do que é humano: *a humanidade não se reduz à animalidade, mas sem animalidade, não há humanidade* (MORIN, 2000, p.40)

Esta dramática mudança não acontece de uma hora para outra, mas ocorre através de rupturas paradigmáticas, num caleidoscópio cultural, onde valores, concepções, crenças, técnicas entre outras variáveis, se juntam e a crise intelectual, concentra e aceita a visão ecológica, empregada num sentido profundo, tal como Michel Casse, em discurso num banquete, indagado por um enólogo o que um astrônomo via em um copo de *bordeaux*, respondeu:

Vejo o nascimento do Universo, pois vejo as partículas que se formam nele nos primeiros segundos. Vejo um sol anterior ao nosso, pois nossos átomos de carbono foram gerados no seio desse grande astro que explodiu. Depois, esse carbono ligou-se a outros átomos nessa espécie de lixeira cósmica em que os detritos, ao se agregarem, vão formar a terra. Vejo a composição das macromoléculas que se uniram para dar nascimento à vida. Vejo as primeiras células vivas, o desenvolvimento do mundo vegetal, a domesticação da vinha nos países mediterrâneos. Vejo os bacanais e os festins. Vejo a seleção de castas, um cuidado milenar em torno dos vinhedos. Vejo, enfim, o desenvolvimento da técnica moderna que hoje permite controlar eletronicamente a temperatura de fermentação nas tinas. Vejo toda a história cósmica e humana nesse copo de vinho, e também, é claro, toda história específica do bordelês (MORIN, 2000, p.36).

Os extremos polares entre ética antropocêntrica, centralizado no ser humano e a ecocêntrica centrada na visão de uma rede de fenômenos fundamentalmente interconectados, conduzem a fronteiras sensíveis onde humanidade e natureza são sistemas ordenados com identidade integrada cuja propriedade não pode ser reduzida em mais ou menos importantes. Elas surgem, portanto da organização cósmica do desafio da globalidade, onde os componentes que a constituem são inseparáveis, inter-retroativos entre o todo e as partes, que constituem a totalidade biocêntrica.

Muito embora a ética ecocêntrica ainda encontre resistência por grupos muito bem organizados, o turismo de natureza, vem tomando cada vez mais força, no mercado internacional, e apresenta traços marcantes da principal fonte motivadora de deslocamento para o próximo milênio, calcada sobretudo na ética biocêntrica.

O interesse social por esta modalidade de turismo, vem sendo identificado por diversos setores da sociedade organizada, que apresentam interesses diretos no desenvolvimento do ecoturismo. Evidente que muitos se interessam somente pelos dividendos que a própria atividade oferece, encimada, sobretudo pelo modismo.

Entretanto, a atividade deve também estar comprometida com os aspectos de conservação, manejo e sustentabilidade, observando as dimensões ecológicas, econômicas e sociais do entorno, para difusão da consciência ecológica através da educação ambiental, objetivando com isto receber merecidamente o status de ecoturismo.

Este emprego inclui uma família de princípios orientadores tão “velho como a própria Idade da Pedra, em que o Homem circulava ecologicamente pela natureza” (YÁZIGI, 1999, p. 120).

## 2.3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Do ponto de vista legislativo o meio ambiente do Brasil é tratado na Constituição Federal Brasileira em seu artigo 225 que diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1998, p. 146).

Este artigo legitima a necessidade de se manter para as futuras gerações ecossistemas equilibrados, preservados e os atentados contra eles deveriam ser equiparados aos cometidos contra a união.

Ao se analisar as práticas e os discursos sobre a natureza no Brasil, José Augusto Pádua (1987), fala de uma dualidade “esquizofrênica”, uma vez que traça um paralelo sobre a retórica que enaltece nossas riquezas e as belezas a ligação de uma destruição sistemática.

Serrano conclui:

Apesar de nossos primeiros parques terem surgido na década de 1930, apenas em meados dos anos 70 são colocados em discussão as áreas prioritárias para conservação da natureza, e começa a ser elaborado, em 1979, um Plano do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), que deveria entre outras coisas rever os conceitos de parque nacional, reservas biológicas e estações ecológicas (uso indireto) e floresta nacional e parque de caça (uso direto, o último nunca implementado aqui) – únicas categorias de Ucs previstas em Lei no Brasil até aquele momento. Outras evidências do descaso para com ações efetivas de proteção e com o cumprimento da legislação podem ser lidas na demora na elaboração de planos de manejo para as unidades – o primeiro surge 40 anos após a criação do primeiro parque nacional -, na irregularidade fundiária verificada até hoje na maioria absoluta das áreas delimitadas como UC, na insuficiência da infraestrutura e de recursos colocada à disposição das administrações, entre outros problemas (SERRANO, 1997, p. 108)

O que é certo é que houve uma evolução da legislação, como se pode observar. No entanto o que realmente falta para o Brasil, é uma eficiente aplicação das suas leis, dentro de um contexto ético biocêntrico, calcado na responsabilidade social, que

busque impulsionar o País rumo a sua consolidação como potência no cenário mundial, haja vista a diversidade biológica existente. O Quadro 10 apresenta de maneira sintética a evolução da legislação brasileira no que toca as questões ambientais.

**QUADRO 10**  
**A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA**

Matéria	Lei	Assunto
Ação civil pública	Lei 7.347/85 (alterada pelas Leis 8.078/90; 8.884/94 e 9.494/97),	Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.
Agrotóxicos	Lei 7.802/89 (alterada pela Lei 9.974/00),	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Fonte: WWW. SOS Mata Atlântica 2002

Como se pode observar as leis apresentadas no Quadro 11, servem para preservar e proteger o patrimônio nacional e o Decreto 98.816/90, alterados pelos Decretos 3.550/00 e 3.694/00), regulamenta a Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação e exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Já a Lei que trata sobre amianto, Lei estadual (SP) 10.813/01, dispõe sobre a proibição de importação, extração, beneficiamento, comercialização, fabricação e a



instalação, no Estado de São Paulo, de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto.

Outra questão contemplada na Legislação diz respeito a biodiversidade e engenharia genética, discutida na Lei 8974/95 e regulamentada pelos incisos II e V do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal, que estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, e autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Também como outra ferramenta de preservação o Brasil dispõe da Lei 9605/98, a chamada lei de crimes ambientais que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A educação ambiental também é considerada e a Lei 9795/99, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, além das Leis que tratam da fauna brasileira, nomeadamente a Lei 5197/67, que dispõe sobre a proteção da fauna e dá outras providências, a Lei 6638/79 que estabelece normas para a prática didático-científica da vivissecação de animais, a Lei 7643/87 que proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências, a Lei Estadual (SP) 7407/91 e 7705/92 alterada pela Lei 10470/99 que proíbe a realização de torneios de tiro ao alvo com sacrifício de aves ou animais e estabelece regras para o abate humanitário, respectivamente.

Já a Lei 4771/65 que institui o novo Código Florestal, vem seguida por uma série de Medidas Provisórias, que contribuem para significativamente para o atingimento de seus objetivos.

Outra ferramenta utilizada é a Lei 7797/89 que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, tendo como instrumento regulador o Decreto 3524/00. O Decreto 3179/99 dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e às atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

No que toca o Licenciamento Ambiental, este fica administrado através das Resoluções CONAMA 279/01, 273/00, 237/97, 009/87 e 001/86 que trata respectivamente do licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental, do licenciamento ambiental de postos

revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, do licenciamento ambiental, da audiência pública para análise e discussão de EIA/RIMA e sobre o licenciamento ambiental e sobre o estudo prévio de impacto ambiental.

Outro grande problema diz respeito ao lixo e esta questão fica impressa na Resolução CONAMA 275/01 que estabelece o código de cores a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva de lixo. As Resoluções CONAMA 258/99, 257/99 e 5/93 tratam sobre a destinação final de pneus inservíveis, sobre a destinação final de pilhas e baterias e estabelece procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde e de portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários.

O Decreto de 21 de setembro de 1999 (DMA) institui o “Dia da Mata Atlântica” a ser comemorado em todo o País, no dia 27 de maio de cada ano, e vem respaldado pelos Decretos 750/93 que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências, pelo Decreto 285/99 que dispõe sobre a utilização e a proteção do Patrimônio Nacional da Mata Atlântica e da Serra do Mar, aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor, de Meio Ambiente e das Minorias da Câmara dos Deputados. O Decreto 10/93 estabelece parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica o 1/94 define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado de São Paulo e o Decreto CONAMA 2/94 define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado do Paraná. Em Santa Catarina

O Decreto que define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado é o de número 4/94, tendo finalmente cada Estado litorâneo um Decreto que define a vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica.

As organizações sociais são contempladas com a Lei 9637/98 que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências. O Estatuto da Cidade que estabelece normas de ordem pública e interesse social que

regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental é a Lei 10257/2001.

No contexto que se polemiza e relata também a preocupação com a poluição atmosférica é contemplada através da Lei 8723/93 que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências. As Resoluções complementares do CONAMA 267/00 proíbe a utilização de substâncias que destroem a camada de ozônio a 256/99 dispõe sobre o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso –I/M a 252/99 estabelece para os veículos automotores, nacionais ou importados, limites máximos de ruído nas proximidades do escapamento, para fins de inspeção obrigatória e fiscalização de veículos em uso e a 001/90 estabelece padrões, critérios e diretrizes para a emissão de ruídos por atividades industriais, comerciais, sociais, recreativas e de propaganda política, no interesse da saúde e do sossego público.

A Política Nacional de Meio Ambiente, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências é contemplada na Lei 6938/81 e a Lei 10165/00 altera a Lei 6.938/81 e institui e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e o Decreto 99247/90 regulamenta a Lei 6.902, de 27 de Abril de 1981, e a Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.

A Lei 9790/99 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências, tratando portanto do Terceiro Setor. O Decreto 3100/99 regulamenta a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a Qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências e a Medida Provisória 2143-31/01 e a Portaria 361/99 altera o artigo 18 da Lei 9.790/99 e dá outras providências e regulamenta os procedimentos para a qualificação de pessoas jurídicas de direito

privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, respectivamente.

As questões relativas as Unidades de Conservação são discutidas na Lei 9985/00 que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. A Lei 6902/81 dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências. O Decreto 3384/01 regulamenta o artigo 55 da Lei 9.985/00 o Decreto 1922/96 dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências a Resolução CONAMA 02/96, dispõe sobre a reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, mediante a implantação de uma unidade de conservação de domínio público, a Resolução 13/90 dispõe sobre a zona de entorno das unidades de conservação a 10/88 dispõe sobre as Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Como complementação ainda existe a Lei 9608/98 que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências e as Leis 6803/80 que dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.

Como se pode observar, o conjunto de leis, decretos e resoluções que tratam das questões ambientais do Brasil, compõem um conjunto de ferramentas legais que dispõe sobre a proteção e conservação dos biomas e das questões a elas ligadas. O que falta para este conjunto, entretanto é ser eficiente, tendo o Estado e todo seu aparelho força política para aplicação do que é proposto eficientemente.

Já para Santa Catarina, a preocupação ambiental esta concentrada no decreto nº 14.250, de 5 de junho de 1981, que regulamenta dispositivos da Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, referentes à Proteção e a Melhoria da Qualidade Ambiental. Está dividido da seguinte maneira: o capítulo que trata das conceituações e das disposições preliminares, subdividido em três seções que tratam das questões da degradação e da qualidade ambiental dos recursos naturais. O capítulo dois que discute a proteção das águas, do solo, da atmosfera e do controle sonoro, dispõe de uma seção que trata da proteção das águas e de diversas subseções que tratam da classificação e utilização dos corpos d'água, das proibições e exigências, dos padrões de qualidade da água,

dos padrões de emissão de efluentes líquidos, da proteção do solo e do controle dos resíduos sólidos, da proteção atmosférica, das proibições e exigências, dos padrões de qualidade do ar, dos padrões de emissão e do controle de sons e ruídos.

O terceiro capítulo trata das áreas de proteção especial e das zonas de reserva ambiental, através de uma seção que discute as áreas de proteção especial, das zonas de reserva ambiental, das queimadas, do parcelamento do solo e da implantação das áreas de proteção especial e das zonas de reserva ambiental.

O capítulo quarto discute as atividades empresarias dando as disposições preliminares, identificando as zonas industriais, discutindo a autorização para a instalação e expansão de atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, além da autorização, da inscrição no registro cadastral e dos preços para execução dos serviços técnicos.

O capítulo quinto apresenta o controle da proteção ambiental, e discute em suas três seções da competência para execução do controle, do serviço de segurança e prevenção bem como de fiscalização. Já o capítulo seis, trata das infrações e penalidades e discute o auto de infração e suas penalidades e aplicação.

O sétimo capítulo apresenta a formação do processo do recurso e da execução das decisões, tratando das questões ligadas a notificação e intimação. O capítulo oito discute o recolhimento das multas e o décimo trata das disposições preliminares da lei.

A principal questão que se coloca diante dos dois quadros apresentados, é o poder de polícia e a fiscalização. Estes dois elementos devem estar sendo observados constantemente para que a legislação ambiental tanto em nível federal quanto estadual para Santa Catarina funcione e o meio ambiente catarinense possa estar em equilíbrio e em sintonia ao que reza o artigo 225 da Constituição Federal.

### 2.3.1 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC

A idéia de conservação no Brasil se apresenta em 1876 com o engenheiro André Rebouças, forte personalidade do mundo político da época, inspirado em Yellowstone, quando propôs a criação de parques nacionais na Ilha de Bananal e em Sete Quedas, sem nenhuma repercussão.

Em 1910 a idéia de criação de parques nacionais toma novo fôlego até que em 1934 o Código Florestal é instituído neste país. Estes episódios inauguram o surgimento de ideais mais abrangentes.

Mas apesar dos parques nacionais terem começado a surgir a partir de 1930, foi somente em 1979 com o plano SNUC que o conceito de unidade de conservação toma forma definitivamente.

No entanto o crescente interesse do Homem com a idéia de proteção, associada à idéia de contemplação, do lazer e por extensão do turismo, fez que em 1994 surgisse um grupo interministerial que também incorporou representantes da iniciativa privada e sociedade civil, para elaborar uma política nacional de ecoturismo (BRASIL-MICT/MMA, 1994), que se aplicado gera benefícios as comunidades envolvidas, conforme Quadro 11.

#### **QUADRO 11 BENEFÍCIOS DO ECOTURISMO**

<p>Possibilita maior integração das Uc com comunidades locais e com a sociedade mais ampla;          Geração e circulação de informação ambiental por meio de programas educativos e da própria visitaç�o;          Aumento da oferta regional de espa�os de recrea�o e lazer;          Ades�o de visitantes �s tarefas de fiscaliza�o;          Facilita o controle sobre grupos organizados;          Dar suporte � conserva�o e prote�o ambientais;          Responsabilidade do operador com a utiliza�o sustentada dos recursos;          Parcerias com agentes locais e Ongs;          Atividades de baixo impacto ambiental;          Monitoramento constante das atividades realizadas;          Proporcionar educa�o ambiental;          Benef�cios econ�micos �s comunidades envolvidas          Visa o desenvolvimento do meio rural;          Participa�o das comunidades no desenvolvimento da atividade;          Capacita�o profissional de Guias.</p>
---

Fonte: Lindenbergl e Hawkins, 1995.

Desta maneira a busca pelo diferente proporciona experiências inesquecíveis adaptando o turismo aos lugares visitados, com pouca gente por muitos destinos onde a preocupa o com os anfitriões gera uma consciência ecológica por parte dos promotores e praticantes o que por ila o atrai um segmento de demanda motivado pela natureza.

Assim, torna-se evidente que o desenvolvimento do ecoturismo acontece única e exclusivamente em Unidades de Conservação, como forma de oferecer ao Homem a possibilidade de reencontrar-se com a paisagem intocada, primitiva, ou seja, com a paisagem primária, instituídas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação com base na Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que considera unidade de conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, instituídas através da iniciativa Pública, cujos objetivos garantam as adequadas ações preservacionistas.

O sistema é o conjunto de áreas de conservação que, manejadas como um todo, é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação. As unidades são os elementos do sistema representados por cada área que, contendo exemplos de variedade biológica do país, são representativas dos principais biomas, estão unidas funcionalmente a importantes sistemas biológicos, contêm objetos ou sítios de importância histórica e arqueológica e são de particular necessidade para as exigências do homem e seu ambiente. Entende ainda como diversidade biológica, a variedade de organismos vivos dos reinos animal e vegetal, contidos nos ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos, compreendendo a inter-relação entre espécies e ecossistemas.

Segundo a Lei, entende-se por preservação o conjunto de métodos e procedimentos que visem a proteção em longo prazo das espécies e como recurso natural todas as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, assim como os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Este instrumento é constituído pelo conjunto das unidades de conservação em nível federal, estadual e municipal, e objetiva a contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território brasileiro e em suas águas jurisdicionais, além de promover e preservar espécies ameaçadas restaurá-las, promovendo a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, protegendo as características relevantes de natureza geológica, geomorfológicas, espeleológica, arqueológica, paleológica e cultural.

É regida por diretrizes que assegurem sua representação; que assegurem os mecanismos e procedimentos ao envolvimento da sociedade; assegurem a participação efetiva da população local na criação, implantação e gestão; busquem o apoio

cooperativo de Ongs; incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem as unidades; assegurem sua auto-sustentabilidade; permitam o uso das unidades de conservação para conservação das variantes genéticas; assegurem o estabelecimento de sistemas de gestão; considere as necessidades da população local; garantam as populações tradicionais sua subsistência; garantam uma alocação de recursos financeiros e busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias.

Para efeitos da própria lei, as unidades de conservação forma divididas em dois grandes grupos, com características bem distintas: unidades de proteção integral e unidade de uso sustentável.

O grupo que integra as unidades de proteção integral é composto pelas seguintes categorias como segue:

#### A-Estação ecológica:

Objetiva a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com a lei. É proibida a visitação pública, exceto quando há um objetivo educacional, conforme plano de manejo. A pesquisa científica depende da autorização prévia.

#### B-Reserva da biosfera:

Tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes. É de posse e domínio público e fica proibido a visitação pública exceto quando o objetivo for educacional.

#### C-Parque nacional:

Objetiva essencialmente a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, o que possibilita a realização de pesquisas



científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação, além do desenvolvimento do ecoturismo. Seu domínio é público e sua visitação está sujeita às normas e regulamentos do plano de manejo, estabelecidas pelo órgão responsável a sua administração.

A pesquisa científica fica autorizada dependendo de a liberação prévia do órgão responsável. Quando forem criadas pelo município e pelo estado, serão denominadas respectivamente, parque municipal e parque estadual.

#### D-Monumento natural:

Intenta preservar sítios naturais raros, singulares ou de beleza cênica. Pode ser constituído por áreas particulares desde que seja possível compatibilizar seus objetivos com o uso da terra e dos recursos naturais. A visitação pública depende das normas de manejo imposta pelo administrados.

#### E-Refúgio da vida silvestre:

Procura proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies da flora e fauna residente ou migratória. Pode ser constituída por áreas particulares desde que seja possível a compatibilização de sus objetivos. A pesquisa científica pode ser desenvolvida, mas depende de prévia autorização de seus gestores.

Constituem o grupo das unidades de uso sustentável as seguintes categorias:

#### A-Área de proteção ambiental:

Em geral é extensa, com certo grau de ocupação antropogênica, dotadas de atributos ambientais, bióticos e abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a geração de qualidade de vida da população humana, objetivando proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade. É constituída de terras públicas e privadas, e sua visitação e desenvolvimento de pesquisa científica será estabelecida por restrições legais.

Nas áreas particulares, cabe ao proprietário estabelecer as condições de pesquisa e visitação.

B-Área de relevante interesse ecológico:

Área de pequena extensão, com baixa ocupação antropogênica. Apresenta características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional. Objetiva manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os princípios de conservação.

C-Floresta nacional:

Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico, o uso variado sustentável dos recursos e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. Nessas áreas é permitido a permanência de grupos humanos que habitavam quando de sua criação, conforme plano de manejo. A visitação pública é permitida, mas também esta condicionada ao mesmo documento. Quando for criada no estado ou município, denominar-se-á de floresta estadual e ou floresta municipal.

D-Reserva extrativista:

É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, e complementarmente na agricultura de subsistência, além também da criação de pequenos animais, tendo como intenção básica proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos ambientais. É de domínio público, com uso concedido a população extrativista tradicional.

E-Reserva de fauna:

Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestre e aquática, residente ou migratória adequadas para estudos técnicos -científico sobre manejo

econômico sustentável de recursos faunísticos. Sua visitação pública vai depender da compatibilização com o plano de manejo.

#### F-Reserva de desenvolvimento sustentável:

É uma área natural que abriga populações tradicionais cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que, desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Tem como objetivo básico preservar a natureza e concomitantemente assegurar condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, além de valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo. É de domínio público e suas atividades obedecerão as seguintes condições: a) é permitido e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais; b) seja permitido e incentivado a pesquisa científica voltada para conservação; c) seja sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre tamanho da população e a conservação; e d) seja admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultivadas, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao plano de manejo da área. Seu plano de manejo deve contemplar zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos.

#### G-Reserva particular do patrimônio natural:

É uma área privada, gravada com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica. Deve ser assinado termo de compromisso perante o órgão ambiental, que irá proceder a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro de Imóveis. Nestas áreas é permitido a pesquisa científica, a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

### 2.3.2 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

A degradação ambiental é tão antiga quanto à história da humanidade, e no Brasil pode-se dizer que tem como marco inicial, a Primeira Missa, quando cortaram as árvores para se fazer à cruz. Segundo Boff (1996), entre 1850 e 1950 foram eliminadas uma espécie por ano de fauna e flora e a partir de 1950 o desaparecimento é diário.

Somente a partir da Conferencia Mundial em Estocolmo, na Suécia, em 1972 sobre o tema ambiente humano, que se alertou para as questões ambientais, tendo como marco o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental nos países hodiernos.

O Sistema de Gestão Ambiental torna-se o meio administrativo pelo qual se dispõe a empresa para obter o controle e o acompanhamento do desempenho organizacional ambiental, definido como a estrutura organizacional, responsabilidade, práticas, procedimentos, processos e recursos para implementação e manutenção da gestão ambiental.

Sua implementação constitui para o empresariado uma maneira de identificar oportunidades de melhorias que possam reduzir os impactos das atividades sobre o meio ambiente, através da conquista da conformidade adotada pelo Sistema de Gestão Ambiental estável e sustentável, calcada, sobretudo no comprometimento de seus atores, através dos instrumentos derivativos do ato de planejar estabelecidos de maneira específica.

Apresenta como princípios conhecer o que deve ser feito, assegurando o comprometimento da empresa e definindo sua política de meio ambiente, elaborar o plano de ação para atender aos requisitos de sua política ambiental, assegurar condições para o cumprimento dos objetivos e metas ambientais e implementação das ferramentas de sustentação necessária, realizar avaliações qualitativas periódicas do desempenho ambiental da empresa e revisar e aperfeiçoar a política de meio ambiente, os objetivos e metas ambientais e as ações implementadas para assegurar a melhoria contínua do desempenho ambiental da empresa.

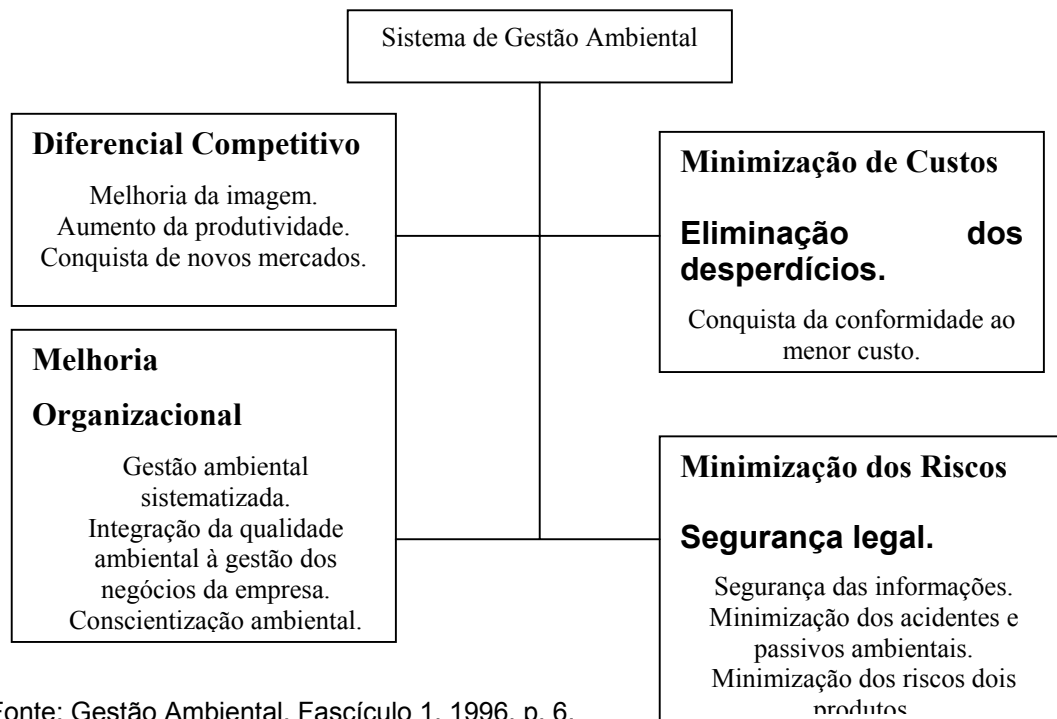
Há também a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, divulgada em 1991, por ocasião da Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre Gestão do Ambiente, que elenca dezesseis princípios relativos à gestão do ambiente, tornando-se

de vital importância para o desenvolvimento do desempenho sustentável. Seu teor se concentra na tese de que é necessário partilhar do entendimento de que deve haver um objetivo comum, e não um conflito entre economia e proteção ambiental.

Um dos maiores desafios que o mundo enfrentará na próxima década é fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente, com a ajuda de padrões baseados no desempenho e no uso criterioso de instrumentos econômicos, num contexto harmonioso de regulamentação (ANDRADE *et al*, 2000, p.4)

O sistema de gestão ambiental, de acordo com a série ISO 14000, baseia-se essencialmente na aplicação preventiva de instrumentos que diminuam a ocorrência de impactos ambientais, ou seja, um posicionamento gerencial pró-ativo no que concerne as questões de caráter ambiental, ou seja, a organização torna-se mais competitiva, apresentando um empenhado processo de melhoria contínua, cujas ações serão revertidas em benefícios a todos os atores envolvidos e, sobretudo o meio ambiente, como pode ser comparada com o que é exposto na Figura 6.

**FIGURA 6**  
**VANTAGENS DO SGA**



Fonte: Gestão Ambiental, Fascículo 1, 1996, p. 6.

Suas vantagens tornam-se maiores ainda ao com a ampliação não só da pauta ambiental, mas, sobretudo quando as questões sócio-ambientais forem definitivamente incorporadas e trazendo melhores canais de comunicação entre empresas e comunidade.

Portanto, é a partir da ISO 14001, que a política ambiental, constituída da declaração dos princípios e intenções da empresa deve começar a nortear o planejamento das ações. Este momento, além da definição de objetivos e metas, ou seja do triângulo estratégico, deve investir no compromisso de todos, definir o status atual, ou seja, onde nós estamos e estabelecer a política ambiental, através de sua filosofia, comprometimento corporativo, comprometimento da melhoria contínua, estabelecimento das bases de comunicação com os atores envolvidos bem como de seu funcionamento. O Quadro 12 apresenta as normas ISO utilizadas como referência para a avaliação inicial.

**QUADRO 12**  
**NORMAS ISO UTILIZADAS COMO REFERÊNCIA PARA A AVALIAÇÃO INICIAL.**

NORMA	BASE GERAL
14010 - Diretrizes para Auditoria Ambiental	Princípios Gerais de Auditoria Ambiental
14011-1- Diretrizes para Auditoria Ambiental	Procedimentos de Auditoria Parte I: SGA
14012 – Diretrizes para Auditoria Ambiental	Critérios de Qualificação para Auditores Ambientais

Fonte: Gestão Ambiental, Fascículo 3, junho de 1996, p. 8.

Como se vê, a caracterização dos propósitos, do ambiente e da capacitação, irão responder irão responder a pergunta o que nós vamos fazer.

Após a avaliação inicial, ou seja, ao estabelecimento da real situação em que nos encontramos, bem como da definição da política ambiental, passa-se para a elaboração do plano de ação. Seis etapas são exigidas neste momento, a saber, identificação dos aspectos ambientais; avaliação dos impactos ambientais; identificação

dos requisitos a serem atendidos; estabelecimento dos critérios internos; estabelecimento dos objetivos e metas e elaboração do plano de ação.

Uma vez concluídas todas as fases anteriores de planejamento, o sistema de gestão ambiental, ingressa na fase de implantação, ou seja, como chegar lá. Neste momento é extremamente importante a conjugação harmônica entre os recursos físicos e humanos. A implementação do sistema de gestão ambiental inclui procedimento específicos que devem dar suporte aos programas de gestão específicos. Assim, disponibilizar os recursos necessários ao cumprimento da política ambiental; integrar os elementos do sistema de gestão ambiental, afim de maximizar os resultados; definir as responsabilidades; conscientizar e motivar os empregados; realizar treinamentos; comunicar-se; documentar o sistema; manter o controle operacional e assegurar que as respostas às emergências sejam efetuadas, são em verdade etapas que cumpridas implementarão o sistema.

Todo sistema entra em funcionamento e é hora da fase de verificação. O desempenho ambiental deve ser evidenciado, verificado e identificado e as eventuais não conformidades ao sistema devem ser corrigidas. Não obstante realizar medições e monitoramentos, para que o sistema assegure a melhoria contínua do desempenho ambiental; implementar ações corretivas, que são as ações necessárias e suficientes para evitar que um problema real volte a acontecer e preventivas que são as ações necessárias e suficientes para evitar que um problema potencial se materialize; manter um sistema de registro e realizar auditorias periódicas, para checar sua eficiência no que diz respeito ao cumprimento dos preceitos ambientais vai assegurar que os resultados sejam obtidos.

E como indicadores do desempenho ambiental, pode-se citar a quantidade de resíduos gerados por unidade de produto acabado, consumo de água por número de empregados, número de reclamações da comunidade em um dado intervalo de tempo entre outros.

Assim resta somente manter a característica e melhorar sempre o sistema, através de revisões periódicas na política ambiental. Desta forma como última tarefa, há a necessidade de se revisar o sistema de gestão ambiental e sempre que possível implementar melhorias. Portanto as transformações devem ser graduais, através do

princípio conhecido como Kaisem que aplicada trará adaptações e ajustes favoráveis suficientes para manter o sistema no rumo certo.

De modo sintético, através do Quadro 13, apresenta-se o esquema básico de relação de dependência entre as ações para a implementação do sistema de gestão ambiental, com base nos 5 princípios, definidos pela ISO 14000.

**QUADRO 13**  
**ESQUEMA BÁSICO DE RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ENTRE AS AÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.**

<b>AÇÕES</b>	<b>RELAÇÃO DEPENDÊNCIA</b>	<b>PRAZO ESTIMADO</b>
1. Realização da avaliação inicial	Comprometimento da alta administração	Até 1 mês
2. Definição da política de meio ambiente	Comprometimento da alta administração	Até 2 meses
3. Identificação dos aspectos e avaliação dos impactos ambientais associados	Comprometimento da alta administração e ação 8	Até 4 meses
4. Identificação dos requisitos legais e estabelecimento dos critérios internos de desempenho	Ações 2 e 3	Até 1 mês
5. Estabelecimento dos objetivos e metas ambientais	Ações 1, 2, 3 e 4	Até 2 meses
6. Elaboração do plano de ação	Ação 5	Até 2 meses
7. Implementação do plano de ação	Ações 5 e 6	Até 18 meses
8. Treinamento	Comprometimento da alta administração	Até 12 meses
9. Avaliação do desempenho ambiental, verificação do SGA e identificação das ações corretivas	Ação 7	Até 2 meses
10. Revisão do SGA	Ação 9	Até 1 mês

Fonte: Gestão Ambiental, 1996.

Todas as ações desenvolvidas em função dos objetivos e metas estabelecidos na fase de estabelecimento dos princípios levarão a empresa ao encontro de suas



necessidades e ao desempenho ambiental, numa configuração organizacional que contempla e enfatiza as necessidades de transformação tecnológica.

### 2.3.3 GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O objetivo da gestão ambiental é de conciliar a exploração e produção dentro da capacidade suporte, para garantir a sustentabilidade efetiva nos processos de intervenção nos sistemas naturais. Ao ser elaborado deve ser levado em consideração os conflitos existentes, a cultura local, as relações da comunidade, as atividades antropogênicas, clima, condições ecosanitárias, paisagem natural, condições da fauna e flora, hidrologia, morfologia, potencialidades do espaço, critérios legais, e leis do mercado entre outros componentes.

É fundamentalmente necessário em particular trabalhar um plano de gestão ambiental, que segundo a SEMA (1988) “trata do estabelecimento de mecanismos, procedimentos e critérios que possibilitam solucionar os problemas ambientais, por intermédio de um sistema político-administrativo”. Posteriormente o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF estabeleceu que um plano de gestão ambiental deve “harmonizar o desenvolvimento socioeconômico da área com as necessidades de conservação. Deve envolver necessariamente um trabalho de gestão integrada com a participação do Poder Público e dos diversos órgãos da comunidade”.

No Brasil, a estratégia para assegurar a preservação e proteção da natureza foi o estabelecimento das Unidades de Conservação, influenciados pela criação do já citado Parque Nacional de Yellowstone, tendo surgido a criação dos parques nacionais da Ilha do Bananal e do Salto das Sete Quedas (IBDF/MA. Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, 1982). Todavia a conservação da natureza notabilizou-se no país, em 1937 com a criação do primeiro parque nacional brasileiro – o Itatiaia, sendo considerado a primeira área do país a ser constituída em unidade de conservação.

Mesmo assim a proteção da natureza sofreu e vem sofrendo ao longo dos anos uma seqüência de ações que por vezes minimizaram as instabilidades e as convulsões sócio-econômicas do planeta. Não é mais possível, desenvolver sistemas de gestão ambiental sem uma participação integrada, sistêmica e estratégica, cujo uso da terra e ação dos atores envolvidos não estejam em harmonia.

Este pilar vem contribuir para a proposição de um sistema turístico com base na Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig Von Bertalanffy (1937-1968). Tal proposição vem contribuir sensivelmente para o planejamento integrado,

Indicando com isso que todos os seus componentes devem estar devidamente sincronizados e seqüencialmente ajustados, a fim de atingir as metas e diretrizes da área de atuação de cada um, ao mesmo tempo, para que o sistema global possa ser implementado e imediatamente oferecer oportunidades de pronto acompanhamento, avaliação e revisão (BENI, 1990:109).

Tais questões também levantadas por Petrocchi (1998), nos remetem a uma colocação globalizada, num sistema de reversibilidade das funções emissoras e receptoras no contexto econômico e dinâmico do sistema turístico, “que devem ser administrados para o desenvolvimento integrado do turismo” (PETROCCHI, 1998: 70).

As relações sistêmicas a que propõe os autores perpassam por um sistema de proteção ao meio ambiente, através de um eficiente sistema de informações consubstanciados nas estratégias que visam o sucesso da organização.

A necessidade do planejamento é uma condição, partilhada por muitos autores, (PETROCCHI, 1998), (YÁZIGI, 1999), (BONALD, 1989), (SILVA, 2000), (MINTZBERG, 2000), (BENI, 1999), (OLIVEIRA, 1999), (PORTER, 1980), (IGNARRA, 1999), (BARRETO, 1991), (RUSCHMANN, 1997) entre outros, que apontam para a necessidade de uma verificação ainda maior das reais necessidades de gestão tanto do ponto de vista mercadológico, organizacional, quanto ambiental.

No entanto, a busca do turismo que queremos ainda esta muito longe da realidade, e esta asserção gera ainda mais modelos que possam trazer posicionamentos mais ricos e produtivos, engajados na pesquisa turística, tal como Rejowski *et all* (2000, p.283), apresenta em seu artigo “Pesquisa turística no Brasil da óptica dos pesquisadores”.

Pertinente ressaltar ainda, que consubstanciado nos indicadores atuais, tais vertentes tornam-se como condutores para o desenvolvimento, sobretudo de caráter estratégico e que propiciam sem margem de dúvidas o afloramento de questões antes dogmatizadas e restritas somente a meia dúzia de estudiosos.

Esta discussão expressa a complexa totalidade demandada, o que indica que todos os seus componentes devem obrigatoriamente estar ordenados e sincronizados, para o atingimento das metas e objetivos do próprio planejamento.

Urge colocar que o sistema global porque passa um planejamento integrado, permite ao visitante a integração com a localidade visitada, o que proporciona convivência entre ele e o habitante, que do ponto de vista sociológico-antropológico, é significativamente positivo, para a observância do *modus-vivendi* (BENI, 1999). Outro aspecto importante caracteriza-se pela ocorrência de investimentos regionais, o que promove sensivelmente um benefício local, crescente e interativo.

Neste particular, salienta-se o modelo de planejamento estratégico regional,

que consiste na criação de valores e condições que possibilitem à empresa [sic] optar por ações diante de oportunidades e ameaças, pontos fortes e fracos, otimizando as relações e vantagens competitivas em relação ao ambiente ou setores envolvidos (KUAZAQUI, 2000: 172).

Assim sendo, é necessário estabelecer um conjunto para o processo de estabilização, a fim de construir um novo paradigma definido, sobretudo na elaboração do olhar enquanto clientes. Esta premissa hodierna vem aos poucos sendo fomentada pela Organização Mundial do Turismo, que procura padronizar os serviços e equipamentos em nível mundial. Em verdade, há muito trabalho pela frente e modelos deverão ser rompidos para que esta necessidade torne-se uma realidade pertinente.

Embora o progresso técnico-científico tenha trazido infindável contribuição ao desenvolvimento do turismo, o fator humano ainda continua sendo o que mais preocupa dentro deste contexto. Assim, a preocupação desta matéria em específico, nos remete também a necessidade da apuração e depuração de técnicas antropogênicas de real excelência no composto do planejamento. Esta evidência da qualidade antrópica se faz necessário pelo próprio dinamismo com que a atividade vive.

Este desempenho sustentado, em verdade, é possível através também da introdução, na organização dos dez princípios do desempenho sustentável (KINLAW, 1997, p.11), gerando com isso, a possibilidade, observando os cenários, da formação de uma estratégia fundamentada, num processo dependente de competitividade e produtividade, para o turismo.

Bissoli, parafraseando Ruschmann (1997), coloca que:

(...) no turismo, o plano de desenvolvimento constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para a partir daí se possa estimular regularmente ou restringir sua evolução (BISSOLI, 2000, p.35).

Petrocchi, (1998, p.59), também partidário das colocações de Ruschmann (1997), salienta que “a expansão do turismo deve ocorrer até o limite da capacidade de carga territorial de receber visitantes. Deve-se impor limites ao crescimento do turismo, pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social”.

Todavia, as tendências nos garantem que a ciência do turismo exigirá substancialmente em níveis crescentes a capacitação profissional para a própria preservação e utilização dos recursos naturais e artificiais contidos no núcleo receptor, mesmo que estes sejam tecnicamente arqueogênicos. Urge, neste contexto a necessidade de sistemas de gestão ambiental para parques ecológicos.

Isto indica que as diretrizes irão variar de acordo com a entidade e seus objetivos. A idéia, portanto, é estipular normas para os serviços a visitantes. Usar e conservar são na realidade questões de quem controla os recursos e este dilema de uso apropriado é permeado por um conflito de valores característicos de abordagem antropocêntrica. E é este atualmente o grande problema. Muitos dos parques são administrados por pessoas sem o mínimo de condição técnica, e muitas vezes suas decisões acarretam em prejuízos para todos. Assim o imperativo passa a ser quais os instrumentos de melhores práticas para o uso racional entre catedral e laboratório? Torna-se inevitável, portanto o uso de premissas econômicas racionais e utilitárias.

Os administradores devem estar conscientes dos objetivos do parque e das diferenças significativas entre as formas de turismo e os seus impactos. Entre as questões associadas ao turismo em áreas naturais que precisam ser levadas em consideração pelos administradores, incluem-se a capacidade de carga, o conflito entre diferentes tipos de usuários, o armazenamento de lixo, o valor do ingresso para visitante e a divulgação da informação (Lucas, 1984)(WEARING E NEIL, 2001, p. 75).

Segue então que a atividade em áreas protegida deve considerar o modo pelo qual se utiliza e frui o tempo livre dos visitantes, maximizando seu prazer e ao mesmo tempo minimizando os impactos ambientais.

O que é certo é que o conflito entre equilíbrio e uso deve ser esclarecido e técnicas como capacidade de carga, espectro da oportunidade de recreação, limite aceitável de câmbio, manejo do impacto do visitante e ou processo de administração da atividade do visitante devem ser submetidos à apreciação pormenorizados dentro de parâmetros biofísicos e humanos, altamente subjetivos, tais como bem estar, comodidade e qualidade das experiências, afim de que a tomada de decisão relativa a sustentabilidade seja alcançada através da relação gestacional dentro dos pressupostos da sustentabilidade.

Cooper *et all* em sua obra Turismo: princípios e práticas ao discorrer sobre a questão da capacidade de carga deixam claro que há alguns limites que se forem excedidos afetarão todas as facetas do desenvolvimento do sistema turístico.

Estes limites não devem ser confundidos com a noção de capacidade de carga, eles são melhor classificados como limites de saturação. A diferença entre os dois conceitos está no fato de que o primeiro está embutido na noção de sustentabilidade, ao passo que o segundo refere-se a situações nas quais o crescimento do turismo não é mais sustentável, entrará em declínio e se modificará (COOPER *et all* 2001 p. 219).

A capacidade, portanto não está somente em questões quantitativas, mas, sobretudo em questões qualitativas, que não são facilmente mensuradas. A vulnerabilidade do ecossistema será ainda maior se os aspectos econômicos, físicos, ambientais, socioculturais e políticos não forem devidamente pesados e estes parâmetros irão refletir na forma de cenários futuros a magnitude da mudança necessária provocada pela interação entre turista e anfitrião.

Assim a constatação de elementos chaves para o desencadeamento da sustentabilidade irão dar tendência à um novo paradigma gerencial onde há uma ruptura de mudanças de estruturas para processos, que significa pensar sistematicamente. As oscilações entre tipos de turismo, mapeamento da situação e monitoramento do sistema, através de constante avaliação leva seus gestores a uma ação integrada, onde o sistema atinge a estabilidade “mediante um equilíbrio,

caracterizado pelas contínuas oscilações interdependentes de todas as variáveis (CAPRA, 1993, p.102)”.  
.

## 2.4 TURISMO

### 2.4.1 FUNDAMENTOS E DIMENSÕES

Falar em turismo, seus conceitos e definições, não é tarefa das mais fáceis e requer que retrocedamos às escolas de formação. Desde que o Homem vivia na copa de suas árvores e em suas lapas, que a movimentação tornou-se necessária pela própria manutenção da vida e pela própria curiosidade inerente ao ser humano, em conhecer e estabelecer contatos distintos.

Esta dependência deu a própria atividade um impulso natural mais exigiu ao mesmo tempo uma rápida organização para não se tornar um problema e em uma forte dor de cabeças àqueles que dela rodeiam.

Com base no exposto, pode-se afirmar que o turismo tem sido alvo de especulações sistemáticas, a respeito da sua importância em determinados segmentos do mercado sem que muitas vezes o próprio mercado compreenda suas dimensões passando a negligenciar a própria atividade, sem qualquer escrúpulo.

Em 1929, na fase moderna dos estudos sobre turismo, nasceu na Faculdade de Economia da Universidade de Berlim o Centro de Pesquisas Turísticas, cuja produção teórica passou a ser denominada como corpo de doutrina da Escola de Berlim. Tratava basicamente dos componentes essenciais, ligados a visões economicistas, do conjunto de viagens, pelos quais se dava, através do consumo de bens e serviços o preceito normativo no que tange as especificações semânticas.

Em resumo, a idéia principal dos integrantes da própria escola, contribuiu significativamente para fomentar os estudos sobre a ciência da turismologia, aliado intimamente a possibilidade da geração de paz entre os povos.

Em 1929, Robert Glücksman e Willi Benscheidt afirmam que o turismo é uma ocupação de espaço e que afluem à determinada localidade, onde não possuem residência fixa.

Já para Schwink agora em 1930, turismo “é movimento de pessoas que abandonam, temporariamente, o local de sua residência permanente, levadas por algum motivo relacionado com o espírito, o corpo e a profissão”.

No entanto, seus próprios contemporâneos, discordavam das definições, às vezes sistematicamente, às vezes afim de complementá-las tal como Bormann no

mesmo ano refere-se. “O conjunto de viagens que tem por objetivo o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou outros análogos, durante os quais é temporária sua ausência da residência habitual. As viagens realizadas para locomover-se ao local de trabalho não se constituem em turismo”.

O que é certo, porém, é que todos os esforços para se construir uma atividade baseada nos princípios científicos foram alçados, e que a partir destas escolas, o fomento à pesquisa não parou de crescer, sendo hoje uma atividade objeto de estudo não só em sua área, mas, sobretudo em diversas outras áreas que tem o turismo como foco principal de estudo. Este processo de cientificidade promove a evolução do estudo do turismo, compreensivelmente, estimula esforços em pesquisa e ensino, de forma análoga ao processo de ‘cientificidade’ já ocorrido em outras disciplinas mais antigas das ciências humanas e sociais, como a antropologia, geografia, sociologia e economia.

Estes impulsos aos estudos da turismologia, muito têm sido discutidos, aponto de gerar conceitos absurdos e dimensões muitas vezes dúbias. Dentro de cada uma dessas áreas, métodos e técnicas foram sendo aplicados e aperfeiçoados até serem nativos (ou inerentes) a elas mesmas. Paralelamente foram-se delineando os parâmetros e identificando-se os seus componentes e dimensões. Esta evolução constante, sistemática e contínua, trouxe à tona idéias gerais com base em estudos e métodos aplicados por ciências distintas.

Baptista em seu livro *Turismo: competitividade Sustentável* (1988) coloca que a título complementar, deve analisar-se que os conceitos e as definições de significado, natureza, conteúdo e âmbitos de incidência do turismo têm sido tratados por vários autores, por vezes com perspectivas nem sempre agradáveis ou positivas. Nota-se então, que as dimensões do turismo estão nos limites do próprio planeta e por que não dizer, a exemplo das hodiernas ações, interplanetárias?

Esta inter-relação, com forte enfoque sistêmico determina a natureza da ação, através de informações pormenorizadas, que decodificadas, levarão o indivíduo a desenvolver um tipo, uma forma e uma modalidade de turismo.

Assim todas essas variantes conduzem a uma última análise no que tange ao gerenciamento. Trata-se, portanto, das questões relativas a operacionalização dos



programas e projetos, instrumentos derivativos do ato de planejar, que vão determinar a alocação de todos os componentes necessários ao desenvolvimento efetivo do turismo.

No entanto há que se considerar variáveis e fenômenos que podem intervir de forma positiva e ou negativa dentro deste caleidoscópio organizacional tal como o metaturismo, que segundo Batista, refere-se ao:

turismo de grande escala dominado pelos centros metropolitanos, que se verifica nos países do Terceiro Mundo [...], com origem nas periferias geográficas de lazer do mundo economicamente desenvolvido. O conceito de metaturismo confunde-se, pois, com o de turismo de massas, apenas nos países em que se verificam situações de dominância-dependência, embora se possa afirmar, neste contexto, que a fase do turismo de massa esta ultrapassada. As condições que criam e caracterizam o metaturismo são as seguintes: condições periféricas estruturadas pela política econômica internacional, actuando através de empresas transacionais e de condições desiguais de negociação; necessidades sociais e econômicas e aspirações dos países de destino, que se reflectem no desejo de promover oferta turística; procura formada por motivações de consumidores inspirada em condições pós-modernas, que originam as hordas douradas (BAPTISTA 1997 p.43 184).

Assim entra dentro deste contexto o propósito do planejamento que pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, pelas quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras e decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos e desafios estabelecidos para a empresa.

Com base nas estruturas sistemáticas e metodológicas passo seguinte, para dar sustentação real a proposição dos instrumentos, torna-se necessário o desejo de se sair de uma situação atual para uma situação planejada. Para isso é necessária uma análise macroambiental, realizando um sumário da situação levantada. O diagnóstico é assim, uma síntese da situação atual e é muito importante para a comunicação sobre o processo de planejamento. Assim obrigatoriamente o diagnóstico deve ter enfoque no

momento atual, bem como no próximo momento, no próximo desafio, a fim de se constituir na dimensão crítica para o sucesso permanente.

Estes elementos irão desencadear e estruturar o produto turístico, que para Andrade (1997) é o composto de bens e serviços diversificados e essencialmente relacionado entre si. É estruturado a partir da oferta turística que é formada pelo conjunto de diversos elementos entre os quais se destaca a oferta natural, composta pelos elementos naturais, tais como clima, vegetação entre outros e a oferta artificial, integrando todos os componentes desenvolvidos pela inteligência e talento do Homem.

Além disso, conforme Barreto (1991) é fundamental a existência da infraestrutura turística, entendida como o conjunto de infra-estrutura de acesso, considerados as estradas e aeroportos; a infra-estrutura básica urbana, composta por ruas, esgoto, segurança, descritas por Ohmae (1999) como o mínimo comum; equipamentos e serviços turísticos, considerados a justificativa para a existência da atividade, tais como guias de turismo, hospedagem, recreação, agências de viagem e agências de viagem e turismo; equipamento de apoio, compreendendo aqueles insumos que atendem a outros grupos que utilizam a cidade de outra maneira, que somados promovem a fantástica metamorfose turística.

#### 2.4.2 O TURISMO NO BRASIL

O desenvolvimento da atividade turística no Brasil é matéria um tanto recente e data a partir de 1920. Mas é efetivamente em 1923 com a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, vindo a transforma-se mais tarde no famoso Touring Club que o turismo no Brasil toma fôlego.

Analisando sua trajetória, pode-se afirmar que houve fatos marcantes na história do turismo brasileiro. Do ponto de vista institucional, a proto-história jurídico institucional do turismo, data de 4 de maio de 1938, através do Decreto-Lei 406, que no seu artigo 5º discutia as regras sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres. Este Decreto veio a ser regulamentado em 20 de agosto do mesmo ano, dispondo sobre o funcionamento das agências de vendas de passagens e das agências de turismo, além de vistos consulares.

No entanto foi só em 1966, que o país e a atividade foram contemplados com uma política, através da Lei 55 de 18/11/66, marco importante para o turismo qualitativo brasileiro. Definia a política nacional de turismo bem como criava o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, dentro de uma grande reforma administrativa por que passava o país então. A política empregada neste período foi a de megaprojetos dentro da metodologia longitudinal urbano-turística, cujo objetivo maior era promover igualdade de desenvolvimento, gerando equilíbrio entre os estados da Federação, tendo sido escolhido a região nordeste do país para se desencadear as diretrizes estabelecidas. Problemas de sustentabilidade e princípios éticos são detectados.

Embora o plano de 66 e o Decreto 406 tenham trazido contribuições para o desenvolvimento da atividade turística, são considerados como integrantes da pré-história jurídico-institucional do turismo no país.

A vigência do plano de 66 dura até 28 de março de 1991, com a revogação daquele Decreto-Lei, pela Lei 8.181 de 28 de março de 1991, que objetivava reestruturar a Embratur, dando início ao terceiro período da história institucional do turismo no Brasil. Concedia à Embratur a finalidade de formular, coordenar e executar a política nacional de turismo, propondo ao Governo Federal normas e medidas à execução da Política Nacional de Turismo e executar as decisões.

A reestruturação por que passou a Embratur através da Lei 8.181 de 28 de março e regulamentada pelo Decreto 448 de 14 de fevereiro de 1992 transformou a instituição de empresa pública para autarquia, mudando sua nomenclatura de Empresa para Instituto Brasileiro de Turismo, durante o primeiro mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que conforme o artigo 2º, tem a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer a Política Nacional de Turismo.

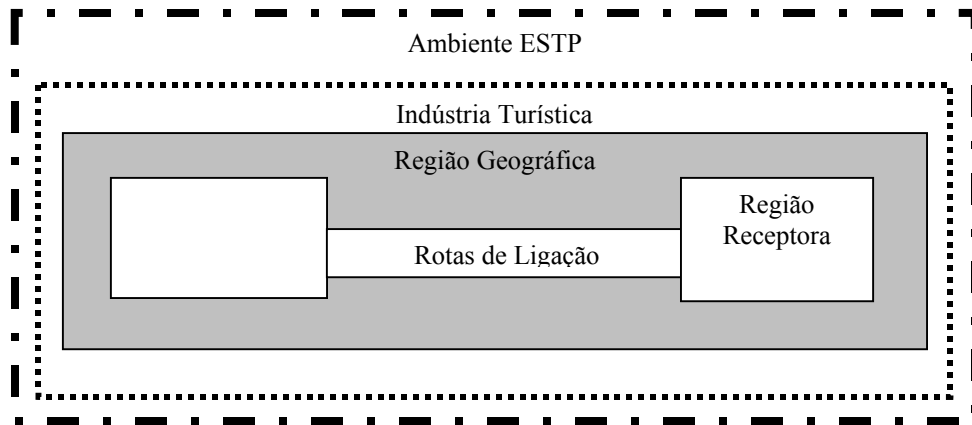
Assim, para a Embratur (1992), a atividade turística foi entendida como sendo:

Uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações – compra e venda de serviços turísticos – efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 1992).

Como produto composto e pela própria estrutura, cuja funcionalidade depende de uma série de fatores, Andrade (1997, p.38) diz que parece ser ideal, a seguinte conceituação: “turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento”.

A estrutura do sistema, portanto é constituída de elementos que interagem concomitantemente em suas relações, expressando-se através de seus componentes. Neil Leiper (1990) em seu sistema turístico modelado a partir do comportamento da oferta e da demanda estabelece uma base de três elementos orientadores. O primeiro deles é a presença do elemento geográfico, caracterizado por uma região geradora de turistas, ou seja, de um núcleo emissor; uma região de destinação turística, convencionada de núcleo receptor e as rotas de trânsito que exigem por ilação o desencadeamento tanto para frente, quanto para trás de toda a cadeia de valores de uma indústria caracterizada essencialmente pela existência de unidades de transporte, vias de ligação, força motriz e dos terminais, tão importantes, quanto à necessidade da existência de recursos e atrativos turísticos. O segundo elemento é a indústria turística observada desde a região geradora de turistas até o núcleo receptor, através dos setores primários, secundários e terciários ligados ao turismo, e, por último, do turista, epicentro do sistema. Estes três princípios vêm contornados pelo ambiente social, econômico, cultural, tecnológico, político e religioso, nas suas dinâmicas e sensibilidades, que expandidas ou retraídas tanto no núcleo receptor quanto no receptor, desencadeiam impactos na cadeia produtiva do turismo. Como exemplo maior deste contexto, cita-se o episódio de 11 de setembro nos Estados Unidos da América. Portanto não é mais possível querer dissolver as partes que integram o sistema e nem pensar de forma isolada. Seus elementos estão interconectados numa rede onde um faz parte do todo e o todo representa a soma das partes. A Figura 7 representa o sistema.

**Figura 7**  
**SISTEMA TURÍSTICO – OFERTA E DEMANDA – ADAPTADO DE NEIL LEIPER**  
**1990.**



Fonte Cooper, 2001, p. 39

Esta associação permite, portanto, para Zacchi (1998:5) definir o turismo como sendo “a organização geo-sócio-espacial de uma cidade, estado e ou país, observando sistematicamente os aspectos macro e micro-ambientais em todos os campos de seu complexo sistema, através de constante análise de suas variáveis, quer sejam elas exógenas ou endógenas”.

Já para Ignarra em seu livro Fundamentos e Dimensões do Turismo (1999, p. 25), turismo pode ser definido como sendo o “deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante”.

Entretanto as mais diversas definições de turismo apresentam um consenso em alguns elementos que constituem as definições tais como viagem e deslocamento, permanência fora do domicílio, temporalidade, sujeito do turismo, objeto do turismo (BENI, 1998, p. 39), podendo-se dizer, que a partir destes elementos o turista enquadra-se dentro de uma modalidade um tipo e uma forma de turismo, conforme Quadro 14.

**QUADRO 14**  
**MODALIDADES, TIPOS E FORMAS DE TURISMO - ADAPTADO DE ANDRADE, 1997.**

<b>TURISMO</b> <b>Divisão Clássica</b>		
<b>Modalidades</b>	<b>Tipos</b>	<b>Formas</b>
Turismo Interno	Turismo de Férias Balneário, montanhês, repouso.	Turismo Individual
Turismo Externo	Turismo Cultural Científico e Congresso	Turismo Organizado
Turismo Receptivo	Turismo de Negócios	Turismo Social
Turismo Intermediário	Turismo Desportivo	Turismo Intensivo
Turismo Quantitativo De massa e elite	Turismo de Saúde	Turismo Extensivo
	Turismo Religioso Romaria, peregrinação e penitência	Turismo Itinerante
	Turismo Alternativo/Natureza Específica	

Fonte: Andrade, 1997, p. 47

Pode-se perceber portanto, que o emprego dos termos neste contexto identifica definitivamente a condição em que se está inserido no contexto da viagem.

#### 2.4.2.1 As modalidades de turismo

A necessidade de atravessar fronteiras, as tendências da moda, o desejo de viajar para conhecer o que se encontrava além do alcance dos sentidos, a falta de cinema, TV e documentários mais eloqüentes que os registros apresentados por

pintores e posteriormente por fotógrafos, fez com que a partir desses fatores aparecesse a divisão como segue:

#### A-Turismo Interno:

Conjunto de atividades de natureza turística acionado, de modo parcial ou pleno, por habitantes de determinado país, que viajam, se hospedam e usufruem serviços específicos, sem deixar o território nacional, denomina-se turismo interno, doméstico, interior, nacional.

#### B-Turismo Externo:

Entende-se o conjunto de atividades turísticas exercidas por cidadãos que ultrapassam ou viajam além do território do país de sua residência em direção a um ou mais países receptivos, onde, temporariamente, consomem bens e serviços no atendimento de suas necessidades ou conveniências.

Essa modalidade provoca o que chamamos de fenômeno da evasão de dinheiro.

#### C-Turismo Receptivo:

É o núcleo que recebe o visitante. Deve ser de boa qualidade para qualquer país rico ou pobre, desenvolvido ou não, porque além da valorização de seus recursos naturais e artificiais há o aspecto lucrativo da economia. Deve haver, sobretudo infraestrutura.

#### D-Turismo Intermediário:

Efetua-se em local, região ou país onde os visitantes se hospedam e realizam atividades de natureza turística, visando, no entanto ao prosseguimento de sua viagem ao núcleo receptor a que se destinam ou à sua residência fixa ou permanente, se no retorno de sua programação. Deve suportar os imprevistos da viagem.

#### E-Turismo quantitativo:

É o volume. O que define é a demanda turística do local a ser visitado, ou seja, de minoria acontece, por exemplo no Tibet, ao passo que de massa na Disney. O que define é a quantidade da demanda.

Turismo de elite ou de minoria se caracteriza pelo conforto das programações e dos serviços e pela seletividade decorrente das motivações de viagem ou do poder econômico. Público cativo: Empresários, altos executivos e capitalistas, nobres, políticos corruptos.

#### F-Turismo de Massa:

Representantes da classe média assalariada e de empresários de médio e pequeno porte. Geralmente são cansativos, com roteiros compactos. Ocorre via terrestre por faixa litorânea em balneários, estâncias requintadas ou de categoria média.

#### 2.4.2.2 Os tipos de turismo

É a tipificação do turismo, conseqüência da diversificação de modos de considerar os motivos que levam as pessoas a empreender suas viagens, cujas finalidades são referências e fatores determinantes para efetivar a distinção entre o que é e o que não é turismo.

Todos eles se efetuam incorporados a alguma ou algumas das modalidades expostas anteriormente.

#### A-Turismo de Férias:

O turismo de férias é tipicamente característico da sociedade moderna. Ele sintetiza com propriedade o binômio trabalho repouso e sua consolidação ocorre depois da Revolução Industrial. Ainda é conhecido como turismo de férias, balneário, montanhês, repouso.



#### B-Turismo Cultural:

Abrange exclusivamente as atividades que se efetuam através de deslocamentos para a satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e de informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade humanas.

Pela complexidade das motivações específicas, subdivide-se em dois sub tipos: Turismo científico, de congresso ou de convenções.

#### C-Turismo de Negócios:

É o conjunto de atividades de viagem, de hospedagem, de alimentação e de lazer praticado por quem viaja a negócios referentes aos diversos setores da atividade comercial ou industrial ou para conhecer mercados, estabelecer contatos, firmar convênios, treinar novas tecnologia, vender ou comprar bens ou serviços.

#### D-Turismo Desportivo:

Todas as atividades específicas de viagem com vistas ao acompanhamento, desempenho e participação exercidos em eventos desportivos, no país ou no exterior.

#### E-Turismo de Saúde:

O conjunto de atividades turísticas que as pessoas exercem na procura de meios de manutenção ou de aquisição de bom funcionamento e sanidade de seu físico e de seu psiquismo.

#### F-Turismo Religioso:

O conjunto de atividades com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões.

- a) Quando alguém, por livre disposição e sem pretender recompensas, viaja a lugares sagrados, o conjunto da atividade denomina-se romaria.
- b) Quando alguém visita lugares sagrados para cumprir promessas, o conjunto da atividade denomina-se peregrinação.
- c) Quando alguém, empenhado em remir-se de suas culpa ou de seus pecados, o conjunto da atividade denomina-se viagem de penitência ou de reparação.

#### 2.4.2.3 As formas de turismo

Conjunto de formas através das quais as pessoas exercem as várias modalidades e os diferentes tipos de turismo.

##### A-Turismo Individual:

Todo o conjunto de atividades necessárias ao planejamento e à execução de viagens, sem o concurso de agência de viagens ou de qualquer outra entidade de natureza turística.

##### B-Turismo Organizado:

Conjunto de atividades turísticas programadas, organizadas e administrado por agências de viagens, associações, entidades de classe, clubes ou por qualquer outra organização que envolva grupos de pessoas.

Denomina-se organizado porque os indivíduos como tais são isentos das responsabilidades de planejar, executar e administrar o programa, tanto quanto do funcionamento, assumido juridicamente pela agência vendedora, associação ou entidade organizada.

##### C-Turismo Social:

A forma especial de viagem, hospedagem, alimentação, serviços e lazer organizado para pessoas de camadas sociais cujas rendas, sem ajuda de terceiros, não lhe permitiriam a programação.

Geralmente se realiza em colônia de férias de associações de entidades de classe ou de empresas ou albergues e hospedarias específicas subsidiadas por recursos governamentais ou de fundo perdido.

D-Turismo Intensivo:

Denomina-se turismo intensivo ou turismo estável o conjunto de programações turísticas em que as pessoas permanecem baseadas ou hospedadas em um receptivo único, ainda que efetuem excursões a outros lugares. Também é conhecido como turismo estacionário.

E-Turismo Extensivo:

Ou turismo de longo prazo, entende-se a hospedagem e o conjunto de atividades em um mesmo núcleo receptivo com a duração de pelo menos três semanas - Forma exclusiva de turismo de repouso e saúde.

F-Turismo Itinerante:

Quando a programação turística se compõe de visitas ao maior número possível de núcleos receptivos, em uma única viagem, com estada curta em cada um dos locais visitados.

#### 2.4.3 PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE TURISMO SUSTENTÁVEL

A melhoria das condições de competitividade na atividade turística, através dos pontos fortes e fracos e oportunidades e ameaças, tem fomentado a discussão de melhores práticas para fruição do tempo livre e do lazer.

Assim é oportuno salientar, que se deve ter presente sempre “que os comportamentos e os direitos das pessoas no que respeita a férias e turismo dependem das exigências a que estão sujeitos e das suas responsabilidades”, e que estas insidem diretamente no modo de vida das pessoas e dos atrativos disponíveis para fruição temporal.

A este propósito, “os direitos a descanso, lazer, férias e turismo estão consignados em documentos da OMT, integrados nos princípios gerais da lei turística: internacionalização, integridade, autonomia, dinamismo e regulamentação”. Entretanto, o desenvolvimento do turismo não é igual a todos os países, e o três documentos que tratam dos direitos e deveres dos turistas de forma geral, com caráter de tratado internacional são:

A-Internacional Convention on Travel Contract (Bruxelas,1970):

Contribui para a segurança jurídica nas relações entre os viajantes ou turistas e os agentes de viagens, regulando duas espécies de contrato: uma da organização e outro da mediação.

B-Tourism Charter and Tourism Code, da Organização Mundial do turismo:

Aprovado em Assembléia Geral em 1985: trata solenemente dos direitos dos seres humanos ao descanso e ao isolamento, a gozar de tempo de lazer e férias periódicas pagas, usar as férias para descansar e se divertir, viajar independentemente para educação e recreio e aproveitar as vantagens proporcionadas pelo turismo, no seu país e no estrangeiro.

C-The Hague Statement on Tourism:

Aprovado pela Interparliamentary Conference in Tourism, organizada conjuntamente com a Interparliamentary Union e a Organização Mundial do Turismo, em abril de 1989: define o turista internacional como qualquer pessoa enquadrada nas seguintes condições:

a)desloca-se para um lugar diferente do da sua residência; b) a razão da sua viagem é uma visita ou uma estada que não exceda 3 meses, exceto com autorização especial; c) não exerce atividade remunerada no país de destino, por si próprio ou a pedido de uma entidade estrangeira;d) quando acaba a sua visita abandona o país visitado voltando ao seu país de residência ou viaja para outro país (BATISTA, 1997, p.410).

Assim sendo, podemos inicialmente dizer que para que a atividade turística se desenvolva normalmente é importante que saibamos aplicar o tempo livre dos turistas de modo a promover entretenimento e lazer, direito este conferido através de convenções. É claro que, direito cativo não quer dizer “*tudo pode*”, mas sim, usando o discernimento e os conceitos de sustentabilidade para o próprio usufruto das gerações futuras.

Dumazedier (1979, p.88) escreve que:

O lazer não é uma categoria definida de comportamento social. Todo comportamento em cada categoria pode ser um lazer, mesmo o trabalho profissional. O lazer não é uma categoria, porém um estilo de comportamento, podendo ser encontrado em não importa qual atividade: pode-se trabalhar com música, estudar brincando, lavar a louça ouvindo rádio, promover um comício político com desfiles de balizas, misturar o erotismo ao sagrado, etc. Toda atividade pode pois vir a ser um lazer. D. Rieman foi talvez o primeiro (1948) a ter desenvolvido esta concepção; esta acha-se amplamente difundida na sociologia, reencontramo-la muitas vezes em H. Wilensky ou Kaplan.

Oferece a vantagem de mostrar que os modos de lazer tendem a penetrar todas as outras atividades, que o lazer pode ser a origem de um estilo de vida e que seus modelos contribuem para mudar a qualidade de vida (“quality of life”). Mas esta definição é mais psicológica que sociológica: ela diz respeito à atitude de alguns nos comportamentos comuns a todos. Confunde lazer e prazer, lazer e jogo. Não permite definir um campo específico entre as diferentes atividades que assumem diferentes funções na sociedade. Laça a confusão sobre uma relação capital na dinâmica da produção do lazer, entre a redução do tempo das obrigações institucionais e o aumento do tempo liberado para a atividade pessoal dentro das novas normas sociais (DUMAZEDIER, 1979, p.88).

Esta fruição do sonho, do imaginado, não raro constitui uma paisagem um tanto pragmática, e o perfil psicográfico tanto do visitante quanto do visitado, cria uma nova roupagem no olhar de cada um

pois as atitudes e as motivações que afectam e/ou condicionam o que os turistas esperam ou desejam encontrar no seu destino de férias podem ainda encarar-se segundo as seguintes óticas: 1) tendo chegado ao local dos seus sonhos, muitos turistas comportam-se da mesma forma que em casa, como se tivessem transportado o seu fim de semana habitual a várias centenas de quilômetros, de forma a gozá-lo em ambiente diferente; 2) as pessoas arrastam para o local de férias os problemas e os incômodos

que tinham nas áreas residenciais e industriais de que desejam escapar, fornecendo-os como presentes aos seus hospedeiros: problemas de tráfego, poluição atmosférica, ruído, arquitetura metropolitana, alienação, etc (BAPTISTA, 1997, p.67).

Assim sendo, torna-se necessário fomentar a própria atividade e que se tenha em mente inicialmente o que é lazer.

A segunda definição, explícita ou implícita, situa o lazer somente com respeito ao trabalho profissional em oposição a este último, como se nada mais existisse contiguamente, como se o lazer resumisse inteiramente o não-trabalho. Esta definição é, na maioria das vezes, a dos economicistas, sobretudo depois de Keynes, que via o lazer o grande problema das economias avançadas (DUMAZEDIER, 1979, p.89).

Portanto o lazer dispõe em seu conjunto de características intrínsecas a si mesmo, e que deverão estar sempre presentes para que o composto se desenvolva efetivamente tais como Dumazedier apresenta:

*a)Caráter liberatório:* Vai se constituir na liberação das obrigações institucionais (profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas), ou seja, o lazer se opõe a estas obrigações, portanto para que haja lazer, é preciso que cessem essas obrigações.

*b)Caráter desinteressado:* Atividade de lazer que não tem fim lucrativo como o trabalho profissional, não tem um fim utilitário como os afazeres domésticos, não tem um fim ideológico como os deveres políticos, espirituais, porém quando uma atividade de lazer esta parcialmente atrelada a um fim lucrativo sem se converter em obrigação ela se constitui de semilazer.

*c)Caráter hedonístico:* É a atividade de lazer a ser marcada pela procura de um estado da satisfação prazeroso.

*d)Caráter pessoal:* Atividade de lazer que envolve um indivíduo como ele o é realmente, libertando-o da fadiga física e intelectual impostas pela rotina das atividades diárias (DUMAZEDIER, 1979, p. 94).

Como se pode ver, este é um processo que para que possamos de fato determinar qual a programação de lazer, numa visão holística, há que se preocupar com diversos elementos tais como os aspectos sócio-econômicos-culturais de cada participante.

Oferecer condições de lazer e de hospitalidade aos acompanhantes aos viajantes é fazer com que se abra uma porta de negociação e os inputs sejam mais facilmente absorvidos, uma vez que aumenta a audiência e por ilação ao consumo, além de elevar significativamente a imagem do destino turístico que se mostra preocupado com o bem estar não só de sua audiência. E é aí que entra a criatividade.

A melhor postura a se tomar neste momento é a de oferecer o maior número de opções distintas para todos os gostos e idades, mesmo que tenhamos construído um perfil inicialmente do turista. Portanto uma indicação inicial de toda a programação é necessária para persuasão de todos os envolvidos e para o imediato adesismo ao projeto proposto.

Desta forma, as programações sociais, turísticas e de hospitalidade, invariavelmente são marcadas por eventos de menor proporção, e isso não significa menos preocupação para com estes subeventos, que exigem também planejamento específico, respaldado por prestadores de serviços e que envolvem diretamente toda a infra-estrutura turística; vendidos em forma de pacotes, ou ainda tours locais pela cidade no transcorrer da estada, respectivamente.

Assim para que possamos organizar efetivamente o planejamento e a organização do lazer para o turista a conclusão envolve a revisão das atividades e o planejamento dos trabalhos futuros. É lógico e coerente ressaltar que de nada adiantará processos básicos se não tivermos ciência do que realmente se pretende desenvolver, caso não tenhamos identificado os momentos favoráveis para previsão e os valores reservados para este fim, além de fornecer subsídios contundentes à própria motivação.

#### D-Código Mundial de Ética do Turismo

O código mundial de ética do turismo, criado em Assembléia pela OMT, em Istambul, em janeiro de 1997, deliberou, com a chancela da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a elaboração, de dez artigos. Foi aprovado durante a Assembléia da OMT, realizada em Santiago do Chile, e principiam originalmente as premissas para o planejamento do turismo, a fim de harmonizar os elementos culturais, sociais, históricos e arquitetônicos regionais, tendo sido considerado, aspectos do turismo internacional, envolvendo todos os seus atores.

a)Artigo 1º. Contribuição do turismo para a compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades.

Este artigo diz respeito à compreensão dos valores éticos comuns à humanidade, através do espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas, filosóficas e morais, no mais alto espírito de um turismo responsável.

b)Artigo 2º. O turismo, instrumento de desenvolvimento individual e coletivo.

Deve ser focado como atividade geralmente associada ao repouso, à diversão, observando a necessária abertura de espírito, insubstituível de auto-educação, tolerância mútua e aprendizagem.

c)Artigo 3º. O turismo, fator de desenvolvimento sustentável.

Objetiva salvaguardar os agentes envolvidos e os recursos naturais no desenvolvimento na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável.

d)Artigo 4º. O turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade.

Os recursos turísticos pertencem ao patrimônio comum da humanidade. As comunidades dos territórios onde eles se situam, têm direitos e obrigações especiais.

e)Artigo 5º. O turismo, atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino.

Enfatiza a necessidade das comunidades locais estarem associadas para participar dos benefícios econômicos, sociais e culturais e na geração dos empregos diretos e indiretos resultante.

f)Artigo 6º. Obrigações dos agentes do desenvolvimento turístico.



É dever dos agentes turísticos prestar todas as informações sobre os destinos, as condições de viagem, de receptivo e de estada.

g)Artigo 7º. Direito ao turismo.

Pressupõe a possibilidade de acesso direto e pessoal à descoberta das riquezas de nosso mundo, ou seja, direito aberto, igualmente a todo habitante do planeta.

h)Artigo 8º. Liberdade do destocamento turístico.

Enfatiza o direito de ir e vir, respeitando as legislações e o direito internacional da liberdade de circulação quer no interior do país, quer de um estado para outro, em conformidade com o artigo 13 da Declaração dos Direitos Humanos, podendo ter acesso às zonas de trânsito e de estada, bem como aos locais turísticos e culturais, sem exageros, formalidades e discriminações.

i)Artigo 9º. Direito dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística.

Procura harmonizar fundamentalmente os trabalhadores assalariados e autônomos da indústria turística e das atividades afins, que devem ter assegurado pelas administrações, quer dos estados de origem, quer dos países de destino, seus direitos, tendo em vista as limitações específicas vinculadas à sazonalidade, dimensão global e flexibilidade imposta por sua natureza.

j)Artigo 10º. Aplicação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo.

Principia a aplicação dos princípios presentes zelando pelo controle da efetivação.

#### E-Declaração Universal de Manila

Desenvolvida pela OMT, em 1980, nas Filipinas. Afirma que o uso dos recursos turísticos não pode ser descontrolado sem correr o risco da sua deteriorização, ou mesmo destruição. A satisfação dos turistas não pode colocar em perigo os interesses

sociais e econômicos das populações residentes e os recursos naturais, considerados atração fundamental, tal como os sítios históricos e culturais. Todos estes recursos são considerados patrimônio da humanidade e as comunidades nacionais e o conjunto da comunidade internacional deve tomar as medidas cabíveis para assegurar a preservação.

#### 2.4.4. TURISMO ECOLÓGICO E ECOTURISMO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, DEFINIÇÕES, CONCEITOS E DIFERENÇAS.

Desde que o ser humano passou a deslocar-se e a desenvolver turismo, as imagens das coisas tiveram papel preponderante sobre o próprio ato de localizar-se e, sobretudo como mecanismo sensitivo, no que tange os aspectos cênicos e paisagísticos.

Estes mecanismos utilizados pelo homem para seu próprio contato com as coisas externas passam sempre mais a apresentar significações bem maiores, no que toca, sobretudo o entendimento na troca de experiências.

E, no entanto, pelo menos por parte dessas experiências consiste em lançar um olhar ou encarar um conjunto de diferentes cenários, paisagens ou vistas de cidades que se situam fora daquilo que, para nós, é comum. Quando vamos 'embora' olhamos com interesse e curiosidade o ambiente que nos cerca. Ele nos fala de um modo que apreciamos ou, pelo menos, esperamos que as coisas se passem assim. Em outras palavras, lançamos um olhar sobre aquilo que encontramos. Esse olhar é tão socialmente organizado e sistematizado quanto o olhar de um médico (URRY, 1996, p. 16).

É claro que a variação do olhar é constante, e este mecanismo sensorial, integrante dos cinco sentidos clássicos dos gregos, tem como pressuposto uma visão mental construída inicialmente através do sonho e da projeção do destino como resposta aos estímulos propostos pelos veículos publicitários e de informação.

Bartley (1978), em *Princípios da Percepção*, afirma que a percepção da paisagem é efetuada não só através da visão, mas é, sobretudo realizada pelos dez mecanismos sensoriais do homem.

O organismo humano possui dez modalidades sensoriais que respondem ao mundo externo: a visão; a audição; a pressão e o tato; a temperatura; a cinestesia (o sentido muscular); a dor; o paladar; o olfato; o sentido vestibular e o sentido químico comum. Esta classificação apóia-se em quatro critérios principais que prevaleceram por muito tempo: pelo primeiro critério, para isolar uma modalidade sensorial, deve-se demonstrar que a experiência que a constitui é única. O segundo, é o reconhecimento de que existe um tipo especial de órgão terminal como mediador da experiência. O terceiro, é a existência de uma via nervosa separada, que parte do órgão sensorial até o cérebro; e o quarto é a demonstração de que há um tipo ou traço especial de energia que atua como estímulo adequado. Quando se satisfazem estes quatro critérios, então pode-se diferenciar uma determinada modalidade sensorial. Seu uso permitiu que aparecesse um número de modalidades que vão mais além dos cinco sentidos clássicos dos gregos (BARTLEY, 1978, p. 82).

Desta maneira, pode-se dizer que a “paisagem constitui, portanto, um dos principais componentes do ambiente natural como oferta turística primária ou original” (BAPTISTA, 1997, p.362).

Todo composto cênico, que integra o entorno dos focos, poderá ser considerada paisagem, e esta classificação permite a cada um, descreve-la de forma objetiva, através do funcionamento dos organismos ali inseridos. Este complemento fisiológico compõe um campo motivacional que permite ao Homem, desprender-se do cotidiano e mergulhar em viagens sensitivas, onde se especifica detalhadamente as cenas não só do cotidiano, mas da imagem focalizada.

Para Petroni e Kenigsberg (1968), a paisagem divide-se em três partes iguais:

Paisagem natural: conjunto de caracteres físicos visíveis de um lugar que não tenha sido modificado pelo homem. Paisagem cultural: paisagem modificada pela presença e atividade do homem (áreas cultivadas, barragens das hidrelétricas, cidades e outros) e paisagem urbana: conjuntos de elementos plásticos naturais e artificiais que compõem a cidade: colinas, rios, edifícios, ruas, praças, árvores, focos de luz e outros (PETRONI E KENIGSBURG 1968, p 51)

Esta divisão facilita o entendimento e uma rápida leitura e releitura do composto, quer seja pictórica, quer seja literário.

Diante da ênfase dada ao consumo do turista como algo visual e ao significado das edificações como objetos para os quais é direcionado o olhar é essencial refletir sobre os

padrões e formas cambiantes que tais edificações poderiam assumir. Além disso, é claro que é impossível refletir sobre o pós-modernismo sem levar em consideração tudo aquilo que já esta construída, certamente a esfera que melhor demonstra esse paradigma cultural, na opinião de muita gente (URRY, 1996, p.164).

Boullón (2002), define a paisagem como uma qualidade estética que os diferentes elementos de um espaço físico adquirem somente quando o homem aparece como observador, animado de uma atitude contemplativa dirigida a captar suas propriedades externas, seu aspecto, seu caráter e outras particularidades que permitem apreciar sua beleza ou destacar sua fealdade. A partir desse conceito propõe sua classificação e apresenta elementos para análise.

Atualmente, uma nova escala de julgamento estético vem solidificando-se rapidamente, em função da própria tendência ao estabelecimento de uma aldeia global, e esta mesma expressão vem criando um novo paradigma de se intercambiar e reconhecer as coisas quer sejam naturais quer sejam artificiais.

Muitas vezes, pessoas não se sensibilizam com imagens e ou paisagens tal como o por do sol de um dia qualquer ou de raras mobílias e objetos que perduraram ao longo da própria história. Esta retomada de valores ou o seu desaparecimento afetam diretamente a qualidade do núcleo receptivo e de todo composto paisagístico, seja homogêneo, que segundo Boullón (2002, p 130) “são as que como as planícies ou o mar, estão integrados por muitos poucos elementos e apresentam a vantagem de uma leitura simples” e das heterogêneas que “são formadas por uma grande quantidade de elementos, de leitura mais complexa”.

O importante que por mais complexa que possa ser uma paisagem, qualquer um que se lançar a procurar decodificá-la, o fará, e desta forma reterá as informações descritivas mais significativas ao seu universo e à sua sensibilidade, tendo em conta à própria importância e significado que a cena ou o composto representam para a pessoa ou turista.

Segundo Boullón,

(...) no caso do turismo, o impacto visual que produz o ambiente natural varia de acordo com os tipos de atividades que realizam aqueles que o visitam, e que podem ser três: Espectador: é aquele que se mantém fora da paisagem e se limita a observá-la a partir dos diferentes ângulos de visão que ela oferece na posição em que ele se encontra ou

em que venha a deslocar-se. Ator: incorpora-se à paisagem para praticar alguma atividade esportiva como esqui, a motonáutica ou o surf. Nesta circunstância, ainda que se possa supor o contrário, o turista ator às vezes tem da paisagem uma percepção menor que a do turista espectador”. Esta condição se desenvolve pois o centro do objeto não é a paisagem e sim, o desenvolvimento do ludismo, tendo como segundo plano os aspectos paisagísticos; e o turista ator- observador, que “inclui duas situações: a) a do visitante que entra e permanece na paisagem; e b) a do turista que pratica esportes ou atividades sedentárias (BOULLÓN,2002, 157).

#### 2.4.4.1 Diferenças semânticas e conceituais

Um dos assuntos mais polêmicos atualmente no estudo do turismo tem haver com o entendimento do que vem a ser ecoturismo, termo disseminado aos quatro cantos, sem um emprego correto e se ele é de fato sustentável mesmo.

Talvez, pela explosão que o ecoturismo promoveu no mundo, ainda não se tenha uma definição correta e muito mais um conceito definido da atividade, que cria diariamente neologismos caducos, juntando partes características de outras modalidades, com objetivos diferentes e princípios vistos de outro ângulo. Wearing e Neil (2001), afirmam que o primeiro a utilizar o termo ecoturismo foi Ceballos-Lascurain em 1981, a fim de designar esta atividade.

Paralelamente, o ecoturismo ganha força e adeptos a partir do estabelecimento do turismo alternativo que segundo Batista é:

Sugerido como a mais apropriada forma de desenvolvimento turístico nos países em vias de desenvolvimento, em vez do turismo de massas favorecido por muitos governos, mas os turistas interessados neste tipo de turismo estão freqüentemente interessados em atrações específicas, particularmente de animais, de montanha, de locais culturais ou das pessoas, que não devem ser encaradas não apenas na óptica de motivações e atrações, mas também do relacionamento entre elas (BAPTISTA 1997, p. 43).

Dentro deste contexto, e diante de tantas designações de alternativo ou de natureza específica (FOSTER, 1972), nasce tipologias e expressões semelhantes, contribuindo para uma confusão de definições o que gera uma tensão significativa da qualidade exigível da atividade. À luz da verdade, o que se faz atualmente é detectar e enquadrar as atividades, com base num modelo de consumo numa faixa etária que dita

comportamento. Com intenção de esclarecer esta abordagem, deve-se considerar as tipologias existentes que orbitam ao redor do perfil dos turistas e das necessidades distintivas da demanda em preocupação, interesse a desenvolvimento de atividade.

No entanto, há muitas maneiras de se identificar os clientes potenciais e reais, para se determinar quem deve definitivamente conviver com o autóctone. Há cidades como Veneza, na Itália, por exemplo, que estão estudando estratégias para banir definitivamente o excursionista. Para efeitos distintivos iremos apresentar três classificações de turistas. Cabe, entretanto aos gestores públicos identificar dentro desta classificação, qual a melhor alternativa para o desenvolvimento de suas cidades. O que é certo - e instrumentos a fim de minimizar os impactos entre visitante e visitado são utilizados - os gestores devem observar os aspectos sustentáveis desta relação para a perfeita harmonização sócio-cultural entre os diversos *modus-vivendi* existentes, até por que o turismo acontece entre pólos diferentes.

O modelo cognitivo-normativo, desenvolvido por Stanley Plog (1974) apresenta três tipos psicográficos distintos. Os Allocêntricos, caracterizados basicamente pelo tipo aventureiro, explorador. Esta classe de consumidor esta contida dentro no gráfico de Butler (1980), na fase de nascimento. São turistas que pagam bem, pois a sensação de ser considerado o primeiro, de ser o desbravador e ou aquele que descobriu a destinação, tem um elevado custo. Aqueles que viajam para os lugares já descobertos, gozando de boa reputação, com forte conotação comercial, são considerados os messocêntricos ou mediocêntricos. A cidade ao receber este tipo de turista deve parar para uma reorientação de suas estratégias, pois os efeitos negativos do turismo de massa podem transformar definitivamente a imagem da cidade como um todo. Daí a necessidade da estruturação da oferta turística, especificamente de seu portfólio, como forma de revitalizar sua oferta. Dos extremos polares nasce os psicocêntricos, viajando somente para lugares com fortes traços familiares, utilizando-se de pacotes *all-inclusive*.

No entanto, Cohen (1972) cria um modelo internacional dividido entre institucionalizados e não institucionalizados. Para os não institucionalizados, Cohen subdividiu ainda em nômades, como sendo aqueles que procuram locais diferentes e exploradores, que organizam suas próprias viagens, procurando distanciar-se daquilo

que todos fazem. Já para os institucionalizados, classificou como sendo os turistas de massa individual, aqueles que viajam sob o consórcio de uma agência de viagem em destinos da moda e os de massa organizado, que optam pelo familiar, num sentimento de segurança, entrando a qualquer momento em sua redoma de vidro ambiental. Sete anos mais tarde, Cohen elabora uma nova matriz cognitivo-normativa dividida entre peregrinos modernos subdivididos em existenciais, experimentais e experienciais e os buscadores de prazer em diversionários e recreacionais.

A terceira classificação foi a realizada por Smith (1977) que entendia o turista da seguinte maneira. O explorador, como sendo aquele que procura descoberta; o Turista de Elite, que procura lugares raros; o Off-beat que procura afastar-se das multidões; Inusual, aquele que viaja pouco, mas que procura atividades de risco; o Turista de Massa Inesperta, que viajam em pequenos grupos e aliam autenticidade combinada; Turistas de Massa, típico da classe média e o Charter, que viaja em grupos pequenos, objetivando relaxamento e tranquilidade em ambientes diferentes (BARRETO, 1995).

A maioria dos autores, no entanto, apresenta diferentes características entre personalidade, atitudes e motivações, permitindo assim aliar o que se pretende.

No entanto Zacchi afirma:

Assim para fins desta matéria em específico, propõe-se a seguinte classificação, que para análise prática, os gestores poderão definir e decidir quem definitivamente eles querem receber:

**a) Turistas Tradicionais:** procura a imitação artificial cuja experiência lhe propicie o fantástico e o sonho para satisfação de todas as suas necessidades e onde a semelhança opõe-se a identidade. Geralmente compõem um estrato social de altíssimo nível não valorizando a experiência e a emoção captada no aprendizado das relações. Padronizam a população como seres primitivos e atrasados. Invariavelmente permanecem em complexos e resorts, verdadeiros guetos turísticos na visão de Krippendorff (1989), percebendo tudo do “alto para baixo”. Não importa os aspectos verdadeiros de uma região, mas sim a imagem que existe nele mesmo. Este tipo é altamente prejudicial, pois para o estabelecimento da atividade, seus atores se valem da visão messiânica do turismo.

**b) Novo Turista:** procura a autenticidade da destinação, busca principalmente os ecossistemas mais tradicionais da comunidade autóctone. Visitam os ícones turísticos do local, mas fundamentalmente escolhem ambientes onde os guias não levam, atribuindo-

lhes valores excepcionais. Procuram sair do comum e buscam vivenciar as práticas locais. Também são turistas de alto poder aquisitivo, experientes e altamente exigentes. Diferentemente dos turistas tradicionais, o Novo Turista preocupa-se com o mix do produto, seu desempenho e relação, impondo naturalmente um posicionamento ecocêntrico. Transformam o núcleo receptivo, sua estada por assim dizer, numa sala de aula, num laboratório vivo identificando todos os detalhes peculiares dos anfitriões. Respeitam a fragilidade da terra e a dignidade alheia. São consumidores conscientes com forte orientação para preservação (ZACCHI, 2002, p. 10).

Surge então por outro lado, à aparição de subtipos do turismo alternativo tais como o turismo étnico, o turismo cultural, o turismo histórico, o turismo ambiental entre outros. Daí a grande confusão do que vem a ser efetivamente ecoturismo.

Atualmente torna-se impossível referendar um conceito único a respeito do que é efetivamente ecoturismo. As diversas correntes tendem a conceber sua própria idéia. Não é difícil estabelecer uma relação metodológica que revele eficazmente a própria atividade, cuja primazia encontra-se ainda com a formação etimológica e epistemológica do próprio vocábulo. O prefixo eco, do grego oikos, significando casa, o radical tur, no hebraico antigo, significando retorno e o sufixo ismo, representando o deslocamento do Homem. Ou seja, retorno do Homem às suas origens, ao entorno primitivo, cujas premissas régias apontam para a manutenção dos ecossistemas, num enfoque gaianístico, como essência total da vida orgânica na terra. Esta relação particular da origem a uma análise dos princípios apresentados no Evangelho de Lucas (LUCAS, 15:11-32) que estão prontamente correlacionados ao desenvolvimento do ecoturismo. Tomando por base este princípio, pode-se afirmar que a idéia da proteção ou do retorno de voltar a, ou estar protegido, se interpenetram nas duas circunstâncias, ou seja, o conforto de se retornar à um ambiente protegido, esta amplamente caracterizado.

Evidente que o mais indicado ainda é procurar dentro deste enfoque, considerar todas as premissas apresentadas por todos os setores envolvidos e que discutem a esfera conceitual sobre a real utilização do turismo na natureza.

Dessa forma, as mais recentes reflexões e análises sobre a questão (Farrre e Runyan; Norris; Wallace; citados por CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996; BUCKLEY, 1994; LINDBERG, ENRIQUEZ, SPROULE, 1996), compartilham da opinião de que as



operações turísticas com enfoque para a utilização da natureza apenas como meio ou cenário para a sua realização, oferecendo aos turistas tão somente a oportunidade de conhecerem lugares e populações exóticas, constitui-se no que se pode chamar de **turismo com base na natureza, turismo voltado para a natureza** ou **turismo na natureza**, e esse, segundo BUCKLEY (1994), tem sido o enfoque dado em especial pela indústria do turismo e também pela área governamental (PIRES, 1998, p. 88).

Mas é efetivamente a partir do século XVIII, no período conhecido como turismo romântico, que as pessoas começam a gostar de ar, montanha, natureza. Até então ninguém olhava para estas paisagens como algo belo. Pelo contrário. Há descrições com termos como horrível e senso de horror entre outros, predominando a teoria defendida pelos filósofos de que viajar não educava e pior do que isso trazia consigo vícios indomáveis sendo rechaçada pela corrente de filósofos defensores da viagem, que entendiam que as escolas jamais alcançariam o mesmo resultado pedagógico de observação de usos e costumes, política, governo, religião e arte, sendo banido definitivamente tal posicionamento quando os irmãos Lunn introduziram na Suíça a prática do esqui naquele país.

O que é certo é que a partir do século XVIII e de todo o século XIX, fica marcado como sendo o período em que a nova motivação é o prazer do descanso e da contemplação das paisagens, vistas no final do século XIX como sendo um desafio ao Homem em preservar e desfrutar, posicionamento eminentemente pós-industrial.

Schenini, em seu artigo “Gestão sustentável para empreendimentos de ecoturismo”, salienta:

Os países cresceram economicamente, industrializaram-se e suas empresas também aperfeiçoaram as técnicas de produção e gerenciamento utilizadas em seus processos operacionais. Entretanto, esta produção crescente e sem limites passou a consumir uma quantidade cada vez maior dos recursos finitos da natureza, seja como matérias-primas ou como esgotos para seus rejeitos e sobras degradantes do solo, da água e da atmosfera (SCHENINI 2001, p.1)

Todavia, o Homem na sua feroz conquista de espaço e de recursos, alterou drasticamente seu meio ambiente, de modo preocupante e avassalador gerando uma forte ameaça a qualidade ambiental, e em curto prazo, das possibilidades de uso. Sua

dimensão restringiu-se exclusivamente durante longo tempo sobre a ética antropogênica, sendo inquestionáveis seus meios.

Com isso o interesse crescente pelo ambiente natural, por ambientes preservados, fez nascer o ecoturismo como sendo inicialmente uma estratégia para desencadear a preservação ambiental feita pelos governos.

Western afirma:

Ecoturismo, em outras palavras, envolve tanto um sério compromisso com a natureza como responsabilidade social. Essa responsabilidade deve ser assumida também pelo viajante. A expressão viagem responsável, outra designação para ecoturismo, envolve objetivos semelhantes. The Ecotourism Society oferece uma definição um pouco mais completa: Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local (WESTERN, 1995 p. 17).

Esta convergência de interesses, entretanto, criou uma oposição aos guetos (KRIPENDORFF, 1978), uma vez que o desenvolvimento do ecoturismo passa pela utilização da mão-de-obra e de recursos da região, tornando-o assim parte da atração, como forma de participantes do processo. Uma política séria deve beneficiar os moradores locais como sócios e não como inimigos implacáveis.

Neste sentido, em agosto de 1994, o Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, reunindo o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Embratur, Ibama e empresários, chegou a seguinte definição:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, MICT/MMA, março de 1995).

A ênfase promovida é de que ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. É, na verdade, um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social, tornando-se uma alternativa altamente viável aos países em desenvolvimento.

Visto deste ângulo, esta definição faz sentido, observando as oportunidades e os temíveis riscos que a atividade mesocêntrica pode causar sobre o meio no que tange aos aspectos ecológicos, estéticos, econômicos, sociais entre outros. Mas onde podemos traçar uma linha divisória entre o que é ecoturismo, sua missão, princípios e características e o turismo ecológico?

A onda atual é rotular um conceito de ecoturismo para designar qualquer grupo que viaje sobre a motivação ligada ao natural e ou cultural. Em verdade os princípios adotados são confusos e não respeitam a harmonização entre turismo, conservação e cultura. Neste sentido o papel do turismo ligado a natureza, torna-se amplo demais, podendo descaracterizar o desejo de se estar em ambiente preservado, protegido.

Selva e Coutinho (2000) a propósito do debate sobre a utilização dos termos ecoturismo e turismo ecológico afirmam que a incompatibilidade é a mesma entre teoria e prática. Neste sentido os princípios do ecoturismo giram em torno da possibilidade de se promover suporte à conservação e proteção ambiental, potencializar a responsabilidade do operador com a utilização sustentada dos recursos, gerar parcerias com agentes locais e Ongs, desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, manter constante monitoramento das atividades realizadas, proporcionar educação ambiental, produzir benefícios econômicos às comunidades envolvidas visando o desenvolvimento do meio rural através da participação das comunidades no desenvolvimento da atividade entre outros.

Assim, segundo aqueles autores (Selva e Coutinho, *cf.cit.*), o turismo ecológico é considerado o segmento no qual turistas e promotores de viagens procuram o contato direto com os mais diferentes ambientes naturais, entretanto sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou mesmo com a compreensão dos fluxos e dinâmica que são estabelecidos no ambiente (FARIA E CARNEIRO, 2001, p. 70).

Por outro lado, a expressão ecoturismo diz respeito a um tipo de turismo cujo arcabouço concentra-se na manutenção do desenvolvimento sustentável, traduzido como a preocupação com as gerações futuras, justiça social.

Ao longo de toda a discussão acima, vê-se claramente que o conceito de ecoturismo implica medidas de conservação e manejo, apresentando uma relação intrínseca entre as empresas privadas que organizam viagem pela natureza e as

entidades (governamentais e não-governamentais) responsáveis pela proteção das áreas naturais além da população local.

Muito embora haja uma severa discussão a respeito da definição e do conceito de ecoturismo, no Brasil a expressão mais comumente aceita, inclusive pelo IBAMA e pela Embratur, é turismo ecológico, cujo entendimento é traduzido como sendo “desenvolvido em áreas naturais, onde os seus consumidores procuram usufruir ao máximo a natureza, minimizando os impactos que possam causar, além de desenvolver uma consciência ou compreensão ecológica (SEBRAE, 1995, p. 7, APUD FARIA E CARNEIRO, 2001, 74).

Assim para este trabalho, opta-se pela diferenciação entre as expressões turismo ecológico e ecoturismo como sendo, a primeira, a forma que diz respeito a preocupação com a dignidade alheia, ou seja, turismo ecológico diz respeito a conduta, comportamento, princípio norteador, ao passo que ecoturismo, necessita de ambiente preservado, Criado por legislação quer seja federal, estadual e ou municipal que dependa de procedimentos de manejo, segundo a fragilidade da terra, ou seja, que deve ser feito em áreas de preservação ambiental integral, afim de garantir a conservação do meio ambiente.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida na área de turismo e meio ambiente, mais especificamente na gestão sustentável de parques ecológicos. Para instrumento de realização da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica.

Para incrementar a base conceitual, usou-se o modelo qualitativo descritivo, com posterior elaboração escrita, ocorrendo de maneira independente e complementar, com vistas à conferência da eficácia da investigação, prevendo de forma integrada os elementos implicados no processo, observando os problemas de natureza teórica em relação aos problemas de natureza prática.

#### 3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para que a comunicação científica seja eficiente e possa haver ordem mediante normas é necessário à padronização em que se realiza a pesquisa. Esta padronização apresenta duas variáveis distintas que vão caracterizar essencialmente o trabalho. A primeira trata das questões relativas a obtenção de resultados, lendo-se, portanto o método aplicado, e a segunda dizem respeito especificamente a necessidade de organização das etapas, ou seja, do planejamento do próprio método.

Kerlinger (1979) compreende delineamento como plano e que devem ser criados para auxiliar o pesquisador a responder as perguntas de pesquisa formuladas no início.

Lakatos (1990) afirma que o planejamento deve ser realizado com muito rigor, pois se assim não o for poderá encaminhar o pesquisador por caminhos um tanto sinistro e que por ilação desencadearão dificuldades para a solução dos problemas levantados.

Desta forma a metodologia utilizada assume a personalidade teórico-empírica descritiva, através do método qualitativo, que para Alves e Mazzotti (1998), deve lembrar a figura de um funil, ou seja, deve-se iniciar a pesquisa pelo problema mais amplo e ir tecendo os elementos com base na análise das lacunas e dos pontos controvertidos na bibliografia.

Assim, os estudos exploratórios desenvolvidos têm por finalidade conhecer e caracterizar os problemas e métodos permitindo, mediante a observação sistemática, oportunizar possibilidades de se mensurar a pesquisa ou seus resultados, a partir de concepções teóricas de um certo objeto de estudo, os fenômenos por ele produzidos.

### 3.3 ABORDAGEM DO TRABALHO

A abordagem utilizada foi à qualitativa, que segundo Lüdke (1986), significa trabalhar todo material levantado durante a pesquisa. Seu uso é compatível com o tema da pesquisa, pois concilia uma série de variáveis que devem ser observadas. Ela promove a possibilidade de uma maior compreensão das circunstanciais, consistindo em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.

Neste contexto é necessário criatividade e flexibilidade no momento de coletá-los, analisa-los e interpreta-los. Assim o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador.

Para Bogdan, apud Triviños (1987), a pesquisa qualitativa possui como características o ambiente natural, que é a fonte de dados; o foco descritivo; a preocupação centrada no processo; a predominância da análise indutiva e a preocupação essencial no significado dos dados.

### 3.4 COLETA DE DADOS

Os dados coletados neste trabalho foram divididos em duas partes. A primeira caracterizada como sendo o levantamento dos dados primários, ou seja, aqueles cujos elementos foram levantados primeiramente pelo pesquisador e em segundo, os dados secundários entendidos como sendo todo aquele documento previamente catalogado, elencado e analisado disponibilizado através das mais variadas formas.

Desta maneira usou-se também o levantamento bibliográfico, que segundo Markoni e Lakatos (1982) objetiva apresentar ao pesquisador o contato com toda produção desenvolvida e produzida acerca do tema em questão.

Para Goldenberg (1997), uma das questões é a própria construção do olhar do pesquisador. Este olhar científico, como a autora apresenta é importante no sentido do

senso crítico, de que a pesquisa não é pura arte metodológica, e sim, um mosaico que exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, o que leva ao entendimento na somatória destas variáveis ao que é possível entre os pólos conhecimento e ignorância.

Neste trabalho, portanto utilizou-se como forma a análise dos conteúdos primários, tratando-os como recursos úteis para o conhecimento dos fatos, envolvendo informações obtidas através de pesquisa informal e dos dados secundários analisados através de rigorosa análise documental, a partir do estudo de várias obras.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A técnica utilizada foi à análise documental através das informações levantadas com os dados primários e secundários, que segundo Richardson (1989, p. 182) “consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionadas”.

Para Bardin apud Triviños (1987, p. 159) este método é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, para obter indicadores quantitativos ou não, que permitiram a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens”.

Desta forma, a técnica da análise documental, foi utilizada para trabalhar os dados primários uma vez que possibilita a seleção de vários documentos.

### 3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Uma pesquisa científica é seguida de perto por limitações das quais o pesquisador deve mensurar, e a primeira delas trata-se das percepções acerca da realidade circunstante.

Outra limitação diz respeito à inexistência de obras procuradas que jamais foram encontradas, além da alternância de métodos aplicados ao longo da pesquisa, bem como da decisão de parar a pesquisa. Um dado levando ao outro, e a revisão bibliográfica, tornando-se ilimitada, fazendo com que esta dissertação torne-se mais

uma referência bibliográfica num tema, cuja necessidade é crescente de técnicas e alternativas que justifiquem sua implantação.



## **4 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA**

### **4.1 INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE.**

Ao se adotar os princípios do desenvolvimento sustentável, declara-se basicamente a convicção da necessidade de se gerar um meio ambiente equilibrado. A idéia, portanto na utilização de práticas legais procura prioritariamente a proteção da biosfera, através de um progresso contínuo rumo a eliminação de substâncias que causem prejuízos ambientais a Terra.

O uso sustentável dos recursos naturais, a redução de descarga de resíduos tóxicos, a conservação de energia, a redução de riscos, a promoção de produtos e serviços seguros, a restauração ambiental entre tantos outros princípios, garante a constituição de um sistema que assegure um bom comportamento gerencial na prática ambiental.

Assim a transformação ecológica evolui e passa do posicionamento em curto prazo para o da gestão estratégica através da crescente intervenção do estado, no que tange aos aspectos legais ao atendimento da responsabilidade ambiental.

Do ponto de vista empresarial, há que se mencionar, que a legislação classifica as atividades em privadas e públicas. Estas independentemente devem ser exercidas em consonância com as diretrizes para a proteção e melhoria da qualidade ambiental, respeitando critérios, normas e padrões fixados pelo governo federal, estadual e municipal, o que o contrário implica na caracterização da Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Estas normas e critérios corporificados através de leis, decretos, resoluções e portarias, estão a serviço da proteção e regulamentação das atividades para o desenvolvimento sustentável atendendo as necessidades do presente sem comprometer a capacidades das futuras gerações em atender suas próprias necessidades.

No artigo Gestão Sustentável para Empreendimentos Ecoturísticos, publicado nos anais eletrônico do IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local (2001), Schenini, a propósito da legislação ambiental e normas regulamentares para o ecoturismo, afirma:

Para obter-se a adequação ou conformidade à legislação vigente os interessados ou responsáveis pela gestão desse tipo de empreendimento deverão fundamentar-se em duas abordagens.

A primeira diz respeito à implantação de uma atividade empresarial. Nessa oportunidade já deverá ser cumprido o requisito jurídico administrativo que é a obtenção da licença ambiental para instalação (LAI) e funcionamento (LAO). A obtenção da licença ambiental se fundamenta inicialmente na lei 5793/80 - Art 3, parágrafo 1 e 2 na parte referente ao licenciamento e após, através do decreto 14.250/81-SC que regulamenta a lei acima citada e encontra-se referenciada ao mesmo assunto através dos artigos 67, 69 e 70 que tratam das zonas industriais, da instalação e expansão das atividades comerciais e de prestação de serviços.

Inicialmente deve-se ressaltar que o licenciamento é obrigatório por lei apenas para aquelas empresas listadas entre aquelas consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, segundo a Portaria Intersetorial nº 01/92, da FATMA-SC e Secretaria da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente do estado de Santa Catarina.

O setor turístico não se inclui nessa listagem, entretanto, licenciamentos para empreendimentos que exijam desmatamento, uso de reservas recursos naturais, áreas de preservação com licenciamento no nível federal de governo, estes deverão ser viabilizados junto ao IBAMA. No nível estadual, a FATMA-SC pode exigir que o proponente do pedido de licenciamento para empreendimento em ecoturismo apresente estudos de avaliação de impacto ambiental através de AIA/RIMA do projeto como um instrumento prévio de controle ambiental para o exercício legal de atividades modificadoras do meio ambiente, constantes nas resoluções CONAMA 001/86, 011/86, 006/87, 006/88, 009/90 e 010/90.

Independente do licenciamento deve-se considerar que o funcionamento do empreendimento programado deverá obter conformidade com relação a toda legislação federal, estadual e municipal que regulamenta o funcionamento, geração e disposição dos resíduos e os impactos causados. Pelos seus procedimentos operacionais (SCHENINI, 2001, 5).

O Quadro 15 apresenta uma síntese das leis ambientais nas três esferas.

## QUADRO 15 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Legislação Federal	Legislação Estadual	Legislação Municipal
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição da República Federativa do Brasil – 1988</li> <li>• Capítulo VI - Do Meio Ambiente - art. 255.</li> <li>• Lei 5197/67 - Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.</li> <li>• Dec-lei 221/67 - Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 5793/80 - Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências.</li> <li>• Decreto nº 14250/81 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 5793/80 referentes à proteção e à melhoria da qualidade ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 1224/74 - Institui o Código de Posturas Municipais.</li> <li>• Agenda 21 - Local do Município de Florianópolis.</li> </ul>

Fonte: IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local (2001)

A interatividade dessas leis, em suas esferas, darão então sustentação ao desenvolvimento do turismo sustentável os quais tem como objetivo a minimização dos impactos ambientais, através da regulamentação das atividades.

O uso imperativo desses instrumentos, vão dar sustentação legal aos objetivos, métodos e padrões que o sistema de gestão ambiental preconiza, a fim de levar a organização e agências governamentais, para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, como orientação de caráter geral aponta-se um levantamento Decretos, Resoluções e Leis de interesse para o turismo, apresentado conforme O Quadro 16.

**QUADRO 16**  
**DECRETOS, RESOLUÇÕES E LEIS DE INTERESSE PARA O TURISMO.**

LEI	ASSUNTO
Lei 6505 de 13 de dezembro de 1977	Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18, do Decreto-lei nº 1439, de 30 de dezembro de 1975; e dá outras providências.
Lei 6513 de 20 de dezembro de 1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao Art.2º da Lei nº 4132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 7717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.
Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979	Aprova o regulamento dos Parques Nacionais brasileiros.
Decreto-Lei nº 2.294 de 21 de novembro de 1986	Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos e dá outras providências.

Fonte: Souza e Corrêa, 1998, p. 181

Desta forma, pode-se constatar a variedade de artifícios legais que estão a disposição da atividade turística para o uso sustentável e também como ferramenta de desenvolvimento apropriado, diante de um novo paradigma estratégico.

## 4.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

Gestão é o ato de gerenciar. De todos os modelos disponíveis e exemplos aplicados, por exemplo em Darling Harbour, Sidney; em Kalisz, na Polônia; na unidade administrativa de Southwark, em Londres; em Cingapura - a cidade do Leão; em Ottawa no Canadá; em Aleppo e Damasco, na Síria; em Veneza, na Itália; em Vitória e Alfred, na Cidade do Cabo, na África do Sul; no Cairo, na Faixa de Gaza, no Egito; nas Ilhas Fiji; na Tailândia entre tantos outros, um aspecto apresenta-se em comum: que o modelo de gestão deve seguir a realidade e as necessidades que o ambiente e o sistema turístico local requer e necessita. A abordagem deve ser ativa e impulsionista, através de um processo de avaliação e controle, procurando minimizar impactos maximizando resultados. O desafio é transformar os aspectos negativos em elementos positivos.

No entanto um sistema de gestão ou seus marcos norteadores podem ser exatamente o Código Mundial de Ética do Turismo, desenvolvido em assembléia geral da OMT, em Istambul, realizada em janeiro de 1997 e aprovados em outubro de 1999, durante assembléia da OMT realizada em Santiago do Chile. Seus princípios sinalizam premissas para o planejamento, tais como aplicação dos princípios da sustentabilidade da harmonia cultural ambiental, social e econômica das regiões visitadas. Se aplicado de maneira ampla em forma de gestão, há uma certa possibilidade de se obter resultados significativos de ordem positiva.

No entanto, para fins deste trabalho, sugere-se a abordagem sistêmica para o modelo de gestão, recomendado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Lei 6.513 de 20 de dezembro de 1977, regulamentada através do Decreto nº 86.176 de 06 de julho de 1981, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turísticos, inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural e dá outras providências.

Segundo a abordagem sistêmica, o funcionamento de uma organização não pode ser compreendido sem consideração explícita das demandas e limitações impostas pelo meio. Toda organização apresenta uma configuração interna que define limites entre a esfera de ação do sistema e o ambiente. Dessa definição decorre o grau de abertura do

sistema em relação ao ambiente. Organizações com baixo grau de abertura tendem para o modelo de sistema fechado. Organizações com maior grau de abertura tendem para o modelo de sistema aberto. Estas organizações buscam atingir suas finalidades – seus resultados – a partir de trocas constantes com o ambiente, do qual recebem os insumos que demandam para seus processos (IBAMA, 1995, p.21).

Consubstanciado, portanto nas considerações acima, torna-se possível conceber a idéia de uma organização mais flexível, que assuma uma estrutura que melhor lhe permita solucionar as questões identificadas ao longo do processo, com diferentes estratégias, visando o atingimento da missão.

#### A- Caracterização das atividades de entretenimento e lazer

Barreto (1991, p. 49), coloca que para se planejar o turismo é necessário, primeiramente classificar os diversos tipos de turismo existentes. Com base no tipo de ambiente ora proposto torna-se perfeitamente possível o desenvolvimento das seguintes atividades:

##### a) Turismo contemplativo

Desenvolver este tipo de atividade não requer muito esforço e basta somente que o guia de turismo estimule os turistas para os aspectos perceptivos de seus mecanismos sensoriais, captando o mundo externo e de todo composto cênico paisagístico do local.

Este tipo de turismo, que apela para a observação do clima, da configuração geográfica, dos elementos silvestres ou de vegetação, da flora e da fauna, da água e de outros elementos capazes de gerar perplexidade nas pessoas, pode sem dúvida ser utilizado de forma equilibrada cuja “gestão dos espaços turísticos e a determinação das prioridades para seu desenvolvimento apresentam uma série de problemas e fatores complicantes que precisam ser considerados quando da elaboração de planos para seu aproveitamento turístico adequado” (RUSCHMANN, 1997, P. 130).

Esta riqueza de diversidade de beleza e a setorização de sua utilidade, fazem com que as pessoas despertem para a conscientização e sejam cada qual vetor de

transformação no que toca as questões ligadas a valores e princípios coletivos e individuais.

Esta diferenciação trará benefícios as localidades, facilitando sensivelmente as ações conservacionistas em outros locais, não só do município, mas, sobretudo de “paisagens supostamente intocáveis, localizadas nos espaços fragmentados globais” (RIBEIRO & BARROS, 1997, p. 37).

#### b) Interpretação ambiental

Pires (1997) coloca que a interpretação ambiental implica na tradução da linguagem técnica da cultura e das ciências naturais de tal maneira que as pessoas em geral que não sejam cientistas ou iniciados na área possam entender facilmente. Além disso, a interpretação ambiental fará essa transmissão de conhecimentos de forma divertida e interessante para as pessoas.

A interpretação ambiental se dá no ambiente aberto ou em locais onde se tenha algo de relevante para mostrar e transmitir. O meio natural é um desses locais e a natureza é a sala de aula onde os ecoturistas encontrarão a descoberta de um aprendizado descontraído e voluntário. Neste caso falamos então de interpretação da natureza.

A interpretação é o ato de canalizar o impulso espontâneo da percepção humana para uma atividade educativa, através da qual será proporcionados conhecimento das manifestações da natureza e o entendimento do seu significado, através do contato com os seus aspectos mais originais e notáveis.

Essas experiências íntimas estabelecem uma relação de cumplicidade com a natureza, através de uma perspectiva subjetiva que estimula a busca de um reconhecimento do espaço e do meio como um todo, conduzindo o Homem a uma aproximação consigo mesmo, reconhecendo a natureza e seu entorno, para aumentar o desfrute e a satisfação no ambiente natural, auxiliando na compreensão do ambiente e na sua relação com a humanidade. Objetiva proteger os recursos naturais através da apreciação e compreensão de seu valor ecológico e ambiental, para reduzir em níveis bem mais baixos o vandalismo, para tornar compreensível ao visitante o papel desempenhado pela instituição responsável pela proteção dos recursos naturais, o que

para “nas palavras de BRANDÃO apud BRUHNS, ao referir-se sobre um poema de Drummond”, possa efetivamente resolver os problemas ambientais nos quais tem influência direta:

(...) O distanciamento efêmero ou prolongado da convivência social; a procura do lugar ermo, vivido em solidão; o encontro direto entre um homem e alguma dimensão, algum patamar de presença muito motivada do mundo natural (...) a imersão do sujeito na natureza; a busca solitária, no mais das vezes, de si mesmo e do próprio conhecimento “de todas as coisas”, inclusive, religiosamente, as de ordem ética, não mais nos lugares culturais do estudo e da pesquisa, mas numa forma de intimidade intensa com os seres e os cenários do mundo natural (...) uma difícil naturalização de si mesmo (...)(BRUHNS, 1997, p.136).

### c)Safári fotográfico

Ótimo para o registro das espécies da fauna e da flora local, além de perpetuar momentos importantes da cadeia trófica e de registrar os diversos níveis do ambiente nas suas mutações cíclicas, além de se remeter à condição de flâneur, tal como é estabelecido:

(...) afirma-se inicialmente como uma extensão do olhar do flâneur da classe média... O fotógrafo é uma versão armada do caminhante solitário que reconhece, aproxima-se furtivamente, ronda o inferno urbano do passante voyeurístico que descobre a cidade como uma paisagem de extremos voluptuosos. Adepto das alegrias do espiar, conhecedor da empatia, o flâneur acha o mundo ‘pitoresco. (STONG, 1979, p. 55, apud URRY, 1996, p. 185).

É claro que desde a invenção da fotografia, em 1839, novas formas de se contemplar o mundo foram surgindo a ponto, hoje, de se desenvolver safáris fotográficos em diversos pontos do planeta em privilegiados núcleos paisagísticos e que a própria fotografia constitui-se por si só, numa forma socialmente elaborada para se ver e registrar os cliques, dando uma nova forma a viagem e um novo significado ao próprio foco. “O poder da fotografia deriva, assim, de sua capacidade de apresentar-se como uma miniaturização do real, sem revelar sua natureza construída ou seu conteúdo ideológico (URRY, 1996:186)”.



Portanto é pertinente salientar que a fotografia esta diretamente correlacionada com a construção do olhar do turista, que tem e vê a fotografia como troféus conquistados através do poder e do conhecimento, como forma cabal do “ estive lá”, ainda que momentâneo. Para Urry (1996, p.187), há uma espécie de círculo hermenêutico envolvido em boa parte do turismo. Aquilo que se procura durante as férias é um conjunto de imagens fotográficas, como as que vêem nos folhetos das excursões, distribuídos pelas agências de turismo, ou em programas de televisão. Quando o turista esta viajando, ele se põe a buscar essas imagens e as captura para si. No final, os viajantes demonstram que estiveram realmente em determinado lugar, exibindo sua versão das imagens que haviam visto originalmente, antes da viagem.

#### d)Pesca

A pesca goza do prestígio de ter sido um dos primeiros grandes ofícios da humanidade, e acredita-se tenha sido também um dos primeiros desportes a ser praticados, portanto eminentemente considerada como uma forma de retorno a natureza.

Claro e evidente, que se deve respeitar os períodos de procriação e a abertura da temporada de pesca se daria conforme a estação, segundo as espécies possíveis de se capturar e de todo um respaldo legal pertinente. Portanto se faz necessário criar mecanismos que assegurem a sustentabilidade da própria atividade, para promoção turística.

#### e)Acampamento turístico

Beni (1998, p. 303) conceitua acampamento turístico como sendo um estabelecimento comercial de locação de espaço, instalações e serviços, destinados à cessão individual de lotes para instalação de barracas e/ou estacionamento de trailers ou motorhomes. Dispõe de infra-estrutura básica em toda área e edificações de serviços centralizados de alimentação e higiene.

O modelo de acampamento teve seu início antes da primeira Guerra Mundial, na Inglaterra, quando consistiam literalmente em uma acampamento de tendas. Mesmo lá

nesta época já se primava pela qualidade dos equipamentos e serviços, que não eram de boa qualidade.

A modificação mais significativa ocorreu com os campings de luxo implantados por Bily Butlin, começando por Skegness, que passou a funcionar em 1936. Em comparação com aquilo que estava disponível no hotel ou na pensão típicos, Butlin proporcionava recursos realmente luxuosos, com divertimentos no próprio local, comida de boa qualidade, espetáculos de alta categoria e saneamento moderno (URRY, 1996, p.58).

Na realidade não se pretende aqui implantar um equipamento extra-hoteleiro de luxo, mas sim um local em que o turista ou o próprio morador possa reencontrar-se com a natureza como nos sugere o termo ecoturismo.

#### f) Turismo científico

As pessoas que estiverem sempre dentro da realização de pesquisas, ou a procura de objetos das ciências estará desenvolvendo o turismo científico. Esta designação apresenta um perfil de viajante não menos importante, mas apresentam de forma sistemática um comportamento com finalidades bem mais definidas no núcleo receptor sediante.

Este tipo de turismo na realidade é bem possível de se desenvolver em Unidades de Conservação pelas próprias características da fauna e flora local, sobretudo os de interesse específico, com uma ampla variedade de opções.

O turismo de interesse específico é para público restrito, por tratar-se de programas caros e muito direcionados. Acerenza (1984, p.47) chama este tipo de turismo, de turismo seletivo ou alternativo. Kripenderff (1989, P. 72-84) também o chama de turismo alternativo ou de guetos, por oposição ao turismo de massas.

Baptista (1997:43), trata de alternativo e é sugerido como a mais apropriada forma de desenvolvimento turístico nos países em vias de desenvolvimento, em vez do turismo de massas favorecido por muitos governos, mas os turistas interessados neste tipo de turismo estão freqüentemente interessados em atrações específicas, particularmente de animais, de montanha, de locais culturais ou das pessoas, que não devem ser encaradas não apenas na óptica de motivações e atrações, mas também do relacionamento entre elas.

Para que o turismo alternativo possa desenvolver-se sumariamente, seis variantes devem correlacionar-se interagindo concomitantemente tais como motivações, destinos preferidos, características dos praticantes, tipos de alojamento, organização da viagem e controle e gestão da atividade. Este composto em tese não pode funcionar separadamente. Para que haja uma relação é necessário que todas as variantes apareçam continuamente.

#### g) Implantação de uma ciclovia

O modo de vida dos habitantes locais, ou dos receptivos turísticos, e seu comportamento são valores capazes de atrair ou de afastar os turistas, de valorizar ou de desvalorizar o próprio patrimônio social turístico que o núcleo representa. Para que a reflexão turística possa amadurecer, sobretudo no que toca as questões ligadas a qualificação da oferta, é indispensável que sejam considerados os aspectos abaixo:

- a) Todo potencial turístico, quer seja natural ou artificial deve ser preservado e conservado em suas finalidades e sua manutenção deve estar atrelada aos padrões do bom senso e da prudência, para garantir o aumento da valorização do próprio recurso.
- b) Todos os projetos de construção ou reformas só podem ser considerados e aprovados quando respeitarem verdadeiramente as características naturais ou artificiais artísticas do receptivo, além de ir a encontro com os padrões legais vigentes.
- c) As características hierárquicas devem ser classificadas segundo padrões internacionais em recursos incomparáveis, recursos criativos e recursos atrativos.
- d) Para o planejamento da estrutura turística a que considerar-se a demanda atual, futura as dimensões do fluxo turístico itinerante e do sedentário-residencial-féris-semanal, dentro das diversas estações e época do ano, faixa etária e nível-sócio econômico
- e) Necessidade de estudos à práticas do fomento ao desenvolvimento da oferta turística; à viabilidade de convênios permanentes ou temporários que congreguem profissionais num empreendimento multiprofissional (ANDRADE, 1997, p. 111).

#### B) Caracterização das possibilidades de uso de passarelas rasteiras e flutuantes

O desenvolvimento das passarelas servirá para evitar os impactos ocasionados por ação antrópica, e serão utilizadas para o desenvolvimento de trilhas que conforme Dutra & Herculani (1990) apud Schiavetti et al (1995) é formado por um conjunto de

caminhos e percursos construídos com diversas funções, desde a vigilância até o turismo. Dentre os objetivos de um sistema de trilhas está a interpretação da natureza, ferramenta indispensável para o manejo de Unidades de Conservação, pois desperta nos visitantes a idéia da importância da Área Silvestre.

Com relação à classificação se constituem segundo a administração, atividades educativas, recreativas, interpretação do ambiente natural e viagens de travessia além de terem como configuração variadas formas tal como circular, oito, linear e atalho, além do estabelecimento de graus de dificuldade como leve, semipesada e pesada.

A proposição do planejamento e em seu traçado deve seguir a seqüência paisagística de cada percurso abrangendo diversos tópicos como a descrição física dos recursos visuais e a aplicação de um sistema de qualidade visual da paisagem.

Para Mac Harg (1969), há outro método interessante para o planejador propor uma trilha, devendo, portanto expressar a análise feita em mapas de oportunidade e restrições. Nos pontos oportunos deve-se colocar os aspectos a evidenciar e no mapa de restrições são indicados os tipos de uso, acentuando o grau de fragilidade do ambiente.

As trilhas interpretativas da natureza podem ser guiadas ou autoguiadas. Para Torezan et al (1996, p. 157), as trilhas autoguiadas são atividades interpretativas em um caminho específico, ao longo do qual o usuário é autônomo em relação à interpretação de certos aspectos explicados por vários meios e a trilha guiada é realizada por um grupo de pessoas acompanhado de um guia ou interprete. Este guia vai interpretando verbalmente os aspectos mais importantes da trilha, ao mesmo tempo em que estimula a participação do grupo, o uso dos sentidos.

#### a) Trilhas temáticas ou de relato

Objetiva essencialmente a interpretação de aspectos da própria trilha e que proporcione ao visitante um ponto de referência a ser retido ao longo do percurso.

#### b) Trilhas miscelânea

Tem como finalidade interpretar vários aspectos mas sem tentar estabelecer uma relação entre eles.

#### c)Trilhas naturais

Tem como finalidade à identificação das características naturais do local através de placas e ou folhetos. Proporciona uma oportunidade para o estudo de aficcionados ou profissionais (TOREZAN, 1996, p. 161).

Para as trilhas guiadas há diversos tipos de passeio como:

#### d)Passeio natural geral

O intérprete anda por um caminho sem determinar paradas estratégicas, o que ocorrerá de acordo com as motivações das pessoas, ou pelo que o caminho oferece.

#### e)Passeio natural temático

O intérprete que determina as paradas. Esta modalidade não permite ao participante oportunizar toda a paisagem ou aquilo que efetivamente o despertou.

#### f)Passeio específico

Os passeios específicos buscam satisfazer os interesses especiais.

### 4.3 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS TÉCNICOS DE UM SISTEMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL.

Um dos principais objetivos na implementação de um sistema de gestão ambiental é o desempenho ambiental, ou seja, os resultados obtidos na gestão das atividades, produtos e serviços da empresa que pode interagir com o meio ambiente.

Traduzido quer dizer conformidade, que atendida, estará diante dos pressupostos e das exigências legais aplicáveis. Assim torna-se necessário a checagem dos:

#### 4.3.1 Critérios técnicos auxiliares para formular a proposição inicial

Dentro do trabalho desenvolvido a equipe deve recorrer de forma superficial aos critérios técnicos de decisão.

#### a) Critérios de ordem física

Correspondem as considerações do entorno físico que cada um dos sítios exige. Este entorno pode estar constituído por elementos naturais todos aqueles em que não é possível negociar e os culturais como sendo todos aqueles que se transformam de acordo com as necessidades e interesses políticos, económicos sociais e ou estéticos.

#### b) Naturais

São as manifestações, lugares e ou elementos naturais sobre os quais a equipe leva a cabo uma revisão para determinar o grau de interesse turístico que podem despertar, tratando de conceber e integrá-los em pacotes de maneira que se complementem e possam ser explorados.

#### c) Clima

É através de alguns indicadores tais como os dias de sol, a temperatura média, períodos de alta temporada, que se obterá uma noção do comportamento aproximado que tem o clima e o lugar.

#### d) Condições ecosanitárias

A observação sobre os sítios e o tipo de enfermidades da população nativa, pode informar sobre os elementos de insalubridade que o ecossistema natural produz.

#### e) Paisagem natural

As potencialidades estéticas do ambiente natural devem também se considerar em função do impacto psíquico que causam ao visitante.

#### g) Condições da fauna e flora

A riqueza ou pobreza com que conta cada sítio ou área em especial, a variedade e o tipo de espécies chega a determinar por um lado as necessidades de alterar o

ecossistema e por outro a reforça-lo para incremento de atividades turísticas suscetíveis de desenvolver.

Por outro lado, a vegetação natural tem implicações diretas sobre a paisagem original que em grande parte, podem aproveitar-se das potencialidades gerais do sítio.

#### h) Hidrologia

Nesta fase uma primeira observação sobre as potencialidades relativas ao uso dos rios externos e das lagunas dos sítios assim como sobre os problemas que podem ocasionar seu comportamento, condição e formas devem ser realizados.

#### i) Morfologia

Convém se fazer uma revisão inicial sobre as formas geológicas que o sítio apresenta e uma análise dos acidentes e particularidades da superfície. Estudos posteriores se justificam onde já se tenha elegido as áreas.

#### j) Potencialidades do espaço

Sobre a base de uma averiguação primária com uso de coeficientes, a equipe pode realizar aproximações e comparações entre as potencialidades físicas de cada sítio, para o desenvolvimento de atividades turísticas – capacidade e qualidade.

#### l) Atrativos culturais

Destacam-se aquelas manifestações, elementos ou espaços criados e transformados pelo ser humano que possam funcionar como atrativos para os visitantes.

#### m) Paisagem cultural

São as considerações pertinentes sobre o meio ambiente físico criado pelo Homem e o possível impacto psíquico no visitante.

#### n) Habitat humano

Restringem-se as características e a diversidade dos elementos com função utilitária, que se encontram no ambiente criado pelo Homem. Neste sentido entram todas as facilidades e serviços com que conta cada sítio – infra-estrutura, equipamentos e serviços auxiliares.

#### o) Resumo da apreciação do entorno

Uma vez concluído os serviços à equipe deve realizar uma apreciação geral do conteúdo físico de cada sítio, mencionando a qualificação e a potencialidade para o desenvolvimento das atividades turísticas.

#### q) Critérios de ordem econômica e financeira

A disponibilidade financeira é um fator que se deve observar em todo o projeto. Nesta etapa se busca evidenciar e selecionar os sítios de desenvolvimento tomando em conta onde estão o capital que se poderá recorrer.

Deve-se prever através de fluxo de caixa os montantes necessários para contribuição do projeto.

#### r) Critérios legais

Dependendo da região deve-se dar importância significativa as questões da propriedade.

Via de regra, são possíveis de solução. Em outras não, o que leva o desaparecimento do projeto.

Determinados locais sofrem critérios legais, que podem alterar o desenho técnico do projeto, ou seja, as idéias iniciais.



#### s) Critérios de mercado

Em conjunto com os outros critérios a equipe considera as peculiaridades dos principais mercados com que conta à área onde está selecionado o sítio. Com base nas informações se desencadeia a linha de ação.

#### t) Outros critérios

A determinação de sítios e a identificação da idéia para projetos de intervenção podem eventualmente sofrer influência de decisões políticas e administrativas.

No entanto, é mais freqüente que estes critérios intervenham na prioridade em nível de zona que de sítio, já que a seleção deste último está sujeito a maiores requisitos técnicos.

### 4.4 IDENTIFICAÇÃO DO PLANO DE MANEJO NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

O Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979, aprova o regulamento dos Parques Nacionais brasileiros, a fim de se respeitar a integridade dos ecossistemas naturais abrangidos. E é no seu artigo 6º que o Decreto reconhece e entende por “Plano de manejo o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades (SOUZA E CORRÊA, 1998, 200)”.

Assim, além da legislação que vai determinar a proteção ambiental de um determinado ecossistema, surge como ferramenta auxiliar o zoneamento de uso que divide o local em áreas conforme seus valores de suscetibilidade e conservação. As áreas têm designações diversas e procuram além de proteger, desenvolver um procedimento equilibrado do uso, permitindo ai à utilização do turismo. Sua principal característica é a possibilidade de se separar as atividades conflitantes e ou inclusive interrompe-las, caso seja necessário. Neste sentido seu monitoramento deve ser efetuado afim de que se possa observar os aspectos positivos e negativos sobre o ambiente biofísico e sobre a experiência do visitante.

Além das características discutidas, deve-se observar às restrições dos recursos de natureza biofísica, tais como tipo de solo, altitude, precipitação, paisagem, características do ecossistema, ale evidentemente do que é desejável em termos de densidade de visitantes, número de encontros, quantidade e qualidade da evidência humana, infra-estrutura, distância, tipo de viagem, equipamento utilizado, grau de regulamentação e entendimento do visitante. A soma destes requisitos corresponde ao nível necessário de proteção do ecossistema zoneado. Desta forma em cada zona, as características contextuais devem ser distintivas e possuir integridade e identidade própria de modo que venha corresponder aos anseios preservacionistas e as motivações dos visitantes. Seu estabelecimento deve-se essencialmente aos objetivos propostos na administração dos visitantes e suas estratégias correspondem a uma avaliação periódica das motivações em relação as oportunidades e experiências vivenciadas.

O zoneamento também pode ser aplicado para controlar usos diversos em partes diferentes de uma região. É uma técnica multidimensional, conduzida por dados ecológicos, para equilibrar as demandas de proteção e uso e determinar os níveis mais adequados de uso em áreas específicas no interior do parque. O zoneamento deve assegurar que “atividades de uma zona não entrem em conflito com as funções planejadas para outra zona” (Buckley e Pannel, 1990: 29). Onde o turismo é relevante, o zoneamento deve incluir áreas que não sejam abertas à visitação, minimizando o impacto da infra-estrutura sobre a vida selvagem. Por exemplo, “o turismo e a recreação às margens de uma represa podem afetar de modo negativo a qualidade da água na zona a jusante; assim, se esta última área foi zoneada visando à conservação, ela poderá sofrer uma deterioração da qualidade da água ainda que não haja atividades recreativas na própria área de conservação (Buckley e Pannel, 1990: 29) (WEARING e NEIL, 2001, p. 87).

Desta forma, cabe salientar a importância da aplicação do zoneamento, instrumento utilizado para dividir o local em áreas, de acordo com a valorização imposta nas pesquisas prévias, designadas para diversos tipos de utilização, como maneira gerencial de manejo territorial. Bound & Bovy (1977:164) apud Ruschmann (1997), recomendam que se deve apresentar de forma clara uma distinção entre os diversos

recursos, determinando o que precisa ser protegido e aqueles que permitem vários graus de intensidade e aproveitamento.

Roa (1986, p.191), coloca que na América Latina e em outras partes do mundo, existe um sistema de zoneamento de terras que observa a subdivisão das áreas naturais em sete zonas de manejo que embora tenham prerrogativas totalmente precisas, tem sido fortemente difundidas e utilizadas, como vemos:

a)Zonas intangíveis

São áreas que sofreram pouca transformação do homem, contém ecossistemas frágeis e ímpares merecendo uma proteção completa, para o desenvolvimento da ciência ou para o controle ambiental. Estão terminantemente proibidas desenvolvimento de caminhos e uso de motores.

b)Zonas primitivas

São áreas que suportam uma ação moderada do homem, apresentando ecossistemas frágeis de alto valor científico e que também não permitem o uso de veículos motorizados.

c)Zonas de uso extensivo

São áreas que já apresentam uma transformação promovida pelo Homem, e trata-se efetivamente de locais de transição entre as áreas que permitem uma maior densidade ou concentração de pessoas e aquelas que não permitem o acesso de veículos.

d)Zonas de uso intensivo

São as áreas naturais que sofreram uma intensiva ação do Homem, e presta-se atividades recreacionais, ao uso de veículos motorizados e a instalação de equipamentos.

e) Zonas histórico-culturais

São as áreas onde há expressiva manifestação arqueológica e outras manifestações culturais, que merecem serem recuperadas e ou preservadas.

f) Zonas de recuperação ambiental

São as áreas onde a vegetação foi intensamente agredida e a flora necessita ser recomposta para voltar a condição original.

g) Zonas de uso especial

São aquelas áreas de extensão limitada dentro das áreas naturais canalizadas para implantação administrativa, obras públicas ou outras atividades.

Salienta-se também, que para cada tipo de zona proposta é necessário uma equipe inter e multidisciplinar para se maximizar os resultados pretendidos. Desta forma nossa proposição apresenta o seguinte plano de manejo:

h) Área de Preservação Permanente

Só serão permitidas atividades de visitação contemplativa, pesquisa científica, ficando expressamente proibidas as atividades antrópicas que importem em alterações da fauna e da flora, seu valor paisagístico e cênico, ou dos atributos que lhe conferem especificidade. As visitas as APP serão obrigatoriamente acompanhadas de guias credenciados, e pela administração do parque.

i) Área Urbana

Compreende as povoações que já apresentam um processo de ocupação desordenada, carentes de infra-estrutura básica e que sofrem influência direta dos impactos decorrentes do crescimento desordenado. A Área de Urbanização deverá ser e continuar de baixa densidade com tratamento específico de esgoto, bem como dos bairros adjacentes.

#### j) Área de Recuperação

Compreende as áreas que contenham remanescentes da fauna e flora local, que sofreram ação antrópica e por isso necessitam de recuperação, submetidas a estudos específicos para definição de sua utilização. Quaisquer ações que não sejam a de recuperar estão proibidas.

#### l) Área de Uso Restrito

Compreende aquelas em que a composição necessita de certos cuidados, ficando expressamente proibidas as atividades que importem no risco de alteração, requerendo sistemática fiscalização.

#### m) Área de Interesse Turístico

Compreende aquelas áreas que já abrigam a atividade turística tradicional ou que motive eficazmente a visitação, previstas para programas integrados de desenvolvimento turístico e aquelas cuja localização determine sua vocação turística de baixa densidade.

A redistribuição de uso trará ao turismo e seu uso técnicas administrativas a fim de reduzir a concentração de uso, transferindo alguns visitantes e ou atividades, sempre que estes estiverem impactando a zona, buscando oferecer aos clientes a melhor imagem da vida selvagem local.

### 4.5. PROPOSIÇÃO DE UM ROTEIRO DE GESTÃO PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

A necessidade de se desenvolver técnicas sustentáveis de gestão, uma vez que atualmente um dos principais problemas é o despreparo dos próprios gestores em relação às técnicas administrativas dessas áreas protegidas, torna-se um desafio estratégico para os governos. Neste sentido, o que há de mais inovador e já vem sendo testado, é o documento Diretrizes para Diagnóstico e Planejamento do Ecoturismo, desenvolvido por Boo (1995), depois de reiterados pedidos ao World Wildlife Fund – WWF., aplicado na Reserva Blue Mountain/John Crow Mountaim, na Jamaica, dividido em três fases distintas, conforme é apresentado no Quadro 17.

**QUADRO 17  
ESTRATÉGIAS PARA ELABORAÇÃO DO PROCESSO INICIAL AO  
PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO**

FASE	DESCRIÇÃO
1ª Fase-Avaliar a situação atual.	Exame minucioso do parque, sua relação e interfaces com os atores envolvidos.
2ª Fase-Determinar o nível de turismo desejado e criar um plano.	Realização de workshops com os atores envolvidos, para estabelecimento de uma condição ótima de planejamento e gestão.
3ª Fase-Escrever um documento sobre a estratégia ecoturística.	Redação de documento para publicação e conhecimento dos atores envolvidos.

Fonte: Lindenberg e Hawkins, 1995, p.38

Torna-se oportuno salientar que o processo descrito serve como rumo e que deve ser utilizado como mola norteadora, ou seja, como ponto de partida para o planejamento e gestão.

É muito importante também ressaltar portanto que como sugestão para o planejamento e gestão do ecoturismo deve-se ter como parâmetros o nível do povoado, a integração local e sua capacidade legal, a utilização de recursos existentes em escala apropriada, atrelado a isso os interesses de conservação.

Este documento pode servir de auxílio ao desenvolvimento de estratégias gerenciais e de marco orientador para as tomadas de decisões. Contudo, o escopo deste material ainda é limitado, cabendo aos seus usuários o discernimento necessário para aplicação das sugestões ali estampadas.

## A) Planejamento turístico para ambientes naturais protegidos

A partir do momento em que o homem passou a viver em grupo, e a organizar-se ele passa a ter a necessidade de planejar as coisas. Desta necessidade, surgiu então o desenvolvimento e o constante aprimoramento das técnicas de se administrar um processo, para prever ações e efeitos.

Para Petrocchi (1998), planejamento é a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização. Com base nesta definição, pode-se dizer que tudo que fizemos necessita de uma prévia organização. Do levantar ao dormir, é necessário planejar.

La planificación es el resultado de un proceso lógico de pensamiento mediante el cual el ser humano analiza la realidad circundante y establece los medios que le permitirán transformarla de acuerdo con sus intereses y aspiraciones. Resulta así, que la forma adecuada de planificar consiste en analizar objetivamente una realidad y condicionar las acciones al problema (MOLINA e ABITIA 1987, p. 45)

De salientar, que todas essas ações, suscitam a atenção de um planejamento sustentável, e que não combina com partido. Para que o turismo sustentável cria eminente da Declaração do Ambiente, orquestrada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente possam estar em sintonia e consonância, a lógica é de que o turismo sustentável deva ser economicamente produtivo, socialmente responsável e ambientalmente consciente. A partir daí, as fases diagnóstico, situação atual, prognóstico, previsão, diretrizes básicas e programas especiais, poderão aplicar o desenvolvimento em nível local, regional e nacional, considerando o produto, o trade, a comunidade e o governo, aplicando estratégias para os produtos natural e artificial, levando em conta, à derradeira, a atividade, a concorrência, o mercado, o consumidor, a capacidade de carga, o próprio desenvolvimento sustentável e o ciclo de vida do produto, através das características sazonais, elásticas e sensíveis do destino.

Assim sendo como desenvolver ativamente o núcleo autóctone espontaneamente onde a comunidade deve ser consultada e inserida no contexto, conscientizada e participante ativa, capacitada e favorecida econômica e culturalmente protegida, banindo definitivamente a postura empresarial imediatista?

Esta cadeia produtiva do turismo deve sim, incentivar a vontade política, a disponibilidade de verbas, os investimentos de infra-estrutura e divulgação, os incentivos a iniciativa privada, a capacitação dos recursos humanos e o controle ambiental, para poder equilibrar-se com os fatores limitantes das áreas restritas, com acentuada concorrência, superdimensionamento e sazonalidade da oferta, altos investimentos na infra-estrutura, objetivando essencialmente organizar e planejar o desenvolvimento onde o ciclo crescimento econômico, satisfação do cliente, cultura autêntica e bem estar, possam indubitavelmente conseguir máxima circulação de dinheiro, máxima geração de empregos, minimizando os impactos sociais e ambientais do núcleo receptor sediante.

No entanto, é necessário que a consciência ecológica que norteia, sobretudo aqueles que sobrevivem do turismo, estejam latentes em cada um, e que o senso de organização, principalmente com os parâmetros que determinam a capacidade de carga para cada sítio de uso público, sejam observadas. Contudo, os equipamentos que antecedem a entrada dos turistas e no interior do parque devem estar em sintonia tal como ANDERSEN coloca

Os seguintes critérios gerais são sugeridos como linha mestra para a elaboração de modelos mais detalhados, voltados para os aspectos locais e específicos e para as características ecológicas de um dado local. Com algumas exceções, os critérios e princípios que eles encerram talvez possam ser aplicados a outros tipos de desenvolvimento. Tais critérios constituem um guia geral e não devem ser considerados como uma lista completa ou como substitutos aos serviços de um profissional da área (ANDERSEN, 1995, p. 211).

Portanto, para o autor os critérios gerais para a elaboração de modelos detalhados, para uma área de preservação permanente, devem ser no mínimo, tal como a seguir são apresentadas, para evitar uma taxidermia cultural e o choque de uma mudança súbita na cultura local.



a) Questões relacionadas ao planejamento local

Observar detalhadamente todos os aspectos infra-estruturais no que tange os aspectos lúdicos e hedonístico do local, dando ênfase aos padrões de deslocamento animal, além de ter sempre um guia especializado ou um ambientalista para auxiliar na disposição dos equipamentos, remetendo-os para o natural, como se brotassem da terra, a fim de minimizar significativamente os impactos relacionados com as ações antrópicas para evitar ações negativas nos ritmos circadianos dos animais.

b) Questões relacionadas ao projeto de edificações

Utilizar impreterivelmente técnicas, materiais e conceitos locais, com base em critérios de longo prazo, considerando, sobretudo a utilização de dessel, uma armação ornamental, para cobrir trilhas, quer sejam suspensas, quer sejam rasteiras com atenção as filosofias ambientais, além de garantir, quando possível, acessos à deficientes físicos. É lógico que o uso científico das irregularidades geográficas impede o acesso de tais pessoas. Mas, se tratando de áreas com usos educativos e lúdicos, o acesso deverá ser igualitário, examinando minuciosamente a previsão de ampliação, suas possibilidades, evitando com isto, inicialmente impactos outrora não previstos, desperdícios e demolições.

c) Recursos energéticos e serviços de infra-estrutura

Os elementos constitutivos da paisagem devem estar em sintonia. Entra ai uma questão importante no que toca o uso de fontes energéticas alternativas, oriundas da própria natureza, evitando sensivelmente os distúrbios no local, utilizando projetos de técnicas de ventilação natural.

d) Questões ligadas ao tratamento de resíduos

Deve-se cumprir as normas através de um código de postura evitando, por exemplo, o acúmulo de lixo para impedir a invasão de animais e insetos indesejáveis, implantando sistemas de limpeza de solados para evitar a transferência de sementes e

lixo por ação antrópica e, sobretudo implantar um sistema de remoção de lixo, que não afete o sistema local.

e) Uma avaliação das instalações ecoturísticas: o relatório verde

Sempre que se desenvolve planejamento turístico, questões como a cidade quer o turismo? O que eu quero mostrar? E para quem? têm sido desconsiderados, negligentemente, e as reações desencadeadas por estes descuidos são de todas as ordens. Com isso, propor um código de posturas e um plano de gerenciamento, fazem parte desta importante etapa do planejamento. Este relatório, portanto avaliaria as condições macro e microscópicas internas e externas, afim de elaborar um diagnóstico constante do processo, seguindo a ideologia do zero defeito para minimizar os impactos antrópicos sobre o meio.

Estes critérios são de suma importância, até por que vale lembrar que

(...)há muitos pontos de intersecção entre o ecoturismo e os objetivos conservacionistas. Segundo o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (*World Wildlife Fund - WWF*) esses pontos são: a administração de áreas protegidas, o desenvolvimento sustentável de áreas-tampão, a educação ambiental dos consumidores e as decisões políticas.

Um dos pontos de intersecção que requer providências urgentes refere-se à administração de áreas protegidas. A situação atual é preocupante. As áreas protegidas do mundo todo têm recebido um fluxo cada vez maior de visitantes. Esse fluxo tem aumentado drasticamente - duplicando ou triplicando em um ano - e muitas dessas áreas não estão preparadas para o turismo. Elas estão a cargo de pessoas sem treinamento em gestão de turismo (BOO, 1995, p.34).

A questão do planejamento para o desenvolvimento é tão séria, a propósito do despreparo e do amadorismo por parte de governos ou de instituições, que vale lembrar aqui, algumas ações nefastas desencadeadas por um planejamento capenga, em diversos outros ecossistemas que vão nos dimensionar os efeitos que podem vir a ser desencadeados em ambientes bem mais frágeis.

(...) as cidades e outros lugares classificados como patrimônio mundial enfrentam problemas genéricos e específicos que preocupam a comunidade científica internacional, como é o caso de Macho Pichu, no Peru. Em dez anos de exploração de turismo de

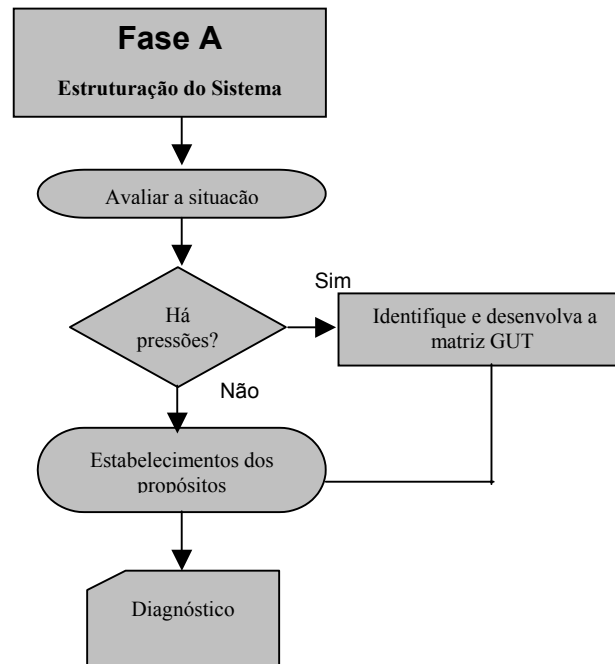
aventura e do ecoturismo, os estragos causados são mais profundos e importantes do que os quatro séculos precedentes, sobretudo no tocante a utilização dos parques de campismo e os fogos de campo instalados nas ruínas que fazem estalar as pedras e enfraquecem a estrutura (BATISTA, 1997, p. 383).

Outro caso é o de Stonehenge, o atrativo arqueológico britânico mais visitado, que vem sofrendo com a destruição da relva, pelo vai-e-vem das pessoas, além da aparição de indivíduos pertencentes aos grupos dos briófitos e de plantas da classe das criptogâmicas, gerando a multiplicação de organismos mais simples e microscópicos, em função da instalação de luzes artificiais, afetando o ambiente da caverna, findando por gerar um desequilíbrio ambiental e paisagístico sem precedentes na história.

Desta forma, baseado nas questões levantadas até o presente momento, apresenta-se o modelo do Sistema de Gestão Ambiental, baseado nos pressupostos da gestão estratégica competitiva, entendido como o processo sistemático, planejado, gerenciado, executado, acompanhado e avaliado pelo staff administrativo numa visão *top-down e bottom-up*, a fim de promover um direcionamento e um alinhamento ambiental, através da alocação de recursos necessários ao atingimento dos objetivos propostos, consolidados nas ecoestratégias.

O modelo proposto é dividido em três etapas distintas, como segue, estruturação do sistema, nomeado de fase A, Figura 8, dividido em análise da situação atual, que procura nesta etapa, realizar um exame minucioso do próprio parque, correspondendo as considerações do entorno físico que cada um dos sítios exige, numa análise das manifestações, lugares e ou elementos naturais sobre os quais a equipe leva a cabo uma revisão para determinar o grau de interesse, desenvolvendo um inquérito pré-estabelecido de perguntas, que podem ser obtidas por entrevistas, apresentando uma série de questões que facilitarão o desenvolvimento de um exercício que orientará o estabelecimento do real status da unidade de conservação.

**FIGURA 8**  
**FASE A – ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA**



Fonte: Zacchi, 2002

Tendo um relatório apropriado, indicando os principais tensores da unidade de conservação, parte-se para aplicação adaptada do processo proposto por Kenpner e Tregoe (1981), examinando cada um dos eventos, avaliando-se para cada um a gravidade, onde se objetiva evidenciar qual o resultado sobre o meio ambiente, se aquele evento de fato vier a materializar-se; da urgência, que vai determinar qual o prazo para se valer do evento ou esquivar-se dele; e finalmente da tendência, de como o sistema irá se manifestar se o evento for permanente, ou tenda a se agravar ao longo do tempo.

Os resultados apresentados promoverão por excelência a possibilidade dos administradores da unidade de conservação realizar avaliação combinada dos três elementos, que poderão ser priorizados e categorizados, de tal maneira que possibilite a quantificação dos riscos numa minuciosa análise crítica.

Tendo enfim um panorama geral da situação atual e das tendências futuras, etapa seguinte é o estabelecimento dos propósitos da Unidade de Conservação, que

invariavelmente sequer apresentam em suas leis que o criaram, os objetivos primários e secundários. Determinar a visão, descrevendo sua auto-imagem, possibilitando a ela mesma se ver, ou ainda melhor, como gostaria de se ver no futuro, são ações fundamentais para o esquadramento do planejamento estratégico ambiental.

Decidida e visualizada a auto-imagem, próxima tarefa, é definir sistematicamente para que serve aquela unidade de conservação, momento em que se vai estabelecer a missão da própria unidade de conservação, a fim de deixar claro para todos os atores, para que ela existe. Assim, dada esta oportunidade, posteriormente se estabelece seu foco de atuação, com vistas a torná-la sistematicamente, na busca da excelência operacional, imprimindo-lhe para isto, uma carta, declarando basicamente quais as crenças, aqui estabelecidas sobre a ética ecocêntrica, considerada permissível a atual paisagem, atribuindo quais os atributos necessários para o estabelecimento desses polares, caracterizados como valores da Instituição observados como sendo a unidade de conservação.

Como última etapa da fase A, é hora do Corpo de Gestores, desenhar o diagnóstico ambiental, que dentro da abordagem estratégica, exige que seja estabelecido os pontos fortes, considerados as variáveis internas e controláveis que propiciam uma condição favorável; os pontos fracos, vistos aqui como sendo as variáveis externas e controláveis que provocam uma situação desfavorável; as oportunidades apresentando as variáveis externas e não controláveis que podem criar condições favoráveis e finalmente as ameaças, consideradas as variáveis externas e não controláveis que podem criar condições desfavoráveis.

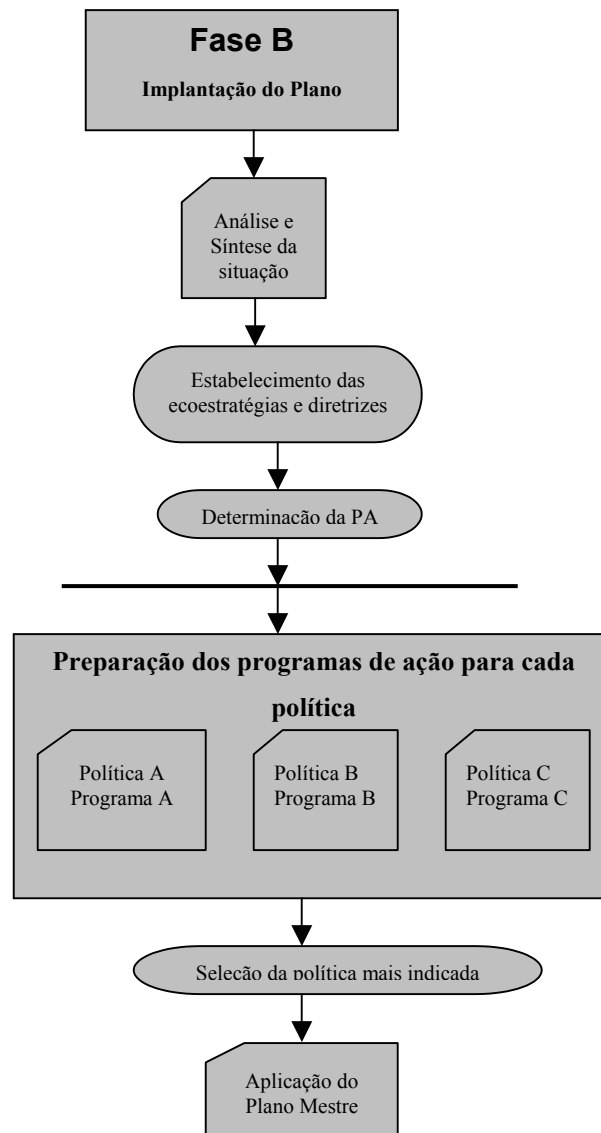
Buscando compreender e caracterizar de forma global a situação do objeto de intervenção com objetividade e identificar a natureza de suas limitações, torna-se necessário elaborar hipóteses para investigação, buscando informações e tratando-as com base em toda produção descrita anteriormente.

Investigado e respondidas todas as questões envolvidas encerra-se o documento com as recomendações finais, que darão subsídios para o estabelecimento da fase B do Sistema de Gestão Ambiental Estratégico.

A primeira etapa da fase B, chamada de implantação do plano, é desenvolver uma análise e síntese daquilo que foi planejado. Este momento objetiva essencialmente

realizar o acompanhamento do processo, averiguando quais os resultados produzidos, deliberando, se for o caso, ações corretivas conhecidas como retroalimentação que procura comparar os resultados alcançados com os padrões estabelecidos na fase A . A Figura 9 expressa de maneira esquemática o processo.

**FIGURA 9**  
**FASE B – IMPLANTAÇÃO DO PLANO**



Fonte: Zacchi, 2002

Esta reflexão exigida garante uma adaptação adequada da Unidade de Conservação ao processo de adequação, através do estabelecimento das

ecoestratégias, como forma de promover a conservação da unidade, aliando a isso, o uso inteligente dos recursos promovendo benefícios comunitários.

Esta interdependência, fundamental para que a gradação empreendimentos ecologicamente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis, seja bem sucedida, é necessário uma forma que represente um meio prático em que haja a participação da comunidade local; o engajamento efetivo com os pressupostos da fase A; a participação ao longo do projeto; a união entre lucro e preservação, e sobretudo o envolvimento de líderes da comunidade.

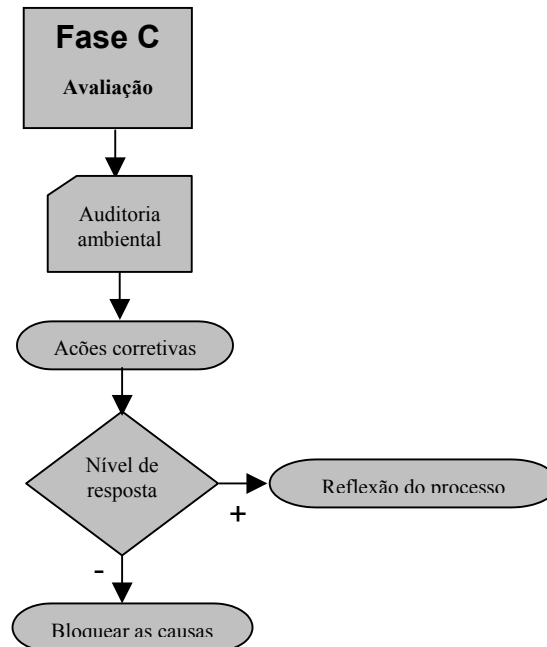
Com a delimitação de o que fazer e como fazer, passo seguinte é a delimitação da política ambiental, que deve objetivar basicamente o estabelecimento de um plano diretor ambiental da unidade de conservação agrupado com vários outros programas e projetos, que em linhas gerais, canalize agentes econômicos fortes para o financiamento de programas e projetos, aplicando tecnologias limpas, maximizando os resultados e minimizando os impactos.

Tais programas caracterizados por ações pró-ativas, numa valorização da paisagem primitiva, aliam o resgate da autenticidade na sua mais intensa metamorfose, com a possibilidade de se devolver definitivamente à verdadeira relação homem-natureza, colocando em prática os princípios do desenvolvimento sustentável, o que escolhida a melhor política, deve ser imediatamente implantada através do plano mestre.

A fase C, ou seja, a fase de avaliação, caracteriza-se pela coleta sistemática de dados, chamada de auditoria ambiental, que podem ser utilizados para apontar os impactos que o sistema sofre, orientada para avaliar o desempenho ambiental total da unidade de conservação, estabelecendo as finalidades e os parâmetros identificados no sistema.

A Figura 10 apresenta a fase de avaliação do Sistema de Gestão Ambiental Estratégico para Unidades de Conservação.

**FIGURA 10**  
**FASE C – AVALIAÇÃO DO SISTEMA**



Fonte: Zacchi, 2002

Os objetivos são determinados afim de que a coleta de dados possa conduzir a tomada de decisão da maneira mais eficiente possível. Neste sentido, a formação da equipe deve estar centrada no desenvolvimento das competências essenciais, incluindo a revisão do âmbito, estabelecendo o programa e responsabilidades, revendo o processo de coleta de dados, os relatórios necessários, as auditorias anteriores entre outros elementos que vão dar suporte mais direto para o atingimento do desenvolvimento sustentável.

Concluída o programa de auditoria, inicia-se a implementação das ações corretivas, assegurando-se que os atores envolvidos apliquem de fato as recomendações sugeridas. Portanto, torna-se importante a aplicação de reuniões rápidas com os envolvidos a fim de melhorar as áreas identificadas no relatório. Isto posto aplica-se, para identificar o nível de resposta, o modelo PDCA, ou PEVA, com objetivo de se alcançar a melhoria contínua e definitivamente o desempenho sustentado da unidade de conservação.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento de todas as ações previstas para a consecução deste trabalho, percebeu-se a necessidade de se tecer algumas considerações e recomendações para a melhoria indubitável da gestão sustentável do turismo em parques ecológicos.

Assim esta dissertação apresentou um método de levantamento bibliográfico, através de uma revisão literária, prosseguindo o estudo até a formulação de uma proposta sustentável estratégica, referendado numa forte base conceitual.

Desta forma após consolidar-se em uma eficiente base conceitual e de ter definido o problema de pesquisa, que à luz da razão e de técnicas administrativas, onde o conceito de globalização é uma realidade circunstante, estabeleceu-se quais os meios, as normas e os procedimentos que possibilitam a obtenção da gestão turística sustentável de parques ecológicos? , iniciou-se a pesquisa para responder a esta pergunta.

Portanto esta pesquisa teve como objetivo geral desenvolver uma proposta de um modelo para gestão ambiental de parques ecológicos, que possa servir de referencial técnico a um problema sério que é a gestão de áreas protegidas. Para tanto levantou-se de maneira pormenorizada as informações necessárias para levantamento de dados e posterior definição de uma proposta que se adequasse a realidade brasileira e turística no uso inteligente dos mananciais naturais. Deste objetivo geral desdobraram-se os específicos, nomeadamente investigar e caracterizar a legislação ambiental pertinente; identificar e caracterizar as possibilidades de utilização turística em parques ecológicos; identificar e caracterizar os aspectos técnicos de um sistema de gestão sustentável; identificar plano e manejo na gestão de parques ecológicos e propor um roteiro de gestão para parques ecológicos de forma sustentável.

Subjacente às questões levantadas há a necessidade constante do monitoramento para a correção das ações propostas. O objetivo é sempre estar na onda certa e criar oportunidades que maximizem o valor do longo prazo. Assim é importante que os provedores de capital, possam estar sensibilizados com a idéia e as necessidades local.

Este processo decisório afeta as opções de investimentos e a expansão desvairada da atividade turística na acepção apocalíptica, que à luz do conhecimento, gera aprimoramentos que devem concentrar-se na transformação dentro dos princípios sustentáveis em localidades mais atraentes tanto para os turistas, quanto para empresas, mas, sobretudo para sua gente, que desta forma poderá com mais qualidade dar indicativos aos turistas de que eles são bem vindos.

Na realidade são inúmeras as possibilidades de reformas, e inúmeros são os campos necessários para estas reformas. Cabe as entidades governamentais, sociedade civil e Ongs a formulação de abordagens estratégicas para o desenvolvimento de uma relação gestacional que facilite o movimento as relações entre os atores envolvidos.

No que diz respeito aos objetivos geral e específicos pretendidos neste trabalho pode-se concluir que foram plenamente alcançados, com a Investigação e caracterização da legislação ambiental pertinente; da Identificação e caracterização das possibilidades de utilização turística em parques ecológicos; da identificação e caracterização dos aspectos técnicos de um sistema de gestão sustentável; da identificação de um plano de manejo na gestão de parques ecológicos e da proposição de um roteiro de gestão para parques ecológicos de forma sustentável, resgatando e levantado à oferta turística de base local, como apelo altamente difusor de desenvolvimento.

## 5.1 RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista as características apontadas pelo levantamento realizado, e o caráter abrangente da questão turística e ambiental, torna-se necessário o estabelecimento de um programa governamental para o estabelecimento de sistemas de gestão turística sustentável em áreas protegidas, cujas bases desencadeiem circuitos duradouros, gerando renda, como forma perene de distribuição. Esta notoriedade cultural torna-se forte propulsor, haja vista grande número de insumos ligados à área.

Como fator de desenvolvimento econômico, sugere-se a aplicação de projetos de parceria entre Poder Público e Iniciativa Privada, como forma de geração de

aglomerados turísticos ou *clusters*, aumentando os efeitos multiplicadores da atividade. Sob essa abordagem mais abrangente e mais dinâmica da competição, urge enfatizar a grande oportunidade que se avizinha, influenciando a competição pelo aumento da produtividade das empresas ou setores componentes, pelo fortalecimento da capacidade de inovação, com conseqüente aumento da produtividade e pelo estímulo à formação de novas organizações, reforçando a inovação cuja ampliação do aglomerado, torna-se uma conseqüência.

Por isso, sugere-se que seja investido recursos para conscientização e formação de grupos de investidores prevendo a participação popular no estabelecimento de planos, programas e projetos que além de garantir a concepção de empreendimentos turísticos sustentáveis, gera a possibilidade do desenvolvimento lazer para as presentes e futuras gerações, através da fruição do tempo livre.

## REFERÊNCIAS

- ANSOFF, H.Igor. **Do planejamento estratégico à administração estratégica**. São Paulo : Atlas, 1987.
- ACERENZA, Miguel. **A promoción turística: um enfoque metodológico**. Cidade do México : Trillas, 1982.
- ANTUNES. Paulo de B. **Curso de direito ambiental**. Rio de Janeiro : Renova, 1990.
- ANDERSEN, L. David. **Uma janela para o mundo natural: o projeto de instalações ecoturísticas. Ecoturismo: um guia de planejamento e gestão**. Kreg Lindenberg e Donald E. Hawkins. São Paulo : Senac, 1995, pp. 199-224.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo : Ática, 1997.
- BARTLEY, S. Howards. **Principios de la percepción**. México : Trillas, 1978.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo : Senac, 1998.
- BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização do turismo**. São Paulo : Papirus, 1991.
- BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizil. **Planenjametp turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo : Futura, 1999.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo : USC, 2002.
- BAPTISTA, Mário. **Turismo: competitividade sustentável**. Lisboa : Verbo, 1997.
- BONALD, Olímpio. **Planejamento e organização do turismo**. Recife : Fasa, 1989.
- BUTLER, R. W. **The concept of a tourist area cycle of evolution**. Canadian Geographer, 1980.
- BOO, E. O planejamento Ecoturístico para áreas protegidas. **Ecoturimo: um guia de planejamento e gestão**. Kreg Lindenberg e Donald E Hawkins. São Paulo : Senac, 1995, pp. 31-58.
- BIRCH, C. **A titanic on a collision course**. 21 C, Autumn, p. 82, 1991.
- BRANNDÃO, Carlos R. Outros olhares, outros afetos, outras idéias: homem, saber e natureza. In: **Somos as águas puras**. Campinas : Papirus, 1994.

BRUHNS, Heloisa T. O corpo visitando a natureza. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. pp. 125-140, 1997.

BRASIL.MICT/MMA.**Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**.Brasil, MICT/MMA, 1995.

CERQUEIRA, J. P. de. **Iso 9000, no ambiente da qualidade total**. 3.ed. Rio de Janeiro: Imagem, 1994.

COHEN, E. **Towards a sociology of international tourism**. Social Research, 1972.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo : Cultrix, 1996.

CARSON, R. **Silent spring**. London : Penguin, 1962.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. Tourism, ecotourism and protected areas: national parks and protected areas. In: **Seminar proceedings of the international Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) Ivth World Congress on National Parks and Protected Areas**. Caracas,10,12 February, pp.84-89.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo : Perspectiva, 1979.

DIEGUES. A C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo : Nupaub/USP, 1994.

DIAS REIS, L. F. S., OLIVEIRA, J. F. de. **Como estabelecer as bases da qualidade total e encantar os clientes com os serviços prestados**. São Paulo: Érica, 1997.

DRÜGG, K. I., ORTIZ, D. D. **O desafio da educação: a qualidade total**. São Paulo: Makron Books, 1994.

DUTRA, H. & Herculani, S.Treinamento para monitores do subprograma de interpretação da natureza do Parque Estadual da Camntareira. **Congresso Florestal Brasileiro, 6**. Campos do Jordão, Anais (3): 1933-6, 1990.

FUSTER, Luiz Fernandes. **Teoria y técnica del turismo**. Madrid : Nacional, 1974.

FELLEMBERG, G. **Introdução aos problemas da poluição ambiental**. São Paulo : USP, 1980.

FLORES, Jorge O de M.Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. **RAP**, v29, n2, 5-26, 1995.

FARIA, Dóris Santos de e CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília : UnB, 2001.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro : Record, 1997.

GUNN, Clarence. **Turism planning**. Tailor and Francis, 1994.

**GESTÃO AMBIENTAL**. Fascículos 1,2,3,4,5,6. Gazeta Mercantil, 1996.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1997.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo : Pioneira, 1999.

KEPNER, C.H. e TREGOE, Benjamin B. **O administrador racional: uma abordagem sistemática à solução de problemas e tomada de decisões**. São Paulo : Atlas, 1981.

KINLAW, Dennis C.. **Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentado na era ambiental**. São Paulo : Makron Books, 1997.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 1989.

KUAZAQUI, Edmir. **Marketing turístico e de hospitalidade: fonte de empregabilidade e desenvolvimento para o Brasil**. São Paulo : Makron Books, 2000.

KELINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo : Atlas, 1979.

LAKATOS, Eva Maria, Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo : Atlas, 2000.

LEIPER, Neal. **The tourism system**. Massey University Press, 1990.

LINDENBERG, Kreg, HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia de planejamento e gestão**. São Paulo : Senac, 1995.

LOVELOCK, J. **The ages of Gaia**. Oxford University Press: Oxford, 1988.

EVANGELHO DE SÃO LUCAS. 15: 11-32. **Bíblia Sagrada**. São Paulo : Paulina, 1996.

MARQUES, Maria Angela, BISSOLI, Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo : Futura, 1999.

MAIMON, Dália. **Ensaio sobre economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro : APED, 1992.

MAC HARG, I. **Design with nature**. Philadelphia : The Falcon Press, 1969

MISRA, K.B. **Clean production: environmental and economics perspectives spring-verlag**. Berlim : Mercedes Druck-Print, 1996.

MINTZBERG, Henry, *et all.* **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre : Bookman, 2000.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis : Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2000.

OHMAE, Keniche. **O fim do estado nação**. Rio de Janeiro : Campos ; São Paulo : Publifolha : 1999.

PAGE, Stephen. **Transporte e turismo**. Porto Alegre : Bookmann, 2001.

PEARCE, D., MARKANDYA, A. et BARBIER, E. **Blueprint for a green economy**. London : Earthscan Publication Ltd, 1994.

PEREIRA, M. & ALPERSTED. **Inovação tecnológica: um fator impulsionador do DS**. In: XIX Simpósio de gestão da inovação, 22 a 25.10.96.

PETROCHI, Mário. **Turismo planejamento e gestão**. São Paulo : Futura, 1998.

PLOG, Stanley. **Why destination areas rise and fall in popularity**. S.c.P., 1974.

PETRONI & KENIGSBERG. **Dicionário de urbanismo**. Buenos Aires : Casarini, 1968.

PELLEGRINI, Américo Filho. **Ecologia cultura e turismo**. São Paulo : Papirus, 1997.

PIRES, P.S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo: Visão e Ação**, 1998, pp. 53-71.

PORTER, Michel. **Competição: estratégia competitivas essenciais**. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

PETROCHI, Mário. **Turismo planejamento e gestão**. São Paulo : Futura, 1998.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

RUSCHMANN, Dóris van de Mene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo : Papirus, 1997.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**. São Paulo : Papirus, 1996.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RUSCHMANN, Dóris Van De Meene. **Turismo e planejamento local: a proteção do meio ambiente.** São Paulo : Papirus, 1997.

RABAHY, Wilson A. **Planejamento do turismo: estudos econômicos e fundamentos econométricos.** São Paulo : Papirus, 1990.

ROA, Jesus G. *et all.* **Recursos naturais y tturismo.** México : Limusa, 1986.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 2.ed.Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

SCHWINK. Die bedeutung des fremdenverkehrs fuer die bayerische wirtschaft. **Monatliche mitteilungen des bundes deutscher verkehrsvereine.** N10-71. Berlim, dez. 1929/jan.1930.

SCHENINI, Pedro Carlos. Gestão sustentável para empreendimentos ecoturísticos. Gestão sustentável para empreendimentos de ecoturismo – **IV Encontro Nacional de Turismo com base Local: redescobrimdo a ecologia. 2001.**

\_\_\_\_\_. **Avaliação dos padrões de competitividade à luz do desenvolvimento sustentável: o caso da indústria trombini de papel e embalagens S/A em Santa Catarina.** Engenharia de Produção, 1999. (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHIAVETTI, Alexandre, PAGANI, Maria Inês, MORAES, Maria Eugênia Bruck de, TOREZAN, Fábio Henrique. As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. **Turismo Impactos socioambientais.** São Paulo : Hucitec, pp 151-163, 1996.

SOUZA, Arminda Mendonça e CORRÊA, Marcus Vinícios M. **Turismo: conceitos e definições.** Manaus : Valer, 1998.

SMITH, V. **Hosts andf guests.** Philadelphia : University of Pensylvania Press, 1977.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo : Cortez, 2000.

SELVA, V.S.F. e COUTINHO, S.F.S. Ecotourism X Ecological Tourism in Brazil: A necessary distinction? **Annals of the Second Internacional Congresses & Exihibition on Ecottourism,** Abril, Salvador, 2000, pp. 26-28

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da S.Pesquisa qualitativas. In:**Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo : Atlas, 1987

URRY, Jhon. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo : Studio Nobel, 1996.



VERNIER, Jackues. **O meio ambiente**. São Paulo : Papirus, 1994.

VALLE, Cyro E. Do. **Qualidade ambiental: como se preparar para as normas ISO 14000**. São Paulo : Pioneira, 1995.

WESTERN, D. Definindo ecoturismo. **Ecoturismo: um guia de planejamento e gestão**. Kreg Lindenberg e Donald E. Hawkins. São Paulo : Senac, 1995, pp. 13-22.

WHITE, L. The historical roots of our ecologic crisis. **Science**, **155**, 1967.

WEARING, Stephen, NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo : Manole, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. São Paulo : Global Universitária, 1999.

ZACCHI, Giancarlo Philippi. **Viabilidade turística do manguezal do centro urbano de Palhoça**. Monografia. Florianópolis : S.c.P., 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao turismo**. Apostila. Florianópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. A elaboração do diagnóstico no processo de planejamento turístico. **Revista Sínteses**.v.1,n.1,2002.

## **APÊNDICE**

## APÊNDICE A - Modelo de formulário para inventário do entorno físico – fase A

FORMULÁRIO PARA INVENTÁRIO DO ENTORNO FÍSICO				FES-1A
<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Bairro</b>	<b>Endereço</b>	
<b>Grupo</b> ( ) Unidade de proteção integral ( ) Unidade de uso sustentável		<b>Categoria</b> ( ) estação ecológica ( ) reserva da biosfera ( ) monumento natural ( ) refúgio da vida silvestre ( ) área de proteção ambiental ( ) área de relevante interesse ecológico ( ) floresta nacional ( ) reserva extrativista ( ) Reserva de fauna ( ) Reserva de desenvolvimento sustentável ( ) RPPN.		
<b>Meio e condições de acesso</b> ( ) Pavimentado ( ) Não pavimentado ( ) ótima ( ) boa ( ) regular		<b>Jurisdição</b> ( ) Federal ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) Particular	<b>Características físicas</b> Área total Área de construção Área livre	<b>Propício para</b> ( ) alpinismo ( ) observação ( ) pesquisa científica ( ) trekking ( ) racking ( ) ecoturismo ( ) turismo rural ( ) turismo cultural ( ) contemplação ( ) safári ( ) Outros: _____
<b>Avaliação preliminar</b> ( ) dimensão ( ) beleza cênica ( ) conjunto paisagístico ( ) acesso ( ) conservação e limpeza ( ) informação e sinalização ( ) segurança ( ) distância do centro ( ) volume de trânsito diário <b>1= bom, 2= regular, 3= ruim</b>		<b>Tempo para se conhecer a UC</b> ( ) horas ( ) pernoite ( ) 3 dias ( ) + de 3 dias		<b>Características específicas de localização</b> ( ) próximo a recursos hidrográficos ( ) litoral ( ) florestas ( ) sítios históricos-culturais ( ) afloramentos rochosos ( ) zona de montanha
		<b>Acesso ao público</b> Horário: ( ) Alta Temporada/ Mês/nº de visitantes ( ) Baixa Temporada/Mês/nº de visitantes		
<b>Observações complementares</b>				
<b>Nome do pesquisador</b>	<b>Conferência e revisão</b>	<b>Local e data</b>	<b>Formulário nº</b>	

Fonte: Zacchi, 2002.

APÊNDICE C - Modelo de formulário para elaboração da matriz GUT

FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DE EVENTOS FUTUROS											FES-3A	
Eventos Futuros/expresso em 3 anos											Positivo	Negativo
											Quais?	
1												
2												
3												
Ponderação das alternativas					Plausibilidade da ocorrência							
Evento	Gravidade Conseqüências se nada for feito	Urgência Prazo para tomada de decisão	Tendência Proporção do problema no futuro	Total	Altíssima 5	Alta 4	Média 3	Baixa 2	Baixíssima 1	Tendência declinante	$\Sigma = G \times U \times T$	
					<b>Pontuação obtida da plausibilidade da ocorrência</b>							
					Evento 1=	<b>Grau de vulnerabilidade</b> <b>Alta pontuação:</b> Ação de reversão prioritária imediata <b>Média pontuação:</b> Exigência de ações cautelares <b>Baixa pontuação:</b> Exigem vigilância <b>Sistema de Vigilância</b> <b>Ação Prioritária:</b> Planos específicos <b>Ações Cautelares:</b> Planos contingenciais <b>Ação de vigilância:</b> Planos de acompanhamento e controle						
					Evento 2=							
					Evento 3=							
					Evento 4=							
					Evento 5=							
					Evento 6=							
					Evento 7=							
					Evento 8=							
$\Sigma$ da plausibilidade=		Média=	Desvpad=	AP=	BP=	Vulnerabilidade ( ) alta ( ) baixa ( ) média						
$\Sigma$ da plausibilidade ÷ nº eventos = Média / Desvpad [ Alta Pontuação = Média-Desvpad e Baixa Pontuação= Média+Desvpad]												

Fonte: Zacchi, 2002.

**APÊNDICE C - Modelo de formulário para elaboração da matriz GUT**

FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DE EVENTOS FUTUROS											FES-3A		
Eventos Futuros/expresso em 3 anos											Positivo	Negativo	
											Quais?		
1													
2													
3													
Ponderação das alternativas					Plausibilidade da ocorrência								
Evento	Gravidade Conseqüências se nada for feito	Urgência Prazo para tomada de decisão	Tendência Proporção do problema no futuro	Total	Altíssima 5	Alta 4	Média 3	Baixa 2	Baixíssima 1	Tendência declinante	$\Sigma = G \times U \times T$		
					<b>Pontuação obtida da plausibilidade da ocorrência</b>								
					Evento 1=	<b>Grau de vulnerabilidade</b> <b>Alta pontuação:</b> Ação de reversão prioritária imediata <b>Média pontuação:</b> Exigência de ações cautelares <b>Baixa pontuação:</b> Exigem vigilância <b>Sistema de Vigilância</b> <b>Ação Prioritária:</b> Planos específicos <b>Ações Cautelares:</b> Planos contingenciais <b>Ação de vigilância:</b> Planos de acompanhamento e controle							
					Evento 2=								
					Evento 3=								
					Evento 4=								
					Evento 5=								
					Evento 6=								
					Evento 7=								
					Evento 8=								
$\Sigma$ da plausibilidade=		Média=	Desvpad=	AP=	BP=	Vulnerabilidade ( ) alta ( ) baixa ( ) média							
$\Sigma$ da plausibilidade ÷ nº eventos = Média / Desvpad [ Alta Pontuação = Média-Desvpad e Baixa Pontuação= Média+Desvpad]													

Fonte: Zacchi, 2002.

**APÊNDICE D - Modelo de formulário para estabelecimento dos propósitos estratégicos**

FORMULÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE FATORES										FES-4A
<b>Análise da auto imagem</b>										
Onde estamos?					Para que sirvo?					
Para onde queremos ir?					Qual a diferença de existirmos ou não?					
Data / /	<b>Análise de fatores internos</b>					<b>Avaliação do fator</b>				
<b>Infraestrutura</b>	<b>R. Naturais</b>	<b>R. Culturais</b>	<b>R. Humanos</b>	<b>R. Financeiros</b>	<b>Outros fatores</b>	<b>O</b>	<b>A</b>	<b>FO</b>	<b>FR</b>	<b>Ação sugerida</b>
<b>Análise dos fatores externos</b>										
<b>Infraestrutura</b>	<b>R. Naturais</b>	<b>R. Culturais</b>	<b>R. Humanos</b>	<b>R. Financeiros</b>	<b>Outros fatores</b>					
<b>VISÃO DA UC:</b>						<b>Justificativa</b>				
<b>MISSÃO DA UC:</b>										
<b>Propósitos</b>			<b>Valores</b>			<b>Justificativa</b>				
<b>Postura estratégica</b>						<b>O que fazer?</b>		<b>Como fazer?</b>		
O = oportunidades, A = ameaças, FO = pontos fortes, FR = pontos fracos										

Fonte: Zacchi, 2002.

## APÊNDICE E - Modelo de questionário para checagem da fase A

QUESTIONÁRIO PARA CHECAGEM DA FASE A	FIP –1B	Ocorrência	
		SIM	NÃO
<b>PRINCÍPIO</b>			
A avaliação do entorno físico foi efetuada?			
Houve alguma contingência na fase A?			
Ficou bem definida a filosofia ambiental da UC?			
Todos os campos do FES-1 A foram preenchidos?			
Todos os campos do FES-2 A foram preenchidos?			
A comunidade lindeira participou ativamente da fase A?			
Todas as pesquisas indicadas como necessárias na Fase A, foram elaboradas?			
As características contextuais da UC foram levantadas?			
Foi elaborado um diagnóstico completo da UC?			
Houve a participação de organizações constituídas oficialmente no processo de inventário?			
Foi definida a zona turística da UC?			
Foi identificada a principal vulnerabilidade da UC?			
A comunidade interessou-se em capacitar-se para o futuro da região?			
Houve alguma resistência por parte da comunidade?			
Os atrativos turísticos da UC foram mapeados?			
Os princípios estratégicos da UC foram estabelecidos?			
Todos os atores envolvidos estão cientes com a filosofia estratégica?			
O trilema estratégico foi definido de maneira simples, objetiva e compreensiva?			
Houve real assimilação da filosofia estratégica?			
O profissional tem certeza da resposta da pergunta anterior?			
O desenho do mapa diagnóstico foi estruturado e todos os envolvidos concordam com a carta?			
Algum indivíduo da fauna ou da flora foram identificados com o risco de desaparecer?			
Foram tomadas as providências necessárias?			
Alguma instituição de financiamento apresentou o desejo de envolver-se?			
Houve dificuldade para a implantação da fase A?			
<b>Análise Síntese</b>			

Fonte: Zacchi, 2002





## APÊNDICE G - Modelo de formulário para determinação da política ambiental

FORMULÁRIO PARA DETERMINAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL						FIP – 3B
<b>Política de</b> (Componente técnico)					<b>Componentes técnicos</b>	
<b>Filosofia</b>					Recursos físicos Recursos humanos Recursos financeiros Recursos de informação Posicionamento no mercado Seleção de mercados-alvo Despesas de marketing Propaganda e promoção Definição de preços e distribuição Limite aceitável de carga Desenvolvimento sustentável Responsabilidades e competências Código de conduta	
<b>Visão</b>						
<b>Missão</b>						
<b>Objetivo Geral</b>						
<b>Objetivos Específicos</b>						
<b>Estratégias de desenvolvimento da oferta</b>			<b>Estratégia de desenvolvimento da demanda</b>			
<b>Fases de Implantação</b>						
Definição de conceitos	Análise conjuntural	Operacionalização	Implantação	Avaliação e controle	Quem	Como
<b>Prioridade da Política</b>						
<b>Nº</b>	<b>Política</b>	<b>Estratégia</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Justificativa</b>		

Fonte: Zacchi, 2002.

**APÊNDICE H - Modelo de formulário para elaboração dos programas e projetos**

FORMULÁRIO PARA IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS						FIP – 4B
<b>Área</b> (Componente técnico)						
<b>Nome do programa</b>				<b>Data de início</b>	<b>Data de término</b>	
<b>Responsável técnico</b>				___/___/___	___/___/___	
<b>Localização física</b>						
<b>Objetivo geral</b>						
<b>Objetivos específicos</b>						
<b>Justificativa</b>						
<b>Descrição dos recursos e origem das fontes</b>						
<b>Humanos</b>		<b>Materiais/Equipamentos</b>		<b>Fontes de recurso</b>		
				( ) Próprios ( ) Convênio ( ) Patrocínio ( ) Apoio ( ) Doação		
<b>Projeto</b>				<b>Quem</b>	<b>Como</b>	<b>Aonde</b>
<b>Estratégia</b>						
<b>Priorização e estabelecimento dos objetivos</b>						
<b>Objetivo</b>				<b>Curto Prazo</b>	<b>Médio Prazo</b>	<b>Longo Prazo</b>

0 = sem prioridade, 1= prioridade máxima, 2= prioridade média, 3= prioridade mínima

Fonte: Zacchi, 2002.



**APÊNDICE J - Modelo de formulário para aplicação do plano mestre**

FORMULÁRIO PARA APLICAÇÃO DO PLANO MESTRE				FIP-6B	
<b>Nome</b>					
<b>Justificativa</b>					
<b>Objetivos e Metas</b>					
<b>Diretrizes básicas</b>					
<b>Estratégias</b>		<b>Predominância de ameaças</b>		<b>Predominância de oportunidades</b>	
<b>E X T E R N O</b>					
<b>INTERNO</b>					
<b>Predominância de pontos fracos</b>			<b>Predominância de pontos fortes</b>		
<b>PLANO DE TRABALHO</b>					
<b>Programa A</b>		<b>Responsável</b>	<b>Data de início</b>	<b>Data de término</b>	<b>Status</b>
<b>Projetos</b>					
<b>Programa B</b>					
<b>Projetos</b>					

Fonte: Zacchi, 2002

## APÊNDICE K - Modelo de questionário para avaliação e controle – Frente –

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO E CONTROLE	FAC- 1C	Ocorrência	
		SIM	NÃO
<b>PRINCÍPIO</b>			
A sustentabilidade do ambiente assegura a compatibilidade do desenvolvimento das ações propostas?			
Os valores morais e a política de desenvolvimento fortalecem a identidade local?			
A sustentabilidade econômica assegura que o desenvolvimento é economicamente eficaz e que os recursos são geridos de modo que possam suportar as gerações futuras?			
A ecologia, a economia e o turismo estão ficando cada vez mais integrados?			
As ações propostas estão aumentando o nível de emprego dos atores envolvidos?			
Os impostos recebidos referentes a compras efetuadas por visitantes aliviam a carga fiscal da UC?			
As ações propostas e desenvolvidas podem ser consideradas exemplos de desenvolvimento sustentável e de ambiente cultural?			
O desenvolvimento da atividade turística alterou o comportamento no sentido de conservar em vez de consumir o ambiente?			
Há um relacionamento produtivo, amistoso e positivo entre a UC e a zona comercial circundante?			
Com relação aos aspectos contemplativos, está sendo garantido?			
Os impactos previstos estão sendo monitorados e avaliados?			
Houve o acréscimo de algum impacto que não estava previsto? (em caso positivo descrever)			
Os aspectos de segurança foram considerados no planejamento?			
A localização das instalações respeita a fisiologia da paisagem?			
As instalações são compatíveis e não obstruem os arredores?			
Os tipos de clima foram considerados ao planejar as instalações?			
Os programas e projetos estão satisfazendo os objetivos do desenvolvimento sustentável?			
O sistema de gerenciamento reflete a política estabelecida pela lei 9985 de 2000?			
O sistema implantado ajuda a desenvolver áreas economicamente debilitadas?			
O sistema de gestão vem contribuindo para a revitalização das artes e do artesanato tradicional?			
Os programas e projetos permitem o desenvolvimento progressivo?			
A UC disponibiliza um eficiente sistema de sinalização e informação ao público?			
Os sinais são compreensíveis para as pessoas estranhas?			
A UC permite o acesso de deficientes físicos?			
A traçado arquitetônico das instalações traduzem o caráter da comunidade?			
Os visitantes estão sendo informados daquilo que existe para ver e fazer?			
O processo de fruição do tempo livre está sendo conjugado com o processo de educação ambiental?			
O visitante demonstra compreender a herança da área visitada?			

**Verso**

<b>PRINCÍPIO</b>	<b>Ocorrência</b>	
	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Foi realizado um zoneamento e existe uma área disponível para os turistas utilizarem?		
Existe limitações de época? (caso seja positivo, informar)		
As probabilidades de ocorrência de danos ecológicos foram mapeadas e hierarquizadas?		
O estudo de limite de carga aceitável – LAC - está sendo desenvolvido?		
Foi aplicado algum projeto em que a comunidade pode ser alertada e educada quanto ao relacionamento interno?		
O volume de visitantes gera benefícios econômicos?		
Os benefícios econômicos estão sendo suficientes para motivar a comunidade a proteger o meio ambiente?		
O sistema implantado oportunizou uma ação de cooperação entre a UC e a setor privado?		
Foi efetuado um estudo de impacto ambiental para as atividades propostas?		
A política ambiental foi claramente definida, absorvida e divulgada?		
Existe o comprometimento dos envolvidos com a política?		
A política aplicada reflete um comportamento produtivo e de responsabilidade social?		
A política reflete um compromisso com a melhoria contínua?		
Todos os requisitos legais e operacionais estão sendo cumpridos?		
Os administradores da UC mantêm uma documentação sistemática que assegure o controle eficiente das ações propostas?		
Os objetivos e as metas estabelecidos no sistema estão sendo atingidos?		
Os aspectos contingenciais estão sendo controlados de acordo com os objetivos do SGA?		
O desenvolvimento das competências e responsabilidades está integrado ao SGA?		
Existe uma documentação sistemática de informação?		
Existe back-up da documentação produzida?		
Há um controle operacional dos fluxos produtivos do SGA e da UC?		
Existe plano, programa e projetos emergenciais para a atuação mitigadora de contingências?		
Esses documentos são revistos sistematicamente?		
Os atores envolvidos estão treinados para situações de emergência?		
Existe um mapa de riscos das zonas da UC?		
Existe procedimento escrito de decisão e correção das contingências identificadas?		
Houve resistência à implantação do SGAE?		

Fonte: Zacchi, 2002.

## APÊNDICE L - Modelo de formulário para implantação do PDCA – PD

FORMULÁRIO PARA IMPLANTAÇÃO DO PDCA			FAC-2C PD
Problema detectado por			
Descrição do problema			
Causas fundamentais			
Ações mitigadoras imediatas			
Circunstância do problema			
Análise das causas e efeito mais prováveis			
Contra-medidas	<b>Quem</b>	<b>Quando</b>	<b>O que</b>

Fonte: Zacchi, 2002.

**APÊNDICE M -Modelo de formulário para implantação do PDCA – C**

<b>FORMULÁRIO PARA IMPLANTAÇÃO DO PDCA</b>		<b>FAC-3C C</b>
Nome do projeto		
Atividade		
Área envolvida		
Data de início	Data de término	Informações complementares
O problema foi resolvido? Sim ( ) prossegue Não ( ) voltar a refazer FAC-2C - PD		

Fonte: Zacchi, 2002.



**APÊNDICE N - Modelo de formulário para implantação do PDCA – A**

<b>FORMULÁRIO PARA IMPLANTAÇÃO DO PDCA</b>	<b>FAC-4C A</b>
Nome do projeto	
Relato das ações que deram certo	
Estabelecimento da padronização das ações que deram certo(elaborar em etapas)	
Ação reflexiva de anomalias futuras	
Proposição de ações mitigadoras de anomalias futuras	

Fonte: Zacchi, 2002

**APÊNDICE O - Modelo de formulário para verificação final de implantação do SGAE**

<b>FORMULÁRIO PARA VERIFICAÇÃO FINAL DE IMPLANTAÇÃO DO SGAE</b>					<b>FAC-5C</b>
Existe algum problema pendente?				( <input type="checkbox"/> ) Sim	( <input type="checkbox"/> ) Não
Em que fase?					
<b>Identificação da ocorrência</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Fase</b>
<b>Checagem de projetos</b>					
<b>Nome do projeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Concluído (em %)</b>	<b>Andamento (em %)</b>	<b>Estudo (em %)</b>	
<b>Análise final</b>					
<b>Estabelecimento das melhorias</b>					
<b>O quê</b>	<b>Quem</b>	<b>Quando</b>	<b>Onde</b>	<b>Por quê</b>	<b>Como</b>
<b>Resultado final</b>					
Aprovado ( <input type="checkbox"/> )		Aprovado com diligência ( <input type="checkbox"/> )		Reprovado ( <input type="checkbox"/> )	
<b>Data</b>		<b>Equipe técnica</b>			

Fonte: Zacchi, 2002